 Ação Educativa
Documentação
Código: UNP 060
Data: 22/07/99

**CEDI - CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
PROGRAMA EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO POPULAR**

CEDI EDUCAÇÃO POPULAR E
ESCOLARIZAÇÃO POPULAR
documentação
N.º EVL 00066
Data 22/07/99

Dupl
05.04.02.01
Hol
per

RELATÓRIO DA PESQUISA:

**PERFIL DO ATENDIMENTO EM ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

APOIO:

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

SÃO PAULO, 1993

RELATÓRIO DA PESQUISA

PERFIL DO ATENDIMENTO EM ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

EQUIPE

SÉRGIO HADDAD
Pesquisador responsável

MARIA CLARA DE FERRÃO
MARTA VIRGÍLIA DE FERRÃO
Assistentes de pesquisa

CRISTINA GOMES VELLO
Assistente de pesquisa

FRANCA A. GOMES GEMELLI
Consultora de estatística

RODOLFO MARINGER NETO
MARCIA S. SANTOS
LUIZ ROBERTO DE SOUZA

Análise de dados e elaboração de gráficos e tabelas

MARIA CLARA VELLO
Assistente

**CEDI - CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
PROGRAMA EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO POPULAR**

RELATÓRIO DA PESQUISA:

**PERFIL DO ATENDIMENTO EM ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

EQUIPE:

SÉRGIO HADDAD
Pesquisador responsável

MARIA CLARA DI PIERRO
MARIA VIRGÍNIA DE FREITAS
Assistentes de pesquisa

CRISTINA GOMES VALIO
Auxiliar de pesquisa

TERESA A. GOMES GENESINI
Consultora de estatística

RODOLFO MARINCEK NETO
CLAUDIA S. SANZOCHI
JOSÉ ROBERTO DE SOUZA
Análise de sistemas, programação e processamento de dados

MÁRCIA MARISA VELOSO
Secretária

SUMÁRIO

PERFIL DO ATENDIMENTO EM ALFABETIZAÇÃO DE JOVENSE ADULTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

1. Introdução	1
2. Colocação do problema, objetivos e hipóteses da pesquisa	2
3. Procedimentos de pesquisa	4
3.1. A coleta de estatísticas	4
3.1.1. Levantamentos estatísticos oficiais	4
3.1.2. Estatísticas da Fundação Educar e do PNAC.....	5
3.1.3. Dados demográficos e sócio-econômicos	7
3.2. A coleta direta de dados descritivos e quantitativos	8
3.2.1. A pesquisa do Cepam em 1987	8
3.2.2. O questionário-base da pesquisa.....	8
3.3. O processamento dos dados.....	9
3.4. Tentativas de dar capilaridade à pesquisa	9
3.5. Pesquisa bibliográfica	10
4. Histórico da alfabetização de adultos no Estado de São Paulo	10
5. O Estado de São Paulo e o analfabetismo.....	12
5.1. Algumas características econômicas e demográficas do Estado de São Paulo.....	12
5.2. O analfabetismo e os índices de escolarização da população jovem e adulta no Estado de São Paulo	13
5.2.1. A variação regional e local do analfabetismo.....	15
6. Análise dos dados	17
6.1. Alerta sobre as limitações dos dados	17
6.1.1. Os dados fornecidos pelo Centro de Informações Estatísticas (CIE) da Secretaria de Estado da Educação.....	17
6.1.2. Os dados colhidos através do questionário "Perfil do Atendimento em Alfabetização de Jovens e Adultos no Estado de São Paulo".....	18

00	6.2. Cursos de Suplência I em Escolas Regulares	19
08	6.2.1. Distribuição do atendimento entre os Municípios	19
12	6.2.2. A distribuição do atendimento entre as diferentes Dependências Administrativas	21
50	6.2.3. Os índices do atendimento	23
88	6.2.4. Rendimento escolar	30
	6.2.4.1. Evasão	30
00	6.2.4.2. Reprovação	33
88	6.2.4.3. Evasão e Reprovação	35
00	6.2.4.4. Aprovação	36
50	6.2.4.5. Evasão, Reprovação e Aprovação	38
88	Síntese das indicações de pesquisa relativas aos Cursos de Suplência I em escolas regulares	39
00	6.3. Atuação dos Governos Municipais na Suplência I	42
05	6.3.1. Os Municípios e a Suplência	42
15	6.3.2. Origem dos Programas	44
85	6.3.3. Caracterização do Atendimento Municipal de Suplência I	45
05	6.3.3.1. Distribuição Geográfica (Rural/Urba)	45
05	6.3.3.2. Custeio	46
05	6.3.3.3. Regime Escolar e Duração dos Cursos	48
05	6.3.3.4. Currículo	51
05	6.3.3.5. Material Didático	52
05	6.3.3.6. Formação do Educador e Regime de Trabalho	52
05	6.3.3.7. Supervisão	56
05	6.3.3.8. Local de Funcionamento dos Cursos	57
05	6.3.3.9. Os Índices do Atendimento Municipal	58
05	6.3.3.10. Rendimento Escolar	59
	6.3.3.10.1. Evasão	59

6.3.3.10.2. Reprovação	60
6.3.3.10.3. Evasão e Reprovação	60
6.3.3.10.4. Aprovação	61
6.3.3.10.5. Evasão, Reprovação e Aprovação	62
Síntese das indicações de pesquisa relativas aos cursos de Suplência I mantidos pelos governos municipais	63
6.4. Os programas de alfabetização de adultos fora das redes escolares	65
6.4.1. Limitações de informação	65
6.4.2. O Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (MOVA-SP)	66
6.4.3. A ação das empresas	67
6.4.3.1. O Serviço Social da Indústria (SESI)	68
6.4.3.2. Os dados colhidos através do questionário-base	69
6.4.3.3. Os dados da pesquisa do IBEAC	70
6.4.4. Sindicatos Patronais	71
6.4.5. Sindicatos de Trabalhadores	72
6.4.6. Entidades Não-Governamentais	72
6.4.6.1. Dados da pesquisa do IBEAC	72
6.4.6.2. Dados obtidos através do questionário-base da pesquisa	73
6.4.7. Universidades	73
6.4.8. A ação das igrejas	74
6.4.9. Tendências gerais observadas	74
7. Conclusões e recomendações finais	75
7.1. Quanto às estatísticas do ensino supletivo em S.Paulo	75
7.2. Quanto à estrutura e funcionamento dos cursos de Suplência I (alfabetização e pós alfabetização de jovens e adultos) no Estado de São Paulo	77
7.3. Quanto ao atendimento em alfabetização e pós alfabetização de jovens e adultos no Estado de São Paulo	77

Agradecemos a todos os que colaboraram para a realização deste trabalho, em especial aos professores e alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que nos auxiliaram em todas as etapas da pesquisa.

Este trabalho foi realizado em uma época de grandes mudanças no Brasil, e esperamos que as pesquisas aqui apresentadas possam contribuir para a melhoria da educação de jovens e adultos.

As pesquisas aqui apresentadas foram realizadas em uma época de grandes mudanças no Brasil, e esperamos que as pesquisas aqui apresentadas possam contribuir para a melhoria da educação de jovens e adultos.

As pesquisas aqui apresentadas foram realizadas em uma época de grandes mudanças no Brasil, e esperamos que as pesquisas aqui apresentadas possam contribuir para a melhoria da educação de jovens e adultos.

As pesquisas aqui apresentadas foram realizadas em uma época de grandes mudanças no Brasil, e esperamos que as pesquisas aqui apresentadas possam contribuir para a melhoria da educação de jovens e adultos.

As pesquisas aqui apresentadas foram realizadas em uma época de grandes mudanças no Brasil, e esperamos que as pesquisas aqui apresentadas possam contribuir para a melhoria da educação de jovens e adultos.

As pesquisas aqui apresentadas foram realizadas em uma época de grandes mudanças no Brasil, e esperamos que as pesquisas aqui apresentadas possam contribuir para a melhoria da educação de jovens e adultos.

PERFIL DO ATENDIMENTO EM ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

1. Introdução

A educação e escolarização de jovens e adultos das camadas populares é um tema que vem ganhando espaço, lenta e gradativamente, nas preocupações de educadores, movimentos sociais e órgãos públicos responsáveis pelas políticas sociais.

Tais preocupações, entretanto, não têm resultado em uma ação consistente do Estado na oferta de serviços escolares em quantidade e qualidade necessárias, e tampouco uma produção de conhecimento sistemática por parte dos organismos de pesquisa e das universidades.

Essas considerações levaram o Programa Educação e Escolarização Popular do CEDI a desenvolver, a partir de 1986, uma linha de pesquisa relativa à escolarização de jovens e adultos das camadas populares. Pretendeu-se, assim, unir a pesquisa ao trabalho de documentação e apoio aos movimentos populares, compondo um corpo de conhecimentos que contribua para a qualificação das assessorias realizadas e subsidie a formulação de políticas educacionais que visem à democratização das oportunidades educacionais.

Nesta linha de pesquisa, o Programa Educação e Escolarização Popular do CEDI desenvolveu, com o apoio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), um conjunto de estudos na modalidade "estado da arte", recortado por um diagnóstico da política de educação de jovens e adultos no período que se seguiu à Lei 5692/71. Daí resultaram diversos relatórios de pesquisa¹, as publicações Ensino Supletivo no Brasil: o estado da arte (Brasília, Inep/Reduc, 1987, 136 pp) e Metodologia da alfabetização: pesquisas em educação de jovens e adultos (São Paulo/Campinas, Cedi/Papirus, 1992, 128 pp), além de diversos artigos publicados em revistas especializadas².

Esse conjunto de estudos configurou um conhecimento significativo das alternativas de escolarização de jovens e adultos no Brasil até o final dos anos 80, porém mostrou-se insuficiente para compreender as transformações ocorridas com a promulgação da Constituição de 1988 e as políticas públicas implementadas nos anos recentes. Esta

1 Levantamento dos estudos e pesquisas sobre o ensino supletivo no Brasil: 1971-1985 (1986); Diagnóstico do ensino supletivo no Brasil: período 1971-1985; cursos e exames (1987); Diagnóstico dos estudos e pesquisas sobre cursos supletivos função suplência - via rádio, televisão e correspondência (1988); Diagnóstico dos estudos e pesquisas sobre políticas, estrutura e funcionamento do ensino supletivo na função suplência: relatório final (1988); Metodologia de alfabetização de adultos no Brasil: o estado da arte (1991). Inclui-se nesta linha de investigação a pesquisa realizada por Sérgio Haddad para o CRESALC (Centro Regional para la Educación Superior en América Latina y Caribe) que resultou no relatório Promoção de programas de alfabetização, pós-alfabetização e educação de adultos com a vinculação das instituições de ensino superior do Brasil (1989).

2 DI PIERRO, M. C. *Ensino supletivo e universalização da educação básica*. São Paulo, Revista de Educação (5), APEOESP, out. 1990, p. 14-7.

HADDAD, Sérgio. *Educação básica para adultos: um direito*. São Paulo, Educação Municipal, 1 (1), UNDIME/Ação Direta/Cortez, jun. 1988, p. 33-6.

-----, *Educação de adultos: um início de conversa sobre a nova lei de educação*. Brasília, Em Aberto, 7 (38), INEP, abr./jun. 1988, p. 39-44.

HADDAD, S.; SIQUEIRA, M. C. D. P. & FREITAS, M. V. de. *O ensino supletivo de 2º grau*. São Paulo, Cadernos de Pesquisa (68), FCC/Cortez, fev. 1989, p. 62-9.

-----, *O ensino supletivo - função suplência: indicações de uma pesquisa*. Brasília, Rev. Bras. de Est. Pedag., 70 (166), INEP, set/dez 1989, p. 346-70.

pesquisa procura dar continuidade a uma linha de investigação iniciada há seis anos, atualizando o conhecimento disponível para o novo momento conjuntural.

Na impossibilidade de realizar novo estudo de abrangência nacional, optou-se por realizar uma pesquisa no âmbito de São Paulo, não apenas pela facilidade de acesso às fontes, mas principalmente pela expressão demográfica e econômica do Estado. Ainda que as experiências paulistas não possam ser generalizadas para outras unidades da federação, dadas as peculiaridades de seu sistema de ensino e as profundas desigualdades regionais, é inegável a influência que o Estado exerce sobre o restante do país e seu papel precursor na implementação de políticas educacionais. Esta pesquisa, entretanto, necessitará ser complementada por estudos comparativos em outros Estados e regiões do país.

2. **Colocação do problema, objetivos e hipóteses da pesquisa**

A Constituição Federal de 1988 estendeu aos jovens e adultos o direito ao ensino fundamental público e gratuito, ampliando as responsabilidades das redes públicas de ensino no atendimento educacional a esta faixa etária. Essas responsabilidades foram reiteradas pelo Artigo 60 das Disposições Transitórias, em que a Constituição estabeleceu um período de dez anos ao longo dos quais deveriam concentrar-se os esforços e recursos governamentais e da sociedade civil para a universalização do ensino básico e erradicação (sic) do analfabetismo.

A Constituição Federal compartiu a responsabilidade pela oferta do ensino fundamental obrigatório e gratuito entre as esferas de governo, estabelecendo o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, mas abriu flanco à polêmica da municipalização ao mencionar explicitamente que "*Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar*" (Art. 211, # 2º). Uma distribuição mais clara das responsabilidades entre União, Estados e Municípios acabou sendo postergada para a lei complementar de diretrizes e bases da educação nacional, que há quatro anos tramita no Congresso Nacional.

A Constituição do Estado de São Paulo de 1989 fixou no Artigo 249 que: "*# 3º O ensino fundamental público e gratuito será também garantido aos jovens e adultos que, na idade própria, a ele não tiveram acesso, e terá organização adequada às características dos alunos.*"

"*# 4º Caberá ao Poder Público prover o ensino fundamental diurno e noturno, regular e supletivo, adequado às condições de vida do educando que já tenha ingressado no mercado de trabalho.*"

O cenário desenhado pelos novos textos constitucionais faria supor uma ampliação substancial dos programas de alfabetização de jovens e adultos nos anos subseqüentes, fossem eles mantidos pelas três esferas de governo, pelo setor privado ou por organismos não governamentais.

Mais pela carga histórica que pela divisão legal dos encargos educacionais, porém, grande parte das expectativas relacionadas à educação básica de jovens e adultos recaía sobre o governo federal, que desde o final dos anos 40 implementou campanhas de alfabetização e, a partir de 1971, foi o principal mantenedor de programas de alfabetização através do Mobral (1971-1986) e de sua sucedânea, a Fundação Educar (1986-1990).

As expectativas positivas seriam reforçadas nos anos seguintes pelo movimento internacional impulsionado pela Organização das Nações Unidas, que declarou 1990 o Ano Internacional da Alfabetização, realizando-se em Jomthien, Tailândia - sob os auspícios da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação e Ciência), do Banco Mundial e do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) - a Conferência Mundial que aprovou a Declaração sobre Educação Para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem³, dos quais o Brasil é signatário.

Os fatos contradisseram as expectativas: a Fundação Educar restringiu em 1989 seus convênios de cooperação financeira com os Municípios das regiões Sul e Sudeste e, em março de 1990, foi extinta pela Medida Provisória 251, logo ao início do governo Collor. O governo federal desencadeou a partir de setembro de 1990 o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), que não viria cobrir a lacuna aberta pela extinção da Fundação Educar, em virtude de sua conturbada trajetória⁴.

Tal fato ensejou a hipótese de que os serviços de alfabetização de jovens e adultos tenham se reduzido a partir de 1990, uma vez que sua principal fonte de sustentação técnica e financeira - a Fundação Educar - deixara de existir. Seria necessário, ainda, investigar se o PNAC teve algum impacto positivo sobre a oferta de serviços de alfabetização de jovens e adultos no Estado.

Observações assistemáticas indicavam que algumas administrações municipais, especialmente aquelas que mantiveram convênios com a Fundação Educar no passado e herdaram serviços de alfabetização de adultos, acabaram por assumi-los e dar-lhes continuidade. Há que se considerar que a redistribuição da receita pública promovida pela Constituição Federal de 1988 assegurou aos municípios um aumento de cerca de 30% em suas receitas de impostos próprios e transferidos (MELCHIOR, 1992), aumentando sua capacidade de investimento em educação. Emergia assim uma segunda hipótese de pesquisa: de que os serviços de alfabetização de jovens e adultos tenham se mantido e até mesmo se ampliado após 1988, mediante a assunção de seus encargos pelos Municípios.

No que concerne à atuação do governo estadual paulista, a hipótese que emergia é de que o atendimento escolar à população jovem e adulta teria se reduzido a partir de 1991, pois, em contradição com as determinações da Constituição Estadual, o governo estadual desencorajou explicitamente a expansão do ensino supletivo. No ítem referente ao tema, o Programa de Reforma do Ensino Público do Estado de São Paulo (que, entre outras medidas, instituiu as "escolas-padrão") determinou: "*A política da Secretaria é no sentido de não expandir a oferta de vagas para essa modalidade de ensino; já que o centro de suas preocupações é universalizar o ensino regular*"⁵. O problema reside na inexistência de oferta de ensino regular de 1ª a 4ª séries do 1º grau em período noturno na rede estadual de ensino, o que na prática condiciona, quando não suprime, as

3 CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS (Jomthien, Tailândia: 5 a 9/3/90). Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Brasília, UNICEF, 1990, 20p.

4 Sobre o assunto, vejam-se:

DI PIERRO, M. C. *A modernidade na contramão da história*. Tempo e Presença, 14 (263). Rio de Janeiro, Cedi, maio/junho 1992, p. 21-23.

LUCE, M.B.M.; FAVERO, O.; HADDAD, S. A contribuição das Comissões Estaduais do Programa do PNAC (subsídios para uma avaliação). s.l, jan. 1992, 33p.

MELCHIOR, J. C. de A. Financiamento da educação (elementos de análise do ensino fundamental). Março de 1992. 25p. Paper apresentado na reunião de consultores do Pacto pela Infância, promovida pela UNICEF em São Paulo. (Ver especialmente pg. 7-8).

MELLO, G. N. de & SILVA, R. N. da. *O que pensar da atual política educacional?* Brasília, Em Aberto, 10 (50/51). INEP, abr./set. 1992, p. 3-17.

XAVIER, A. C. da & SILVA, L. C. E. *O primeiro ano da política educacional do governo Collor*. IN: DESEP/CUT. A educação e os trabalhadores. São Paulo, Scritta/CUT, 1992, p. 79-88.

oportunidades educacionais de 7,5 milhões⁶ de jovens e adultos trabalhadores que vivem em São Paulo e possuem baixa ou nenhuma escolaridade.

O objetivo da presente pesquisa é, pois, traçar um perfil do atendimento em alfabetização de adultos no Estado de São Paulo no período de 1988 a 1992, de modo a aferir a amplitude, o movimento e a tipologia dos serviços de alfabetização de jovens e adultos mantidos pelos órgãos públicos, empresas privadas e organizações da sociedade civil, no período posterior à promulgação da nova Constituição Federal.

Procurar-se-á medir o impacto das responsabilidades adicionais conferidas pela Constituição de outubro de 1988, da extinção da Fundação Educar em março de 1990 e da criação do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania em setembro do mesmo ano.

3. Procedimentos de pesquisa

A pesquisa teve início em abril de 1992 e desdobrou-se em duas etapas: a primeira, de coleta de dados, estendeu-se de abril a outubro de 1992; a segunda, de análise, ocupou o período de novembro de 1992 a março de 1993.

A etapa de coleta de dados teve quatro metas:

- coletar em fontes secundárias dados estatísticos quantitativos e descritivos dos serviços de alfabetização de adultos mantidos pelas redes públicas e privada de ensino;
- coletar diretamente dados descritivos e quantitativos sobre a alfabetização de adultos no Estado de São Paulo mediante elaboração e aplicação de um questionário-base da pesquisa;
- assegurar retorno dos questionários mediante elaboração de um cadastro dos agentes de alfabetização de adultos no Estado de São Paulo, constituído a partir das seguintes categorias: órgãos e dirigentes estaduais de educação; órgãos e dirigentes municipais de educação; empresas; organizações não governamentais; igrejas;
- reunir bibliografia pertinente ao tema.

3.1. A coleta de estatísticas

3.1.1. Levantamentos estatísticos oficiais

Os dados oficiais sobre o ensino supletivo no Estado de São Paulo são apurados através de dois levantamentos estatísticos.

A Secretaria de Estado da Educação realiza anualmente, através do Centro de Informações Educacionais (CIE) da Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional (ATPCE), duas coletas (em março e dezembro) nas redes de ensino federal, estadual, municipal e particular para o levantamento conhecido por LDE (Levantamento de Dados da Educação: matrícula inicial - escolas regulares; avaliação e movimentação

5 SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Programa de Reforma do Ensino Público do Estado de São Paulo. São Paulo, 1991, p.13.

6 Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE de 1987, dos 24 milhões de paulistas com idade igual ou superior a 10 anos, 11% encontravam-se na categoria "sem instrução ou menos de um ano de estudo" e 20% possuíam entre 1 e 3 anos de estudo. Somando-se as duas categorias, 31% da população paulista com idade igual ou superior a 10 anos possuía nenhuma escolaridade ou escolaridade inferior a 4 anos de estudo, constituindo-se em clientela potencial por programas de educação básica de jovens e adultos.

escolar). O CIE processa e publica anuários estatísticos, bem como fornece dados sob a forma de listagens e disquetes. Os dados coletados do ensino supletivo, porém, não são publicados, por apresentarem sérios problemas de consistência e, infere-se, por desinteresse político em relação ao tema.

A Coordenação de Informações para o Planejamento (antigo Serviço de Estatísticas Educacionais) da Secretaria de Administração Geral do Ministério da Educação realiza o levantamento conhecido pela sigla SP2, através de questionários enviados a um cadastro de instituições que mantêm atendimento no ensino supletivo. O CIE é mediador desta coleta, distribuindo e recolhendo os questionários, que entretanto são totalmente processados em Brasília. Segundo os técnicos responsáveis por este trabalho no CIE, o levantamento SP2 do MEC oferece vantagens em relação ao LDE, pois a coleta é semestral e seu cadastro inclui as unidades escolares exclusivamente de ensino supletivo (que não são contempladas no LDE). A coleta e processamento dos dados do levantamento SP2, porém, são feitos com grande atraso, por questões operacionais do MEC. Até o encerramento da presente pesquisa, somente os dados de 1987 encontravam-se processados e disponíveis, não tendo sido analisados por escaparem à série histórica selecionada (88-92).

Não tendo obtido dados dos levantamentos LDE e SP2 para nenhum dos anos considerados, é impossível fazer uma crítica comparativa das duas fontes.

Como o Município de São Paulo possui ampla rede de suplência, à qual somou-se o Mova (Movimento de Alfabetização) a partir de 89, decidimos solicitar-lhe os dados em separado, embora eles pudessem, em tese, estar incluídos nos levantamentos LDE e SP2. Como até 89 a educação de adultos da capital encontrava-se a cargo da Secretaria de Bem Estar Social (Sebes), o Centro de Informática da Secretaria Municipal de Educação (SME) não possui dados para os anos anteriores a 90. Solicitamos à equipe da Divisão de Orientação Técnica de Educação de Adultos (que incorporou os técnicos remanescentes da Sebes) as estatísticas de 88 e 89, que nos foram remetidas. No que concerne ao Mova, não há coleta sistemática de estatísticas, apenas dados aproximados do número de participantes dos núcleos conveniados.

3.1.2. Estatísticas da Fundação Educar e do PNAC

Os dados referentes aos cursos de alfabetização e pós-alfabetização de adultos mantidos mediante convênios com a Fundação Educar (extinta em 1990) não eram captados pelos levantamentos estatísticos LDE e SP2. O Ministério da Educação é o depositário dos acervos da extinta Fundação.

Apesar do esforço despendido, foi totalmente impossível apurar os dados do atendimento realizado mediante convênios pela Fundação Educar nos Municípios paulistas, tampouco aqueles relacionados ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania do Ministério da Educação, ambos indisponíveis à consulta⁷.

⁷ Consideramos relevante relatar as tentativas frustradas de obtenção de tais dados, pois elas revelam a irresponsabilidade com que a educação de jovens e adultos é tratada pelos órgãos federais em nosso país.

Por diversas vezes fomos à Delegacia Regional do MEC em São Paulo, conversamos com assessores diretos da Delegada Renata Miceli Zoudine e protocolamos ofícios solicitando acesso aos arquivos da Fundação Educar e aos dados do PNAC. Os professores Anita Fávoro Martelli e José Augusto Dias nos informaram que o atendimento a essas demandas dependia de autorização pessoal da Delegada, alegando que a consulta aos arquivos da Fundação Educar teria que ser acompanhada por funcionário que participara de sua liquidação. Embora esses funcionários (colocados em disponibilidade em 1990) tivessem sido reincorporados ao serviço, alegava-se não haver pessoal disponível para a tarefa.

Os poucos dados que acessamos relativos ao desenvolvimento do PNAC no Estado de São Paulo, foram obtidos em pesquisa de material de imprensa (uma fonte à qual não se pode atribuir rigor científico) e depoimentos de membros da Comissão Estadual do Programa.

O primeiro (e um dos maiores) convênio relacionado ao PNAC foi assinado entre o MEC e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) em 19/11/90. Naquela data, os reitores de 69 instituições de ensino superior subiram a rampa do Palácio do Planalto com o Presidente da República, para assinar um convênio no valor total de Cr\$ 850.000,00 milhões (valores da época), sendo Cr\$ 535,3 milhões para 34 universidades federais, Cr\$ 197,4 milhões para 21 universidades privadas e Cr\$ 117,3 milhões para 13 instituições estaduais e municipais. A presidência do CRUB não soube informar sobre os valores atribuídos às universidades paulistas, mas confirmou que elas foram beneficiadas pelo convênio MEC/CRUB. Localizamos no Diário Oficial da União de 18/01/91 (p. 1404-5) extratos de termos de convênios com as seguintes instituições privadas de ensino superior no Estado de São Paulo: Cr\$ 15.600.000,00 para a Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Cr\$ 13.000.000,00 para a Universidade Metodista de Piracicaba; Cr\$ 19.400.000,00 para a Universidade São Francisco (com campi em Itatiba, Atibaia e São Paulo); Cr\$ 2.100.000,00 para a Universidade Sagrado Coração (Bauru); Cr\$ 8.000.000,00 para o Instituto Metodista de Ensino Superior (São Bernardo do Campo). Em relação a essas instituições, somente conseguimos apurar as seguintes informações: o IMES assinou convênio com a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo para desenvolvimento do Programa Alfabetização-Cidadania, de educação de adultos junto a entidades do movimento popular e sindical local; a PUC de Campinas prestou assistência pedagógica e promoveu a formação de professores à Fundação Municipal de Educação Comunitária de Campinas (FUMEC), responsável pela manutenção das classes de Suplência I naquele Município.

No transcorrer de 1991, a imprensa noticiou diversos encontros entre o então Ministro da Educação, Carlos Chiarelli e instituições sindicais e privadas paulistas com vistas ao PNAC.

O Sindicato da Indústria da Construção Civil de São Paulo (Sinduscom) foi um dos últimos filiados da Câmara Brasileira da Indústria de Construção a assinar convênio do PNAC com o MEC, em 18/06/91, no valor de Cr\$ 100.000.000,00, para alfabetizar operários nos canteiros de obras. De fato, o Sinduscom implementou a partir dessa data o "Programa Construção da Cidadania", porém, segundo informou-nos a coordenadora do projeto, o fez com recursos próprios, abrindo mão de recorrer à complexa burocracia do MEC para receber recursos de pequena monta.

Tentamos inutilmente marcar audiência com a Delegada, que jamais teve agenda para receber-nos. Tampouco os ofícios foram respondidos.

Tentamos então obter esses dados em Brasília, diretamente no Ministério da Educação. A Coordenadoria de Educação Supletiva da Secretaria Nacional de Educação Básica remeteu-nos ao Centro de Informações Bibliográficas (Cibec) do MEC. O Cibec informou ser responsável pela incorporação da Biblioteca da Fundação Educar, mas não das estatísticas ou informações administrativas das Coordenações Estaduais do órgão, remetendo-nos para a Secretaria de Administração Geral (SAG). A SAG confirmou estar em posse do cadastro funcional da extinta Fundação, mas esclareceu que os demais arquivos da Fundação Educar preenchiam diversos recintos do órgão, onde haviam sido depositados por caminhões em 1990, mas encontravam-se intocados desde então e sujeitos à deterioração, uma vez que não foi designada comissão mista para processá-los. Em contacto pessoal com técnicos da SENEb, o Pesquisador Responsável foi autorizado a consultar os arquivos da Fundação Educar no estado em que se encontram, ou seja, encaixotados e totalmente desorganizados. Como os recursos da pesquisa não permitiam deslocar pesquisadores por longo período a Brasília para executar essa tarefa, não reunimos estatísticas referentes ao atendimento da Fundação Educar no Estado de São Paulo entre 1988 e 1990, exceto aqueles que coligimos diretamente junto às instituições conveniadas, através do questionário e planilha da pesquisa.

Da mesma forma, não encontramos meios para aferir o impacto do PNAC no atendimento em alfabetização de jovens e adultos no Estado de São Paulo.

Entre junho e agosto de 1991 o MEC prometeu vultosos recursos do PNAC para duas centrais sindicais: o Ministro Chiarelli reuniu-se em São Paulo com Luiz Antônio Medeiros da Força Sindical e assinou convênio no valor de Cr\$ 500.000.000,00; em 3/8/91 o Ministro reuniu-se com Francisco Canindé Pegado, presidente da CGT, em Porto Alegre, assinando convênio semelhante. As centrais sindicais citadas deveriam aplicar parte desses recursos em projetos de alfabetização de trabalhadores paulistas. Apesar de termos mantido correspondência com as mesmas, não conseguimos obter informações junto às duas centrais sindicais sobre a consumação dos convênios e a execução dos projetos de alfabetização.

A Secretaria de Estado da Educação de São Paulo recebeu, no primeiro trimestre de 1991, a primeira parcela da quota federal do salário educação, no valor de Cr\$ 16.304.904 (irrisórios 0,47% do total nacional). Segundo técnicos de planejamento da Secretaria, o MEC teria transferido ao Estado, no 1º semestre de 1991, valores em torno de Cr\$ 80.000.000,00 (aí incluídos os Cr\$ 16 milhões acima citados) para projetos específicos, na área do ensino profissionalizante e de *erradicação do analfabetismo*.

A Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB) do MEC destinou recursos do Tesouro da ordem de Cr\$ 43.420.000,00 aos municípios paulistas no final do 1º semestre de 1991, para projetos do PNAC apresentados dentro da sistemática de financiamento do MEC. Não temos informações sobre quais municípios teriam sido beneficiados por este procedimento.

3.1.3. Dados demográficos e sócio-econômicos

Procuramos reunir dados demográficos e sócio-econômicos gerais para os Municípios paulistas, com dupla finalidade: caracterizar os Municípios por porte e estabelecer uma tipologia, com vistas à estruturação de amostra e interpretação dos resultados; confrontar a demanda potencial por alfabetização de adultos com os dados de atendimento obtidos pela pesquisa, relacionando tais resultados com características sócio-demográficas da população, como sexo, ocupação, renda etc.

As duas instituições que reúnem bancos de dados dessa natureza no Estado de São Paulo são as fundações SEADE (Serviço Estadual de Análise de Dados e Estatísticas) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O SEADE opera com dados fornecidos pelo IBGE.

Os dados mais atualizados disponíveis no momento seriam os do Censo Demográfico de 1991. Entretanto, o IBGE somente divulgou os dados definitivos referentes à população total, por sexo e situação de domicílio do Censo de 91. Os demais dados demográficos e sócio-econômicos, entre eles os de alfabetização e analfabetismo, não foram ainda processados pelo IBGE.

Assim, estruturamos a amostra e procedemos à análise segundo o porte dos Municípios paulistas, de acordo com as classes de população, mas não pudemos analisar a relação entre demanda potencial e oferta de escolarização básica de jovens e adultos, e tampouco interpretar os resultados face a outras variáveis sócio-econômicas e demográficas.

As únicas estatísticas universais sobre índices de analfabetismo e alfabetização por faixas etárias disponíveis até o momento são do Censo de 1980, exaustivamente analisadas no estudo realizado pela Fundação de Desenvolvimento da Educação (FDE), publicado com o título Analfabetismo - o grande não (São Paulo, FDE, 1990. 177p).

Trabalhamos ainda com os dados amostrais de escolaridade da população estadual da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1990, publicados pelo IBGE.

3.2. A coleta direta de dados descritivos e quantitativos

3.2.1. A pesquisa do Cepam em 1987

A Fundação Prefeito Faria Lima - Centro de Estudos e Pesquisas em Administração Municipal (CEPAM) realizou em 1987 a pesquisa que resultou na publicação *A educação nos Municípios paulistas* (São Paulo, CEPAM, 1990. 94p.), que entre outros níveis e modalidades de ensino, estudou o atendimento em educação de jovens e adultos na esfera municipal. O relatório apresentava os dados agregados. Estabelecemos contato com a equipe que coordenou a pesquisa no intuito de obter os dados desagregados por Município, bem como trocar experiências sobre metodologia de pesquisa. Os dados mencionados haviam sido processados em Fortran, requerendo computador de grande porte e programas de conversão que não dispúnhamos. Assim, com autorização do CEPAM, coletamos manual e diretamente dos 447 questionários arquivados os dados referentes à educação de jovens e adultos, em planilha que elaboramos para este fim. Pudemos assim conhecer a situação de atendimento dos Municípios paulistas no ano imediatamente anterior ao período considerado por nossa pesquisa. Esses dados foram informatizados em um banco específico.

3.2.2. O questionário-base da pesquisa

Com o objetivo de coletar diretamente estatísticas e dados de caracterização do atendimento em alfabetização de adultos, elaboramos um questionário auto-aplicado, a ser remetido pelo correio ao cadastro de agentes.

A primeira versão do questionário foi elaborada entre abril e maio de 1992. Selecionamos 16 agentes com os quais já tínhamos contatos anteriores para teste do instrumento: 9 órgãos públicos municipais, 2 empresas, 1 órgão público estadual, 1 universidade e 2 organizações não governamentais. Até meados de julho recebemos críticas, sugestões e respostas aos questionários-teste. O questionário foi então reformulado (clareza na redação e diagramação, inclusão de perguntas e variáveis, orientações para o preenchimento da planilha de estatísticas) e remetido pelo correio aos agentes cadastrados.

Data de remessa pelo correio	24/7	08/8	10/8	18/8	Total
Nº de questionários enviados	90	153	47	286	576

O índice de resposta foi de 29,16%, assim distribuídos nas categorias: 168 questionários respondidos, sendo 145 de prefeituras, 4 de empresas, 3 de organizações não governamentais, 2 de igrejas⁸, 1 de sindicato, 1 de escola particular e 12 de

⁸ As duas igrejas que nos enviaram questionário - uma de Santos e outra do Guarujá - na verdade cedem espaço para o funcionamento de cursos de SI mantidos pelas administrações municipais. Esses questionários tiveram, então, que ser desprezados: os dados desse atendimento já estavam incluídos nos questionários enviados pelas respectivas prefeituras.

Escolas Estaduais de Primeiro Grau⁹. As respostas aos questionários foram codificadas e tabuladas no programa preparado para este fim.

3.3. O processamento dos dados

Enquanto os dados eram coletados, foram concebidos os programas de processamento pelo Setor de Processamento de Dados do Cedi. Os programas adotados e concebidos foram:

- documentação bibliográfica: adotou-se o programa já em uso pelo Cedi, em linguagem Clipper/DBase, que contém a indicação bibliográfica completa, classificação temática e subtemática, palavras-chave e resumo analítico da obra.
- cadastro: foi adaptado programa de cadastro desenvolvido pelo Cedi, com nome de instituição e responsável, código de ficha e Município, endereço completo, palavras-chave e texto descritivo. Esse programa incorporou os dados fornecidos pelos cadastros da Secretaria de Estado da Educação fornecidos pela Fundação de Desenvolvimento da Educação e pelo Centro de Informações Educacionais e aqueles coletados pela equipe de pesquisa, que compatibilizou códigos e informações contraditórias, atribuiu palavras-chave e acrescentou no texto informações relevantes coletadas ao longo da pesquisa.
- banco de dados descritivos: foi elaborado programa de armazenamento e processamento dos dados coletados mediante a tabulação e codificação das respostas do questionário-base da pesquisa.
- banco de dados quantitativos: foi elaborado programa para o processamento os dados coletados através da planilha que acompanha o questionário-base da pesquisa; foram refeitos a estrutura e o *lay-out* dos dados obtidos em disquetes junto aos órgãos federais e estaduais, de maneira a armazená-los em bancos compatíveis entre si.

3.4. Tentativas de dar capilaridade à pesquisa

O projeto inicial da pesquisa previa a contratação de auxiliares de pesquisa de campo, para atuarem regionalmente em contatos diretos com os informantes. A execução do orçamento da pesquisa, entretanto, não permitia contratação de auxiliares por períodos prolongados. Optou-se por investir na qualificação do cadastro e aguardar o retorno dos questionários.

Procuramos obter o auxílio de organismos estaduais que possuem escritórios e pessoal distribuídos pelo interior, com a finalidade de dar maior capilaridade à pesquisa. Com esse objetivo contactamos a Subsecretaria de Integração Regional da Secretaria de Governo e a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) da Secretaria de Estado da Educação, que não puderam colaborar na intervenção regional. A Divisão de Ensino Supletivo da CENP, porém, forneceu informações relevantes para a pesquisa.

Solicitamos também o apoio da Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação), tendo em vista a grande colaboração que a mesma deu à pesquisa realizada pelo Cepam em 87. Visitamos o dirigente estadual da entidade e comparecemos a reuniões do Conselho, obtendo dados que qualificaram o cadastro da pesquisa.

⁹ Alguns municípios que não mantêm atendimento em alfabetização de jovens e adultos encaminharam os questionários às escolas estaduais que o fazem. Esses questionários foram desprezados, pois seus dados já haviam sido coletados de modo centralizado junto ao CIE/SEE.

3.5. Pesquisa bibliográfica

O Programa Educação e Escolarização Popular do Cedi possui um dos mais completos acervos bibliográficos do país nos temas relacionados à educação de jovens e adultos e ao ensino supletivo. Atualizar o acervo para a finalidade desta pesquisa implicava, basicamente, pesquisar as dissertações, teses e relatórios de pesquisa produzidos a partir de 1988.

Para fazê-lo, enviamos correspondência aos centros de pós graduação em educação, psicologia e linguística das três universidades estaduais (USP, UNICAMP, UNESP), confessionais (PUC/SP, PUCCAMP, UNIMEP) e federal (UFSCar). Todas as instituições responderam a correspondência. As respostas positivas foram encaminhadas ao Setor de Documentação para recuperação pelo sistema de comutação bibliográfica (COMUT).

Ao final dessa pesquisa, o setor de documentação obteve uma listagem de aproximadamente 200 títulos relacionados à alfabetização de adultos e ensino supletivo no Estado de São Paulo. Dentre eles, selecionamos aqueles de maior relevância para a pesquisa, citados na bibliografia ou notas bibliográficas deste relatório.

4. Histórico da alfabetização de adultos no Estado de São Paulo

Segundo Beisiegel (1974), até meados dos anos 40, o ensino de adultos encontrava-se pouco desenvolvido no Estado de São Paulo, mas já naquela época o governo estadual mantinha Cursos Populares Noturnos de Educação Primária, com dois anos de duração. A essa iniciativa somavam-se cursos similares mantidos por prefeituras e entidades particulares, totalizando 702 classes em 1946.

Em 1947, o governo federal deu início à Campanha Nacional de Educação de Adultos, destinando ao Estado de São Paulo recursos para a manutenção de mil classes de ensino supletivo. Esses recursos foram ampliados nos anos subseqüentes, de maneira que em 1950 já eram 2.100 as classes mantidas em convênio com o governo federal. Para implementar a campanha em São Paulo, foi criado, em 1948, o Serviço de Educação de Adultos (SEA). A lei que regulamentou o SEA colocou os recursos materiais e humanos do ensino primário fundamental a serviço da educação de adultos, estimulando o magistério para essa atividade através de gratificações e da atribuição de pontos, válidos para a ascensão na carreira.

Ainda na década de 50, o governo federal desencadeou a Campanha Nacional de Educação Rural, que no Estado de São Paulo se desenvolveu em Pinhal, Ilhabela, Avaré e Apiaí. Em 1958, a Campanha Nacional de Educação de Adultos foi substituída pela Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, que teve pequena repercussão em São José dos Campos e em Caraguatatuba. Esses empreendimentos localizados não afetaram substancialmente o ensino supletivo no Estado, cujo funcionamento estável se deveu fundamentalmente à atuação do Serviço de Educação de Adultos.

No início dos anos 60, a repercussão das idéias pedagógicas de Paulo Freire e a efervescência político-social que o país vivia ensejaram experiências alternativas de alfabetização de adultos, como a promovida em 1963 pela União Estadual dos Estudantes em Osasco e a Operação Ubatuba, conduzida em 1964 pelo Movimento de Educação. Com o golpe militar de 1964, esses movimentos de educação popular foram desarticulados.

A concepção tecnicista de educação que passou a prevalecer nos meios oficiais incentivou o desenvolvimento de tecnologias educacionais, dentre as quais as de

educação à distância. Em 1969, a Fundação Padre Anchieta, em convênio com o Serviço de Educação de Adultos da Secretaria Estadual de Educação, desenvolveu projeto experimental de ensino pelo rádio e pela televisão: o Curso de Madureza Ginásial, destinado à preparação dos candidatos aos exames de madureza.

Neste mesmo ano o SEA foi extinto, e substituído pelo Serviço de Ensino Supletivo, criado pelo Decreto 52.324/69.

Como decorrência da Lei 5.379 de 15/12/67, o Estado de São Paulo estruturou a Coordenação do Mobral em 1971, o que já ocorrera em 1970 no âmbito da capital paulistana.

A promulgação da Lei 5692/71 que instituiu o Ensino Supletivo nos moldes vigentes atualmente, ao invés de estimular a ampliação do ensino de adultos, acabou por reduzir o atendimento, ao menos no âmbito da rede estadual de cursos. A ampliação do ensino básico obrigatório para 8 anos implicou na multiplicação de salas do ensino diurno e noturno e dos turnos nas escolas, o que acabou por restringir o espaço físico e institucional para os cursos supletivos, que viram suas salas reduzidas de 3.000 para 1.000 em 1977¹⁰.

As modalidades de oferta, sem dúvida, se diversificaram. Já em 1971 foi constituída a Comissão Central de Exames Supletivos, que passou a promover os Exames Supletivos de Educação Geral em substituição aos de Madureza, e em 1976 deu início à oferta de Exames de Suplência Profissionalizante. Em 1976 teve início também a recepção organizada do Projeto Minerva (Suplência de 1o. Grau via rádio), serviço este que perdurou até 1983. Em 1978 foram ao ar as primeiras emissões do Telecurso 2º. Grau, produzido pela Fundação Roberto Marinho em convênio com a Fundação Padre Anchieta. Em 1981 foi a vez do Telecurso 1º. Grau e da instalação do primeiro CES (Centro de Estudos Supletivos) no Estado de São Paulo.

Os dados apontam, entretanto, para uma redução do número de salas e matrículas nos cursos supletivos sistemáticos entre 1976 e 1982. Nota-se também a crescente privatização desse setor, especialmente nas últimas séries do 1o. Grau e no 2o. Grau. A equipe responsável pelo Ensino Supletivo na Secretaria de Educação possuía inúmeras funções de assistência técnica e supervisão, mas estava isenta da criação e manutenção de cursos. A política vigente era de que a ação do Estado deveria ser supletiva, desenvolvendo-se apenas nas regiões e níveis de ensino em que não houvesse atendimento por parte da iniciativa particular ou de outras do setor público. Barreto (1989) aventa a hipótese de que tal esvaziamento da rede estadual de cursos supletivos resulte de um acordo tácito entre a Secretaria de Educação e o setor privado, mediado pelo Conselho Estadual de Educação, onde este último era majoritariamente representado.

A partir de 1982, com as eleições diretas do governo estadual, a rede de ensino do Estado passou a ser pressionada para ampliar a suplência pública, o que passou a realizar especialmente a nível do 1o. Grau. Nessa época, ex-alunos do Mobral da capital organizaram-se para reivindicar a continuidade de estudos através da suplência. Em 1985 o Movimento de Educação da Zona Leste chegou a organizar diversas caravanas à Secretaria da Educação reivindicando a abertura de cursos supletivos públicos; no mesmo ano, conquistaram as oito primeiras salas de suplência no bairro de Ermelino Matarazzo, na capital.

O crescimento do atendimento público na rede estadual foi perceptível até 1988, com a ampliação da Suplência I (correspondente às séries iniciais do 1o. grau) a taxas de 20%

10 BARRETO, Elba S. de Sá. *O público e o privado na expansão do ensino supletivo em São Paulo*. Rev. Bras. de Est. Pedag., 70 (164). Brasília, INEP, jan./abr. 1989, p. 7-34.

ao ano, instalação dos cursos de 5a. à 8a. séries do 1o. Grau (a partir do 2o. semestre de 1984), de 2o. Grau (a partir de 1987), e de novos CES na capital e interior. Os níveis de atendimento anteriores a 1970, porém, não haviam sido restabelecidos até 1988. Neste ano, a Prefeitura Municipal de São Paulo ofereceu sozinha muito mais classes e vagas na capital do que a Secretaria Estadual em todo o Estado.

Embora a Constituição de 1988 determine a extensão aos jovens e adultos do direito à educação básica pública e gratuita, responsabilizando a União, os Estados e os Municípios por sua oferta, a cooperação entre as esferas de governo no campo de ensino supletivo não se tem consubstanciado em São Paulo. O Ministério da Educação deixou de repassar recursos aos Municípios para a alfabetização de adultos através da Fundação Educar, antes mesmo de ela ser extinta, pela Medida Provisória 151/90.

Os reiterados projetos da Secretaria Estadual de Educação para a melhoria do ensino noturno¹¹ e a ampliação do atendimento escolar aos adultos mal saíram do papel, e a dotação do Ensino Supletivo representa ínfima parcela orçamento educacional do Estado. Assim, os serviços de educação estão sendo "empurrados" para a esfera dos Municípios, que quase sempre não dispõem de recursos humanos, financeiros e pedagógicos adequados e frequentemente não possuem nem rede física de escolas para atender a adultos.

5. O Estado de São Paulo e o analfabetismo

5.1. Algumas características econômicas e demográficas do Estado de São Paulo

A alta concentração industrial, sobretudo da grande indústria associada ao capital estrangeiro, vem fazendo do Estado de São Paulo um espaço especialmente propício ao processo de urbanização.

Embora a grande indústria esteja concentrada na Região Metropolitana, desde os anos 70 ela vem se expandindo rumo ao interior paulista que, com isso, tem sofrido um processo acelerado de desenvolvimento e transformação. *"A mudança atinge inclusive a área rural do estado, sendo que aí a agricultura passa igualmente por grande impacto modernizante para concorrer com os padrões internacionais de exportação, subordinando-se crescentemente à agroindústria e expulsando grande quantidade de mão-de-obra para as cidades do interior e para a Grande São Paulo (Fundação SEADE, 1989a)"*¹².

Esse processo de desenvolvimento tem levado as populações dos menores Municípios, sobretudo as de baixa renda, a migrarem em direção às cidades com economia mais dinâmica, resultando numa diminuição do contingente populacional desses pequenos Municípios, paralelamente à concentração populacional, não só na Grande São Paulo como também nos centros industriais interioranos que se firmaram no período. Segundo os dados do Censo, em 1991, 92,8% dos 31.546.473 habitantes do Estado viviam em zonas urbanas. E, se olharmos a distribuição dessa população pelos vários Municípios, perceberemos a força do fenômeno da concentração populacional nos grandes centros. Praticamente 65% (371) dos Municípios paulistas, reunindo menos de 20.000 habitantes cada um, representam, no total, apenas 9,6% da população total do Estado. Inversamente, 2% dos Municípios concentram 47,5% dessa população. Só na Grande

¹¹ Sobre este assunto, veja-se:

ALMEIDA, Laurinda Ramalho. *O ensino noturno no estado de São Paulo: um pouco de sua história e seus problemas*. Cadernos de Pesquisa (66). São Paulo, FCC, ago. 1988, p. 49-62.

¹² BARRETO, Elba S. de Sá. *Estado e Municípios: a prioridade ao ensino fundamental em São Paulo*. Cadernos de Pesquisa (83). São Paulo, FCC, nov. 1992, p. 15-28.

São Paulo vivem 15.416.416 pessoas, praticamente a metade da população do Estado; e o Município da capital, sozinho, reúne 30,5% dessa mesma população.

Quadro 1. Distribuição dos Municípios e da População do Estado Segundo os Portes de Município

PORTE	Faixa Populacional	MUNICÍPIOS		POPULAÇÃO	
		N	%	N	%
1	até 20.000	371	64,86	3.040.022	9,64
2	20.001 a 50.000	105	18,35	3.393.990	10,76
3	50.001 a 100.000	47	8,21	3.393.417	10,76
4	100.001 a 300.000	38	6,64	6.720.893	21,30
5	Mais de 300.000	11	1,92	14.998.151	47,54
TOTAL		572	100,0	31.546.473	100,0

FONTE: IBGE. Censo Demográfico 1991.

A intensificação do processo de urbanização do interior traz consigo características semelhantes às vividas já em décadas anteriores na Grande São Paulo: as populações de baixa renda vão sendo expulsas para a periferia ao mesmo tempo em que se deterioram, rápida e acentuadamente, as condições de vida dessas cidades. Ao mesmo tempo, nos pequenos Municípios a população encontra reduzidas ofertas de emprego: sobretudo naqueles com menos de 5.000 habitantes (23,3% do total de Municípios) que se apresentam, na verdade, como "meros aglomerados rurais." (BARRETO, 1992, p.17)

Da observação da intensidade das diferenças entre os diversos Municípios paulistas ressalta a não correspondência direta entre quantidade de Municípios e tamanho da população. Daí decorre a necessidade de se trabalhar com os mesmos estratificados segundo o porte: caracterizar a "maioria dos Municípios" não é o mesmo que caracterizar a "maioria da população".

5.2. O analfabetismo e os índices de escolarização da população jovem e adulta no Estado de São Paulo

Segundo os dados do Censo Demográfico 1991, o Estado de São Paulo possuía 31.546.473 habitantes, o que representava 21,5% da população brasileira total (que somava 146.917.454 pessoas). O crescimento demográfico paulista no período intercensitário de 1980 a 1991 foi de 25,9%, o que corresponde a uma taxa de 2,36% ao ano.

Em 1991 a grande maioria da população paulista - 92,8% - encontrava-se concentrada nas zonas urbanas (contra 88,5% em 1980), dado que revela a intensidade e velocidade do processo de urbanização no Estado.

Os dados do Censo de 1991 relativos à instrução da população ainda não se encontram disponíveis.

Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1990, o analfabetismo absoluto alcançava 3.707.405 dos paulistas com 5 anos ou mais, o que representava 12,4% da população total nesta faixa etária. Embora o índice de analfabetismo seja mais elevado nas zonas rurais (19,7%) do que nas zonas urbanas (12,4%), a ampla maioria dos analfabetos paulistas (84,6%) vive em cidades, onde, em tese, o acesso à educação escolar seria favorecido.

Ampliando-se o conceito de analfabeto para a população que tem menos de 1 ano de estudo (escolaridade absolutamente insuficiente para garantir a aquisição da leitura e da escrita), o contingente de analfabetos na população paulista com idade igual ou superior a 10 anos resultava 2.514.792 habitantes (9,5% do total desta faixa etária), 82,9% dos quais viviam em zonas urbanas. Em 1990, 8,7% da população urbana e 17,2% da população rural do Estado com idade igual ou superior a 10 anos possuíam menos de 1 ano de instrução.

Na faixa etária de 15 anos ou mais, o analfabetismo absoluto alcançava 2.089.573 habitantes do Estado, 9,1% da população desta faixa etária em 1990. Também nesta faixa etária os analfabetos concentram-se nas zonas urbanas do Estado (83,7%), ainda que o índice de analfabetismo nas zonas rurais (16,4%) seja bem superior ao encontrado nas zonas urbanas (9,1%).

Se considerarmos a hipótese do *analfabetismo funcional*¹³ na população jovem ou adulta com menos de 4 anos de estudo (uma vez que esta seria a escolaridade mínima para assegurar o domínio da leitura e escrita sem maior risco de regressão ao analfabetismo), verificamos que a população com baixa ou nenhuma escolaridade ampliava-se para 7.672.762 habitantes, exatos 29% da faixa etária de 10 anos ou mais.

Assim, conclui-se que quase um terço dos habitantes do Estado de São Paulo conformariam o contingente que potencialmente poderia demandar programas de alfabetização e educação básica de jovens e adultos.

Embora a incidência de analfabetos em números relativos na população paulista represente um índice baixo face à média nacional (que é de 14% na população com 10 anos ou mais), em números absolutos o Estado contribui com 12,26% do total de analfabetos desta faixa etária existentes no país, em consequência da elevada concentração populacional em seu território (22,6% da população nacional), considerados os dados para a faixa etária de 10 anos ou mais da PNAD 1990, conforme tabela abaixo.

¹³ Sobre o conceito de analfabeto e alfabetizado, veja-se:

FERRARI, Alceu R. *Analfabetismo no Rio Grande do Sul: sua produção e distribuição*. Educação e Realidade, 16 (1). Porto Alegre, UFRGS, jan./jun. 1991, p. 3-30.

Quadro 2. Analfabetismo na Pop. de 10 anos ou mais nos Estados/1990

U.F.	POP. TOTAL	POP. SEM INSTRUÇÃO E COM MENOS DE 1 ANO DE ESTUDO	%
AM	1.436.442	116.449	8,1
PA	2.624.031	254.876	9,7
MA	5.204.444	1.365.075	26,2
PI	2.681.641	729.634	27,2
CE	6.512.345	1.893.166	29,1
RN	2.333.596	519.865	22,3
PB	3.276.297	845.340	25,8
PE	7.413.896	1.518.118	20,5
AL	2.438.930	715.058	29,3
SE	1.426.752	353.764	24,8
BA	11.806.807	2.964.022	25,1
MG	15.962.857	1.940.072	12,1
ES	2.538.214	325.546	12,8
RJ	14.194.718	1.152.451	8,1
SP	33.187.414	2.514.792	7,6
PR	9.164.881	1.001.613	10,9
SC	4.493.236	300.371	6,7
RS	9.241.571	681.626	7,4
MT	1.739.150	230.635	13,3
MS	1.807.068	231.790	12,8
GO	4.968.085	730.946	14,7
DF	1.879.219	122.573	6,5
BRASIL	146.331.594	20.507.782	14,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1990

Obs: Tocantins, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá não constam da PNAD.

5.2.1. A variação regional e local do analfabetismo

Para os Municípios paulistas, os dados de analfabetismo disponíveis são apenas aqueles do Censo de 1980, bastante desatualizados.

A variação regional do analfabetismo no Estado de São Paulo apresenta correlação com urbanização e industrialização: os índices de analfabetismo são maiores nas regiões com maior incidência de população rural e as taxas de alfabetização se elevam nas regiões mais urbanizadas e industrializadas.

Quadro 3. Analfabetismo e Pop. Rural por Reg. Administrativa - 1980

Regiões Administrativas	Analfabetismo(1)	População Rural(2)
1. Registro	30,1%	45%
2. Presidente Prudente	23,7%	31%
3. Marília	22,8%	28%
4. Sorocaba	22,4%	29%
5. São José do Rio Preto	21,7%	29%
6. Araçatuba	21,6%	23%
7. Bauru	21,3%	20%
8. Ribeirão Preto	19,9%	16%
9. São José dos Campos	19,9%	12%
10. Campinas	18,5%	21%
11. Santos	16,3%	5%
12. Grande São Paulo	15,9%	3%
Total do Estado	18,0%	11%
Interior	20,2%	20%

(1) População com 5 anos ou + que não sabe ler e escrever, 1980.

(2) Porcentagem de população rural em 1980.

Fonte: BRASIL. SEPLAN/SEP. Hierarquia das Regiões e dos Municípios do Estado de São Paulo. Apud: FDE. Analfabetismo; o grande não. São Paulo, FDE, 1990, p.125.

A variação local do analfabetismo no Estado de São Paulo apresenta duas tendências nítidas: os índices percentuais mais elevados encontram-se em Municípios de pequeno porte (menos de 20 mil habitantes), com elevada proporção de população rural em relação à média estadual, localizados fora dos grandes eixos urbano-industriais e distantes dos pólos regionais; já os maiores contingentes de analfabetos em números absolutos situam-se nos Municípios mais industrializados e populosos do Estado.

Quadro 4. Mun. com as mais elevadas taxas de Analfabetismo - 1980

No. Municípios	Pop.Total(1)	Pop.Rural(2)	Analfabetos	%
1. Iporanga	5.500	74%	1.441	44,1
2. Barra do Turvo	5.800	80%	1.450	43,7
3. Natividade da Serra	4.200	77%	2.043	40,4
4. Juquitiba	15.800	28%	3.316	37,5
5. Sarutaiá	3.100	54%	765	34,8
6. Queirós	1.700	44%	545	34,3
7. Eldorado	10.300	68%	2.692	34,2
8. Nazaré Paulista	5.800	70%	2.082	33,4
9. Monteiro Lobato	2.000	74%	642	32,6
10. Guapiara	17.600	79%	3.613	32,3

(1) População total projetada para 1990, segundo: SEADE. São Paulo em números. Projeções demográficas.

(2) Porcentagem da população rural em 1980, segundo: IBGE. Censo demográfico 1980.

Fonte: FDE. Analfabetismo; o grande não. São Paulo, FDE, 1990, p. 126.

Quadro 5. Municípios com maior número de analfabetos - 1980

No. Municípios	Pop. Total(1)	Pop. Urbana(2)	Analfabetos	%
1. São Paulo	11.380.000	98%	645.100	9,6
2. Campinas	942.300	89%	52.700	10,2
3. Guarulhos	868.700	80%	52.100	13,2
4. Osasco	581.400	100%	42.400	11,9
5. Santo André	524.900	100%	37.000	8,4
6. S. Bernardo C.	653.700	90%	31.700	9,8
7. Bauru	272.700	97%	31.200	21,3
8. Diadema	475.100	100%	26.500	16,0
9. Santos	427.900	100%	24.300	7,1
10. Ribeirão Preto	452.700	97%	23.000	9,1

(1) População total projetada para 1990, segundo: SEADE. São Paulo em números. Projeções demográficas.

(2) Porcentagem da população urbana em 1980, segundo: IBGE. Censo demográfico 1980. Fonte: FDE. Analfabetismo; o grande não. São Paulo, FDE, 1990, p. 128.

O estudo realizado pela FDE observa o paradoxo, segundo o qual os Municípios com altas taxas de industrialização e urbanização são simultaneamente aqueles em que o número absoluto de analfabetos é maior, ao mesmo tempo em que os índices relativos de analfabetismo são os menores:

"Este paradoxo desaparece quando se considera o papel mediador dos indicadores de qualidade de vida. Quando, no âmbito urbano, insinuam-se condições de vida que ainda hoje predominam na zona rural, aí temos concomitantemente alto analfabetismo. Os dados corroboram a idéia de que houve transferência do perfil rural carreado pela população que, vindo dessas áreas descuradas, fixou-se na periferia física, econômica e social da cidade, com uma terrível agravante: o analfabetismo que não chegava a ser um limitador de sobrevivência no Brasil "arcaico" rural, é na zona urbana condição que favorece a pobreza absoluta." (FDE, 1990)

6. Análise dos dados

6.1. Alerta sobre as limitações dos dados

6.1.1. Os dados fornecidos pelo Centro de Informações Estatísticas (CIE) da Secretaria de Estado da Educação

Conforme já foi observado no item 3 (Procedimentos de pesquisa), as únicas estatísticas sobre Suplência I (correspondente às 4 primeiras séries do 1º grau) no Estado de São Paulo disponíveis, referentes ao período analisado (1988-1992), eram as fornecidas pelo Centro de Informações Estatísticas (CIE), a partir do Levantamento de Dados da Educação sobre matrícula inicial (LDE-MI) e sobre avaliação e movimentação escolar (LDE-AME). Obtivemos junto ao CIE a movimentação escolar da Suplência I para o período 1988-91 e de matrícula inicial de 1992.

Os dados coletados pelo CIE são problemáticos, pois a legislação da Suplência I (SI) é flexível e o regime escolar pode ser semestral ou anual, enquanto as coletas são anuais. Embora o questionário do LDE solicite que sejam informados os dados por semestre, os totais municipais não conferem, provavelmente devido à convivência do

regime semestral e anual e à admissão de matrícula ao longo do semestre letivo. No caso da rede estadual, por exemplo, o regime é anual mas é possível iniciar-se o curso em agosto. Logo, os dados de total de matrículas e a movimentação escolar são pouco confiáveis e as porcentagens só podem ser calculadas com base na matrícula final.

É necessário alertar, ainda, que o levantamento LDE é realizado apenas em escolas regulares, excluindo portanto as unidades escolares que atendem exclusivamente o ensino supletivo, aí incluídos os cursos mantidos por empresas, igrejas, sindicatos e organizações não governamentais.

Além disso, ao confrontarmos os dados referentes à oferta de Suplência I pelas administrações municipais, constantes dessas estatísticas, com aqueles que obtivemos diretamente junto a uma amostra dos Municípios do Estado, evidenciou-se que esta oferta é bem maior que a que aparece nos dados colhidos pelo CIE. No ano de 1991, em uma amostra de 145 municípios, identificamos 75 cursos municipais de SI, enquanto o CIE registrou apenas 18 administrações municipais mantendo tais cursos¹⁴.

No caso dos cursos mantidos pela rede estadual de ensino, não ocorre esse tipo de problema pois o CIE faz parte da estrutura da Secretaria Estadual de Educação tendo, assim, acesso a todo o universo das escolas.

Uma outra dificuldade diz respeito aos números referentes ao rendimento escolar. Ao analisarmos tais dados, semestre a semestre, deparamo-nos com números bastante discrepantes: as matrículas registradas no 2º semestre são sempre bem maiores que as do primeiro. E, como os dados do ensino supletivo não são submetidos a análise de consistência, o próprio CIE não soube nos explicar os motivos das diferenças encontradas. É provável que no 2º semestre sejam lançados tanto os dados a ele referentes como aqueles que dizem respeito a cursos anuais. Como não é possível discriminarmos os dados semestrais daqueles anuais, tivemos que nos restringir à análise dos registros dos 2ºs semestres para podermos ter uma dimensão aproximada do que seja o atendimento e para podermos analisar a evolução das estatísticas ao longo dos anos.

Assim, os dados fornecidos pelo Centro de Informações Estatísticas da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo permitem-nos traçar um quadro apenas indicativo da oferta de Suplência I junto às escolas que oferecem também cursos regulares.

6.1.2. Os dados colhidos através do questionário "Perfil do Atendimento em Alfabetização de Jovens e Adultos no Estado de São Paulo".

Dos 572 Municípios do Estado de São Paulo, 145 responderam o questionário-base da pesquisa, ou seja, um retorno da ordem de 25,3%.

Com esse índice de respostas, as proporções encontradas estatisticamente poderão diferir das proporções reais, com 90% de confiança, em no máximo 5%.

Distribuindo esses 145 questionários de acordo com o porte dos Municípios, percebe-se que o índice de questionários respondidos aumenta acentuadamente conforme o tamanho da população. No caso dos portes 1 (até 20.000 habitantes) e 2 (entre 20.001

¹⁴ Grande parte dos cursos municipais de SI desenvolve-se em salas de aula cedidas por outra rede de ensino ou espaços cedidos por centros comunitários não tendo, portanto, seus dados coletados pelo LDE. Mesmo feita essa ressalva, identificamos na amostra da pesquisa, em 1992, 29 cursos municipais funcionando em instalações escolares da própria rede municipal; no mesmo ano, o CIE registra apenas 18 municípios, em todo o Estado, nessa situação.

e 50.000 habitantes) o índice de retorno dos questionários foi bastante pequeno e, para que os dados colhidos fossem estatisticamente válidos, tornou-se necessário agregar as duas categorias em um único porte de até 50.000 habitantes.

Quadro 6. Distribuição dos Questionários Respondidos

PORTE	Faixa Populacional	Total de Munic.	Questionários Respondidos	%
1 + 2	até 50.000	476	66	13,86
3	50.001 a 100.000	47	39	82,98
4	100.001 a 300.000	38	30	78,95
5	+ de 300.000	11	10	90,91
Total		572	145	25,35

Fonte: CEDI.EEP

Os dados obtidos, uma vez assim organizados, são estatisticamente representativos de todos os portes, podendo apresentar uma margem de erro de até 10%, com 90% de confiabilidade.

6.2. Cursos de Suplência I em Escolas Regulares

6.2.1. Distribuição do atendimento entre os Municípios

Os dados do CIE apontam o crescimento do número de Municípios em que há oferta de cursos de Suplência I junto a escolas regulares. De 1988 a 1992, o número de Municípios com Suplência I cadastrados pelo CIE cresceu em 19,08%: em 1988 eles representavam 68,71% dos 572 Municípios paulistas e, em 1992, 81,82%.

Quadro 7. Estado de São Paulo: Municípios com Suplência I (SI) em escolas regulares - 1988/92

ANO	TOTAL DE MUNICÍPIOS	MUNIC.C/SI EM ESC.REG.	%
1988	572	393	68,71
1989	572	401	70,10
1990	572	407	71,15
1991	572	433	75,70
1992	572	468	81,82

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Esse crescimento distribuiu-se por quase todo o Estado; nas regiões Metropolitana, de Registro, de São José dos Campos e Campinas houve Municípios que deixaram de oferecer SI em escolas regulares.

Quadro 8. Estado de São Paulo: Municípios com Suplência I em escolas regulares, por região administrativa - Evolução 1988/92

REGIÃO	TOTAL DE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS COM ATENDIMENTO									
		1988		1989		1990		1991		1992	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reg. Metropolitana	38	35	92,11	36	94,74	36	94,74	34	89,47	34	89,47
Registro	12	12	100,00	12	100,00	11	91,67	11	91,67	11	91,67
Santos	8	6	75,00	6	75,00	6	75,00	7	87,50	7	87,50
S. José dos Campos	36	30	83,33	31	86,11	29	80,56	27	75,00	28	77,79
Sorocaba	63	37	58,73	39	61,90	41	65,08	48	76,19	50	79,37
Campinas	83	55	66,27	58	69,88	54	65,06	52	62,65	60	72,29
Ribeirão Preto	22	17	77,27	17	77,27	17	77,27	18	81,82	18	81,82
Bauru	37	27	72,97	29	78,38	28	75,68	29	78,38	28	75,68
S. José do R. Preto	81	49	60,49	46	56,79	56	69,14	62	76,54	70	86,42
Araçatuba	36	24	66,67	27	75,00	24	66,67	25	69,44	27	75,00
Pres. Prudente	47	33	70,21	30	63,83	31	65,96	36	76,60	36	76,60
Marília	45	30	66,67	29	64,44	32	71,11	37	82,22	37	82,22
Central	23	12	52,17	14	60,87	17	73,91	16	69,57	20	86,96
Barretos	18	9	50,00	10	55,56	10	55,56	13	72,22	15	83,33
Franca	23	17	73,91	17	73,91	15	65,22	18	78,26	19	82,61

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Considerando-se os diferentes portes de Município, observa-se que o crescimento se deu principalmente entre aqueles Municípios com menos de 50.000 habitantes. Isso se explica porque os pequenos Municípios são a grande maioria no Estado (83,2%) e apresentavam em 1988 as menores taxas de oferta de Suplência I em escolas regulares: 63,66%, contra 100% dos Municípios com mais de 300.000 habitantes. Apesar do crescimento detectado no período, os Municípios com até 50.000 habitantes continuaram sendo os que possuem menor índice de atendimento.

Quadro 9. Estado de São Paulo: Municípios com Suplência I em escolas regulares, por porte - Evolução 1988/92.

PORTE	TOTAL DE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS COM ATENDIMENTO										Var. 88-92
		1988		1989		1990		1991		1992		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1	371	215	57,95	221	59,57	228	61,46	255	68,73	276	74,39	+ 28,4 %
2	105	88	83,81	91	86,67	90	85,71	89	84,76	94	89,52	+ 6,8 %
3	47	43	91,49	42	89,36	42	89,36	43	91,49	43	91,49	0
4	38	36	94,74	36	94,74	36	94,74	35	92,11	36	94,74	0
5	11	11	100,00	11	100,00	11	100,00	11	100,00	11	100,00	0

Obs: a definição dos portes dos Municípios encontra-se no quadro 6.

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Vale observar que, embora não houvesse oferta de SI em escolas regulares em 25% dos Municípios em 1991, como eles se situavam entre os menores Municípios do Estado, a grande maioria da população paulista (93,88%) residia em Municípios em que havia atendimento.

Quadro 10. Estado de São Paulo. População dos Municípios com SI em escolas regulares - 1991

Total de Municípios	Munic. com SI em esc.regul.	%	Popul. total do Estado	Popul. dos Munic. com atendimento	%
572	433	75,70	31.546.473	29.615.516	93,88

Fontes: SEESP. ATPCE. CIE - IBGE. Censo Demográfico 1991.

6.2.2. A distribuição do atendimento entre as diferentes Dependências Administrativas

Nos dados fornecidos pelo CIE, a rede estadual é a grande responsável pela oferta de cursos de Suplência I em escolas regulares: em 1991, 87,1% dos Municípios com SI em escolas regulares registravam atendimento exclusivo pelo Estado, e 8,8% registravam atendimento simultâneo em escolas estaduais e particulares. Apenas 1,4% dos Municípios com atendimento em SI não contavam com cursos em escola estadual. Naquele ano, as escolas particulares ofereciam cursos de SI em 10,2% dos Municípios com atendimento e apenas 4,2% desses Municípios possuíam atendimento em escolas municipais.

Contudo, é necessário lembrar que, segundo as informações colhidas diretamente junto às prefeituras, os dados referentes ao atendimento nas redes municipais de ensino são subestimados nas estatísticas do CIE.

Quadro 11. Estado de São Paulo: Participação das diferentes redes de ensino no atendimento de SI.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	MUNICÍPIOS COM SI EM ESCOLAS REGULARES							
	1988		1989		1990		1991	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Rede Estadual	387	98,47	399	99,50	405	99,51	427	98,61
Rede Particular	43	10,94	40	9,98	41	10,07	44	10,16
Rede Municipal	6	1,53	7	1,75	10	2,46	18	4,16
TOTAL	393	100,00	401	100,00	407	100,00	433	100,00

Obs.: As somas das parcelas não correspondem aos totais porque há Municípios onde mais de uma rede de ensino oferece Suplência I.

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Quadro 12. Estado de São Paulo: Distribuição dos municípios segundo as dependências administrativas do atendimento de SI - evolução 1988/91.

DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	TOTAL DE MUNICÍPIOS									
	1988		1989		1990		1991		1992	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
SÓ ESTADUAL	344	87,53	355	88,53	360	88,45	377	87,07	389	83,11
ESTADUAL/PARTICULAR	41	10,43	38	9,47	37	9,09	38	8,78	48	10,25
MUNICIPAL/ESTADUAL	2	0,51	5	1,25	4	0,98	6	1,38	12	2,56
SÓ MUNICIPAL	4	1,02	1	0,25	2	0,49	6	1,38	5	1,06
MUN./EST./PART.	-	-	1	0,25	4	0,98	6	1,38	10	2,14
SÓ PARTICULAR	2	0,51	1	0,25	-	-	-	-	4	0,85
MUNICIPAL/PARTICULAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	393	100,00	401	100,00	407	100,00	433	100,00	468	100,00

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

A importância da oferta de cursos de Suplência I pelas escolas estaduais aumenta na proporção inversa ao porte dos Municípios. Enquanto nos Municípios com mais de 300.000 habitantes a rede estadual era, em 1991, a responsável exclusiva pela SI em apenas 9,1% deles, entre aqueles com menos de 20.000 habitantes essa mesma rede era a responsável exclusiva em 98,4% dos casos. Quanto maior o Município, maior também a diversidade da oferta.

Quadro 13. Estado de São Paulo: Distribuição dos municípios segundo as dependências administrativas do atendimento de SI, por porte -1991

DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	MUNICÍPIOS COM ATENDIMENTO									
	PORTE 1		PORTE 2		PORTE 3		PORTE 4		PORTE 5	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
SÓ ESTADUAL	251	98,43	79	88,76	32	74,42	14	40,00	1	9,09
ESTADUAL/PARTICULAR	-	-	6	6,74	8	18,60	16	45,71	8	72,73
MUNICIPAL/ESTADUAL	1	0,39	1	1,12	3	6,98	1	2,86	-	-
SÓ MUNICIPAL	3	1,18	3	3,37	-	-	-	-	-	-
MUN./EST./PART.	-	-	-	-	-	-	4	11,43	2	18,18
SÓ PARTICULAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MUNICIPAL/PARTICULAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	255	100,00	89	100,00	43	100,00	35	100,00	11	100,00

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Quadro 14. Estado de São Paulo: Atuação da rede estadual entre Municípios com atendimento de SI, por porte.

PORTE	1988		1991	
	Presença do Est. entre Municípios c/Atendimento (%)	Atuação exclusiva do Est. em rel.aos Munic.com Atend.(%)	Presença do Est. entre Municípios c/Atendimento (%)	Atuação exclusiva do Est. em rel.aos Munic.com Atend.(%)
1+2	97,8	94,7	97,7	93,6
3	95,3	76,7	100,0	74,4
4	100,0	47,2	100,0	40,0
5	100,0	9,1	100,0	9,1

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Analisando-se a oferta de cursos, observa-se que na maioria dos Municípios (57,6%) a situação manteve-se estável ao longo dos 4 anos: a rede estadual foi a única a aí oferecer cursos de SI. Ao mesmo tempo, quase um terço dos Municípios (28%) demonstra uma instabilidade de atendimento bastante grande: ora a rede estadual aí oferece Suplência I, ora não há atendimento algum. E 97,7% desses casos são de Municípios com até 50.000 habitantes, o que é coerente com a observação feita acima de que os menores Municípios são os que mais dependem da rede estadual.

6.2.3. Os índices do atendimento

O crescimento da oferta de Suplência I em escolas regulares aparece não apenas no número de Municípios mas também no total de matrículas. Mesmo sabendo que os números registrados pelo CIE não refletem fidedignamente a realidade, podemos tomá-los como indicadores de tendências.

Os totais de matrícula final (que resultam da somatória de alunos aprovados, retidos e evadidos) cresceram 71,6% entre 1988 e 1991: elevaram-se de 70.125 para 120.343.

Quadro 15. Estado de São Paulo. Matrículas finais (2º semestre) nos cursos de SI junto a escolas regulares - evolução 1988-91.

ANO	TERMO 1	TERMO 2	TOTAL
1988	31.504	38.621	70.125
1989	39.828	50.229	90.057
1990	45.818	58.554	104.372
1991	52.840	67.503	120.343

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

À primeira vista, esse crescimento deveu-se sobretudo à ação dos governos municipais: nos dados do CIE, o atendimento municipal apresentou um crescimento de 2.560,6% nas matrículas finais, enquanto o atendimento estadual cresceu apenas 29,3% e o particular decresceu 2,2%.

Quadro 16. Estado de São Paulo: Evolução da matrícula final (2º semestre) em SI, por dependência administrativa - 1988/91

ANO	ATENDIMENTO NA REDE ESTADUAL		ATENDIMENTO NAS REDES MUNICIPAIS		ATENDIMENTO NA REDE PARTICULAR		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1988	63.996	91,26	1.191	1,70	4.938	7,04	70.125	100,0
1989	68.866	76,47	16.268	18,06	4.923	5,47	90.057	100,0
1990	74.216	71,11	25.479	24,41	4.677	4,48	104.372	100,0
1991	82.752	68,76	32.760	27,22	4.831	4,01	120.343	100,0

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Faz-se necessário considerar em separado os dados de matrículas nos cursos mantidos pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Primeiramente, salta aos olhos sua importância em relação aos totais de matrículas: em 1991, as 28.326 matrículas do ensino municipal paulistano representavam 86,5% do total de matrículas em escolas municipais e 23,5% do total geral no Estado. Mais do que isso, é preciso observar que em 1988 seu Programa de Educação de Adultos - EDA - estava subordinado à Secretaria do Bem Estar Social - SEBES - e seu atendimento não era computado no levantamento do CIE. A partir de 1989, com a subordinação do EDA à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, os dados passaram a ser captados pelo LDE e a constar das estatísticas fornecidas pelo CIE. Como o número de matrículas do EDA representa a maior parte do total de matrículas nas redes municipais, a sua omissão em 1988 e o seu registro a partir de 1989 fez com que o índice de crescimento das matrículas na dependência municipal ficasse extremamente elevado.

Procurando aproximarmo-nos o máximo possível da realidade, e de posse das estatísticas da Sebes para 1988, fizemos uma simulação das matrículas computando tais dados. No entanto, é preciso assinalar que parte do atendimento realizado pelo EDA se dá fora de escolas regulares (em espaços comunitários, cedidos por entidades) e os dados colhidos pelo CIE a partir de 1989 referem-se apenas às escolas regulares. Com isso, na simulação feita a seguir, a participação das matrículas do Município de São Paulo ganha peso maior em 1988 que nos anos subsequentes. Para se ter uma idéia da diferença observada em 1988, pode-se analisar a sequência histórica nos anos 89/91.

Quadro 17. Matrículas na rede municipal de São Paulo - evolução 1988-91 (2º semestre).

Ano	Dados do CIE	Dados do DOT-EDA
1988	--	24.237
1989	15.250	23.805
1990	23.016	30.662
1991	28.326	36.752

Fontes: SEESP. ATPCE. CIE/SMESP. DOT. EDA

Quadro 18. Estado de São Paulo: Matrículas finais em SI em escolas regulares (totais dos 2ºs semestres) - simulação, computados os dados do atendimento da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo para o ano de 1988

ANO	TOTAL	TOTAL MUNIC. S. PAULO	REDE MUNIC. DA CAPITAL
1988	94.362*	40.690*	24.247*
1989	90.057	29.584**	15.250**
1990	104.372	40.788**	23.016**
1991	120.343	45.928**	28.326**

* - com dados fornecidos pelo DOT-EDA

** - dados fornecidos pelo CIE

Fontes: SEESP. ATPCE. CIE/SMESP. DOT. EDA

Considerando, então, as matrículas do EDA da PMSP para o ano de 1988, a taxa de crescimento do total das matrículas em Suplência I em escolas regulares entre 1988 e 1991 seria de 37,0% (em lugar dos 71,6%) e a das matrículas nas redes municipais de ensino, cairia dos 2.560,6% acima registrados para 28,8% no mesmo período, abaixo do índice de crescimento das matrículas na rede estadual. No entanto, não podemos tirar conclusões apressadas a partir desses índices, pois o número de matrículas nas redes municipais em 1992 aqui registrado não corresponde ao total real das mesmas - conforme já observado (v. 6.1.1.). Na amostra que compôs nosso levantamento de dados junto às administrações municipais, identificamos um número bem maior de programas municipais de alfabetização de jovens e adultos que aquele registrado pelo CIE.

Quadro 19. Estado de São Paulo: Evolução da matrícula final em SI, por dependência administrativa, computados os dados de matrícula na rede municipal da Capital em 1988.

ANO	ATENDIMENTO NA REDE ESTADUAL		ATENDIMENTO NAS REDES MUNICIPAIS		ATENDIMENTO NA REDE PARTICULAR		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1988	63.996	91,26	1.191	1,70	4.938	7,04	70.125	100,0
1989	68.866	76,47	16.268	18,06	4.923	5,47	90.057	100,0
1990	74.216	71,11	25.479	24,41	4.677	4,48	104.372	100,0
1991	82.752	68,76	32.760	27,22	4.831	4,01	120.343	100,0

Fontes: SEESP. ATPCE. CIE/ SMESP. DOT. EDA

No caso das matrículas finais junto às escolas estaduais, embora elas tenham crescido 29,3% em termos absolutos, sua participação no total de matrículas do Estado caiu de 91,3% em 1988, para 68,8% em 1991. No mesmo período, as matrículas em SI em escolas municipais, que representavam apenas 1,7% do total de matrículas em 1988 (ou 26,95% considerando-se as matrículas junto à rede municipal da capital), passaram a representar 27,2% daquele total.

Na rede particular, o número absoluto de matrículas decresceu 2,16% entre 1988 e 1991 e sua participação no total geral de matrículas caiu de 7,04% para 4,01%.

É necessário registrar que o CIE computa os cursos de SI do Serviço Social da Indústria (SESI) na dependência administrativa particular. É provável que o atendimento do SESI represente grande parte das matrículas na rede particular, pois, segundo informações prestadas pelo próprio SESI, os números de matrículas registradas em SI - 8.588 no 2º semestre de 1991 - são acentuadamente maiores que os aqui registrados para toda a rede particular.

Quadro 20. Estado de São Paulo: Evolução do atendimento em SI na rede estadual - 1988/91 (2ºs semestres).

ANO	TOTAL DE MUNIC.C/ ATEND.	MUNIC.C/ ATEND.NA REDE EST.	%	TOTAL DE MATRIC.	MATRIC. NA REDE ESTADUAL	%
1988	393	387	98,47	70.125	63.996	91,26
1989	401	399	99,50	90.057	68.866	76,47
1990	407	405	99,51	104.372	74.216	71,11
1991	433	427	98,61	120.343	82.752	68,76

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Quadro 21. Estado de São Paulo: Evolução do atendimento nas redes municipais - 1988/91 (2ºs semestres) - excluídas as matrículas da rede municipal da Capital no ano de 1988.

ANO	TOTAL DE MUNIC.C/ ATEND.	MUNIC.C/ ATEND.NA REDE MUN.	%	TOTAL DE MATRIC.	MATRIC. NAS REDES MUNICIP.	%
1988	393	6	1,53	70.125	1.191	1,70
1989	401	7	1,75	90.057	16.268	18,06
1990	407	10	2,46	104.372	25.479	24,41
1991	433	18	4,16	120.343	32.760	27,22

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Quadro 21 A. Estado de São Paulo: Evolução do atendimento em SI nas redes municipais - 1988/91 - considerados os dados de matrícula na capital para o ano de 1988.

ANO	TOTAL DE MUNIC.C/ ATEND.	MUNIC.C/ ATEND.NA REDE MUN.	%	TOTAL DE MATRIC.	MATRIC. NAS REDES MUNICIP.	%
1988	393	6	1,53	94.362	25.428	1,70
1989	401	7	1,75	90.057	16.268	18,06
1990	407	10	2,46	104.372	25.479	24,41
1991	433	18	4,16	120.343	32.760	27,22

Fontes: SEESP. ATPCE. CIE/ SMESP. DOT. EDA.

Quadro 22. Estado de São Paulo; Evolução do atendimento em SI na rede particular - 1988/91 (2ºs semestres)

ANO	TOTAL DE MUNIC.C/ ATEND.	MUNIC.C/ ATEND.NA REDE PART	%	TOTAL DE MATRIC.	MATRIC. NA REDE PARTIC.	%
1988	393	43	10,94	70.125	4.938	7,04
1989	401	40	9,98	90.057	4.923	5,47
1990	407	41	10,07	104.372	4.677	4,48
1991	433	44	10,16	120.343	4.831	4,01

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

A atuação das diferentes redes de ensino também pode ser avaliada pelo número de classes de SI. Para o ensino supletivo, o CIE faz apenas um levantamento preliminar das classes que não é publicado e, após dois anos, fica registrado na PRODESP, tendo seu acesso extremamente dificultado. Assim, obtivemos apenas o número de classes de SI para os anos de 1991 e 1992; os dados de 1990 foram conseguidos junto à CENP (que os obteve do CIE); os dados disponíveis na CENP para o ano de 1989 não provêm do CIE e, para o ano de 1988 não há dado algum disponível.

No caso da rede estadual, o número de classes aumenta entre 1990 e 1991 e diminui no ano seguinte, período em que aumentam as classes na rede particular e, sobretudo, nas redes municipais.

Quadro 23. Estado de São Paulo: Número de classes de SI em escolas regulares - 1989/92.

ANO	REDE EST.	REDE MUNIC.	REDE PARTIC.
1989	2.051	(não disp.)	(não disp.)
1990	2.024	(não disp.)	(não disp.)
1991	2.217	1.146	174
1992	2.169	1.562	187

Fontes: SEESP. ATPCE. CIE/ SEESPO. CENP

Esta análise sobre a participação das diferentes redes de ensino na oferta de Suplência I em escolas regulares torna-se mais rica ao introduzirmos a variável de porte de Município: quanto menor o Município, maior a importância da atuação da rede estadual no total de matrículas. Inversamente, quanto maior o Município, maior também a importância das matrículas junto às redes municipais: nos Municípios com 300.000 habitantes ou mais sua participação no total de matrículas chega a 48,0%. No caso da rede particular, os números indicam que sua participação mais significativa, mesmo representando menos de 9,0%, está entre os Municípios que têm entre 100.000 e 300.000 habitantes.

Quadro 24. Estado de São Paulo: Atendimento de SI na rede estadual, por porte - 1991

PORTE	TOTAL DE MUNIC.C/ ATEND.	MUNIC.C/ ATEND.NA REDE EST.	%	TOTAL DE MATRIC.	MATRIC. NA REDE ESTADUAL	%
1	255	253	99,22	16.181	15.836	97,87
2	89	86	96,63	13.361	12.892	96,49
3	43	43	100,00	9.596	8.075	84,15
4	35	35	100,00	21.139	17.039	80,60
5	11	11	100,00	60.066	28.910	48,13

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Quadro 25. Estado de São Paulo. Atendimento de SI nas redes municipais, por porte - 1991.

PORTE	TOTAL DE MUNIC.C/ ATEND.	MUNIC.C/ ATEND.NA REDE MUN.	%	TOTAL DE MATRIC.	MATRIC. NAS REDES MUNICIP.	%
1	255	4	1,57	16.181	345	2,13
2	89	4	4,49	13.361	246	1,84
3	43	3	6,98	9.596	988	10,30
4	35	5	14,29	21.139	2.323	10,99
5	11	2	18,18	60.066	28.858	48,04

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Quadro 26. Estado de São Paulo. Atendimento de SI na rede particular, por porte - 1991

PORTE	TOTAL DE MUNIC.C/ ATEND.	MUNIC.C/ ATEND.NA REDE PART	%	TOTAL DE MATRIC.	MATRIC. NA REDE PARTIC.	%
1	255	-	-	16.181	-	-
2	89	6	6,74	13.361	223	1,67
3	43	8	18,60	9.596	533	5,55
4	35	20	57,14	21.139	1.777	8,41
5	11	10	90,91	60.066	2.298	3,83

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Ainda que o levantamento do CIE não abarque o conjunto dos programas municipais de alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos (como já foi observado no item 7.1.1.), isso não obscurece a tendência de participação crescente dessa esfera administrativa no ensino supletivo. Uma compreensão mais apurada do comportamento das prefeituras municipais no que tange à SI pode ser obtida analisando-se os dados coletados diretamente junto às mesmas (item 7.3.).

As estatísticas acima apresentadas significam muito pouco se não forem confrontadas com os índices de escolaridade da população. No entanto, confrontá-los aos dados do Censo de 1980 não faz sentido, e os dados do Censo de 1991, até o momento em que encerrávamos este relatório, ainda não haviam sido divulgados. Assim, não é possível no momento uma análise mais precisa da correlação entre o crescimento das matrículas em SI e a evolução dos índices do analfabetismo no Estado de São Paulo. Mas, utilizando-se a PNAD 1990, observa-se que as matrículas registradas nas três redes de ensino em 1990 não representavam mais que 4,9% dos analfabetos com 15 anos ou mais da população paulista; e se aos 2.089.573 de pessoas analfabetas registradas pela PNAD somássemos os totais de pessoas que não são computadas como analfabetas mas que possuem menos de 4 anos de escolaridade, certamente esse índice seria ainda bem menor.

Na ausência de dados do analfabetismo nos Municípios, tomamos a população total do Município - único dado do Censo de 1991 já disponível - como um parâmetro para se avaliar a abrangência do atendimento.

Em 1991, na maioria dos Municípios que ofereciam cursos de Suplência I em escolas regulares, a população que a eles teve acesso representava de 0,21% a 1,00% do total de habitantes. Em apenas 0,9% dos Municípios os cursos atingiam mais de 2,0% da população.

Quadro 27. Estado de São Paulo: Distribuição dos Municípios segundo as taxas de atendimento (população matriculada sobre população total do Município) em SI, 2º semestre-1991.

TAXA DE ATENDIMENTO	MUNICÍPIOS	%
sem atendimento	148	25,87
0,05 A 0,10 %	11	1,92
0,11 A 0,20 %	34	5,94
0,21 A 0,50 %	150	26,22
0,51 A 1,00 %	143	25,00
1,01 A 1,50 %	61	10,66
1,51 A 2,00 %	20	3,50
2,01 A 2,50 %	4	0,70
2,51 A 3,00 %	1	0,18
TOTAL	572	100,00

Fontes: SEESP. ATPCE. CIE/ IBGE. Censo demográfico 1991

Analisando-se os Municípios segundo o porte, pode-se perceber que são os menores Municípios que alcançam os melhores índices de atendimento. Com exceção de um Município de porte 4 (entre 100.001 e 300.000 habitantes), é apenas entre aqueles que têm até 50.000 habitantes que se registram taxas acima de 1,0% da população. Os dez Municípios com as mais altas taxas de atendimento (acima de 1,84%) têm todos menos de 6.500 habitantes.

Quadro 28. Estado de São Paulo. Distribuição dos Municípios segundo a taxa de atendimento (população matriculada sobre população total do Município) em SI, por porte - 2º semestre/1991.

TAXA DE ATENDIMENTO	PORTE 1		PORTE 2		PORTE 3		PORTE 4		PORTE 5	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
sem atendimento	122	32,88	19	18,10	4	8,51	3	7,89	-	-
0,05 A 0,10 %	1	0,27	2	1,90	5	10,64	2	5,26	1	9,09
0,11 A 0,20 %	5	1,35	9	8,57	9	19,15	8	21,05	3	27,27
0,21 A 0,50 %	61	16,44	39	37,14	24	51,06	21	55,26	5	45,45
0,51 A 1,00 %	102	27,49	31	29,52	5	10,64	3	7,89	2	18,18
1,01 A 1,50 %	56	15,09	4	3,81	-	-	1	2,63	-	-
1,51 A 2,00 %	19	5,12	1	0,95	-	-	-	-	-	-
2,01 A 2,50 %	4	1,08	-	-	-	-	-	-	-	-
2,51 A 3,00 %	1	0,27	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	371	100,00	105	100,00	47	100,00	38	100,00	11	100,00

Fontes: SEESP. ATPCE. CIE/IBGE. Censo demográfico 1991.

Se considerarmos o universo total do Estado, tínhamos 0,4% da população tendo acesso a cursos de Suplência I, o que certamente representa parcela ínfima da população analfabeta. Em 1990, a PNAD do IBGE, apontava 9,1% das pessoas com 15 anos ou mais no Estado como analfabeta - 2.089.573 pessoas. No segundo semestre daquele mesmo ano, o CIE registrava 104.372 alunos de Suplência I em escolas regulares, ou seja, apenas 5% dos analfabetos.

Ainda que esses dados não sejam exatos - de um lado os dados do IBGE foram colhidos por amostragem e, de outro, os números do CIE apresentam todas as limitações anteriormente registradas - podemos afirmar que o crescimento do número de cursos e de matrículas de SI em escolas regulares, embora significativo, está longe de alcançar parcela expressiva da população analfabeta.

6.2.4. Rendimento escolar

Conforme já foi observado no item 6.1.1., todos os cálculos de rendimento escolar foram feitos a partir dos dados referentes à movimentação escolar no 2º semestre de 1991.

6.2.4.1. Evasão

Se os números de alunos dos cursos de Suplência I em escolas regulares já são tão reduzidos, mais críticos ainda se tornam se deles subtrairmos os referentes à evasão. Ainda que se observe uma tendência decrescente, a evasão em 1991 ainda excluía 33,9% dos alunos dos cursos de Suplência I.

Quadro 29. Estado de São Paulo: Índices de evasão em cursos de Suplência I junto a escolas regulares - 1988/91.

ANO	TOTAL DE MATRÍCULAS	ALUNOS EVADIDOS	%
1988	70.125	27.418	39,10
1989	90.057	33.292	37,97
1990	104.372	35.909	34,40
1991	120.343	40.821	33,92

Fonte: SEEESP. ATPCE. CIE

A queda de 5% nas taxas de evasão observadas no período 88/91, ainda que pequena, não deixa de ser positiva; uma hipótese que os dados permitem levantar é de que essa diminuição seja fruto da maior participação das redes municipais na Suplência I: como se verá abaixo, as taxas de evasão nessa rede são sensivelmente mais baixas que nas outras duas redes.

Analisando-se os dados de evasão nos vários Municípios, constata-se que em metade deles a evasão situa-se acima de 40%, sendo que em mais de 27% deles as taxas situam-se acima de 50%.

Quadro 30. Estado de São Paulo: Distribuição dos Municípios segundo os índices de evasão - 1988/91.

TAXAS DE EVASÃO	% DOS MUNICÍPIOS COM ATENDIMENTO			
	1988	1989	1990	1991
0	5,8	5,6	5,9	3,3
0,1 A 10,0 %	3,6	2,2	3,6	2,1
10,1 A 20,0 %	8,0	5,6	8,4	8,5
20,1 A 30,0 %	10,8	11,5	12,8	15,2
30,1 A 40,0 %	18,3	17,4	17,0	21,8
40,1 A 50,0 %	22,2	21,6	21,6	21,9
50,1 A 60,0 %	15,5	16,3	14,3	13,4
60,1 A 70,0 %	8,9	11,9	9,3	7,6
+ 70,0 %	6,9	7,9	7,3	6,2
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEEESP. ATPCE. CIE

O comportamento das taxas de evasão varia de acordo com o porte do Município. Os dados revelam que mais de 70% dos Municípios com população superior a 100.000 habitantes conseguem manter a evasão abaixo de 40%, enquanto os menores Municípios mantêm-nas entre 30% e 60%. Estão também entre os menores Municípios aqueles que chegam a registrar mais de 60% de evasão.

Assim, a constatação de que os cursos de SI em escolas regulares tendem a atingir porcentagem maior da população nos menores Municípios, deve ser relativizada perante o fato de que é também entre esses Municípios que se encontram as mais elevadas taxas de evasão.

Quadro 31. Estado de São Paulo: Distribuição dos Municípios segundo os índices de evasão na SI, por porte - 2º semestre/1991.

TAXAS DE EVASÃO	% DOS MUNICÍPIOS COM ATENDIMENTO				
	PORTE 1	PORTE 2	PORTE 3	PORTE 4	PORTE 5
0	3,6	1,2	1,2	-	-
0,1 A 10,0 %	1,2	3,5	2,4	4,3	4,5
10,1 A 20,0 %	4,4	5,8	7,3	11,4	-
20,1 A 30,0 %	16,0	17,4	14,3	24,3	27,3
30,1 A 40,0 %	21,6	19,8	27,3	32,9	40,9
40,1 A 50,0 %	20,0	27,9	26,0	21,4	22,7
50,1 A 60,0 %	18,8	18,6	15,5	5,7	4,5
60,1 A 70,0 %	8,4	4,7	3,6	-	-
+ 70,0 %	6,0	1,2	2,4	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Na ausência de dados que nos permitam realizar afirmações categóricas, podemos apenas levantar hipóteses explicativas para o fenômeno da evasão nos pequenos municípios.

Constatamos anteriormente (item 6.2.2.) que é grande o número de Municípios com menos de 50.000 habitantes em que evidenciou-se uma inconstância no atendimento: num determinado ano há registro de atendimento, no ano seguinte não há registro algum, e no ano subsequente voltam a registrar atendimento de SI. Com esse quadro, é lícito supor que tais cursos se organizem de forma precária e, assim, contribuam para elevados índices de abandono escolar. Por outro lado, também observamos entre os pequenos Municípios uma tendência à emigração em direção aos grandes centros (item 5.1.): é possível que a emigração apareça nas estatísticas escolares na forma de evasão.

Por fim, na análise da evasão nos cursos de Suplência I em escolas regulares, é necessário observar que a rede estadual apresenta taxas bastante mais elevadas que as demais redes. Enquanto 70,5% dos Municípios com SI em escolas particulares e 55,5% daqueles com SI nas redes municipais mantinham suas taxas de evasão abaixo de 20%, mais da metade dos Municípios com cursos mantidos pela rede estadual concentram suas taxas de evasão acima de 40%.

Quadro 32. Estado de São Paulo: Distribuição dos Municípios segundo a evasão na SI nas diferentes redes de ensino - 2º semestre/1991.

TAXAS DE EVASÃO	% DOS MUNICÍPIOS COM ATENDIMENTO		
	Rede Estad.	Rede Munic.	Rede Partic.
0	2,1	5,5	9,1
0,1 A 10,0 %	1,0	27,8	9,1
10,1 A 20,0 %	5,0	22,2	52,3
20,1 A 30,0 %	14,3	16,7	22,7
30,1 A 40,0 %	25,4	16,7	2,3
40,1 A 50,0 %	24,2	11,1	4,5
50,1 A 60,0 %	17,5	-	-
60,1 A 70,0 %	6,7	-	-
+ 70,0 %	3,8	-	-
TOTAL	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Constatada essa discrepância nas taxas de evasão das três redes de ensino, resta uma questão: a origem de tão elevados índices na rede estadual encontrar-se-ia em fatores internos à própria organização desses cursos ou manifestar-se-iam aí os efeitos da emigração dos pequenos Municípios - onde a rede estadual atua praticamente sozinha? Apenas um estudo específico poderia dar conta da elucidação dessas relações.

6.2.4.2. Reprovação

Tomando-se o total do Estado, os índices de retenção nos cursos de Suplência I em escolas regulares, ainda que decrescentes, mostram-se também bastante elevados: em 1991, 19,7% dos alunos foram reprovados.

Quadro 33. Estado de São Paulo: Índices de reprovação em cursos de Suplência I junto a escolas regulares- 1988/91.

ANO	TOTAL DE MATRÍCULAS	ALUNOS REPROVADOS	%
1988	70.125	16.331	23,29
1989	90.057	20.434	22,69
1990	104.372	22.843	21,89
1991	120.343	23.802	19,78

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Embora a maior concentração de taxas de reprovação entre os Municípios situe-se entre 10% e 20%, mais de 40% dos Municípios mantêm suas taxas de reprovação acima dos 20%.

Quadro 34. Estado de São Paulo. Distribuição dos Municípios segundo os Índices de reprovação na SI - 2º semestre/1991.

TAXAS DE REPROVAÇÃO	% DOS MUNIC. COM ATENDIMENTO			
	1988	1989	1990	1991
0	11,1	11,5	12,5	14,4
0,1 A 10,0 %	16,2	19,2	19,9	19,6
10,1 A 20,0 %	23,6	24,7	24,3	25,6
20,1 A 30,0 %	21,0	20,5	21,0	16,7
30,1 A 40,0 %	13,6	12,6	10,0	11,9
40,1 A 50,0 %	7,6	6,2	6,3	7,2
50,1 A 60,0 %	2,9	2,4	2,0	2,5
60,1 A 70,0 %	1,7	0,8	2,0	1,8
+ 70,0 %	2,4	2,1	2,0	0,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Diferentemente do que acontece com os índices de evasão, as taxas de reprovação nos menores Municípios estão concentradas nas faixas inferiores, enquanto nos maiores Municípios concentram-se nas faixas subsequentes. Aqui também os dados não oferecem elementos explicativos, exigindo pesquisas complementares.

Quadro 35. Estado de São Paulo: Distribuição dos Municípios segundo as taxas de reprovação na SI, por porte - 2º semestre/ 1991.

TAXAS DE REPROVAÇÃO	% DOS MUNICÍPIOS COM ATENDIMENTO				
	PORTE 1	PORTE 2	PORTE 3	PORTE 4	PORTE 5
sem atendimento	12,1	4,7	3,6	-	-
0,1 A 10,0 %	23,7	18,6	22,6	18,6	9,1
10,1 A 20,0 %	32,5	33,7	36,9	25,7	45,4
20,1 A 30,0 %	15,3	17,4	15,5	30,0	36,4
30,1 A 40,0 %	8,4	14,0	16,7	18,6	9,1
40,1 A 50,0 %	4,4	8,1	4,8	7,1	-
50,1 A 60,0 %	1,6	2,3	-	-	-
60,1 A 70,0 %	1,2	1,2	-	-	-
+ 70,0 %	0,8	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Contrariamente ao que ocorre com os índices de evasão, no caso da reprovação as mais altas taxas encontram-se nas redes municipais. Este dado está em consonância com a observação feita acima, de que os maiores Municípios mantêm taxas de reprovação mais altas que aqueles com menos de 50.000 habitantes; como já foi visto, a presença das redes municipais de ensino na Suplência I é forte entre os Municípios com mais de 100.000 habitantes e quase nula entre os menores Municípios.

Quadro 36. Estado de São Paulo: Distribuição dos Municípios segundo a reprovação na SI nas diferentes redes de ensino - 2º semestre/1991.

TAXAS DE REPROVAÇÃO	% DOS MUNICÍPIOS COM ATENDIMENTO		
	Rede Estad.	Rede Munic.	Rede Partic.
sem atendimento	8,1	11,1	4,5
0,1 A 10,0 %	21,8	16,7	13,6
10,1 A 20,0 %	33,7	22,2	36,4
20,1 A 30,0 %	19,9	27,8	25,0
30,1 A 40,0 %	9,1	5,5	13,6
40,1 A 50,0 %	4,5	16,7	4,5
50,1 A 60,0 %	1,4	-	2,3
60,1 A 70,0 %	1,0	-	-
+ 70,0 %	0,5	-	-
TOTAL	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

6.2.4.3. Evasão e Reprovação

Ainda que os Municípios com mais de 100.000 habitantes apresentem estatísticas mais favoráveis, ao agregarmos os dados de evasão e reprovação, mais de 63% deles, em todas as faixas populacionais, situam-se acima de 50%.

Quadro 37. Estado de São Paulo: Distribuição dos Municípios segundo os índices de evasão + reprovação na SI, por porte - 2º semestre/1991.

TAXAS DE EVASÃO E REPROVAÇÃO	% DOS MUNICÍPIOS COM ATENDIMENTO				
	PORTE 1	PORTE 2	PORTE 3	PORTE 4	PORTE 5
sem atendimento	0,8	-	-	-	-
0,1 A 10,0%	0,4	-	-	-	-
10,1 A 20,0%	0,8	1,2	-	-	9,1
20,1 A 30,0%	1,2	4,7	-	2,8	-
30,1 A 40,0%	5,2	1,2	7,0	2,8	-
40,1 A 50,0%	17,7	10,5	12,9	25,7	27,3
50,1 A 60,0%	23,7	30,2	48,8	40,0	54,5
60,1 A 70,0%	26,9	34,9	23,2	28,6	9,1
+ 70,0 %	23,3	17,4	7,0	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Embora tenhamos constatado que as diferentes redes de ensino não têm comportamento semelhante no que diz respeito à evasão e à reprovação separadamente, ao agregarmos esses índices podemos perceber claramente que a rede estadual é a que apresenta taxas mais desfavoráveis: 77,7% dos Municípios com SI nessa rede apresentam perdas resultantes de reprovação e evasão acima de 50%.

Nessa mesma faixa encontram-se 38,9% dos Municípios com SI nas redes municipais e 20,4% daqueles com SI na rede particular.

A superioridade de desempenho da rede particular fica quase anulada, tendo em vista a pouca expressividade de sua participação na Suplência I.

Quadro 38. Estado de São Paulo: Distribuição dos Municípios segundo a evasão + reprovação na SI nas diferentes redes de ensino - 2º semestre/1991.

TAXAS DE EVASÃO + REPROVAÇÃO	% DOS MUNICÍPIOS COM ATENDIMENTO		
	Rede Estad.	Rede Munic.	Rede Partic.
sem atendimento	0,2	5,5	-
0,1 A 10,0 %	0,2	-	2,3
10,1 A 20,0 %	0,7	16,7	9,1
20,1 A 30,0 %	1,2	5,5	15,9
30,1 A 40,0 %	4,3	16,7	36,4
40,1 A 50,0 %	15,6	16,7	15,9
50,1 A 60,0 %	28,5	27,8	20,4
60,1 A 70,0 %	30,1	11,1	-
+ 70,0 %	19,1	-	-
TOTAL	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

6.2.4.4. Aprovação

Como se depreende dos dados de evasão e reprovação observados, os índices de aprovação apresentam-se, em geral, muito baixos. No entanto, pode-se observar, também, uma tendência de crescimento em tais índices no Estado em geral: em 1988, eles representaram 37% do total de matrículas e, em 1991, esse índice foi de 46%.

Quadro 39. Estado de São Paulo: Índices de aprovação em cursos de Suplência I junto a escolas regulares - 2º semestre/1991.

ANO	TOTAL DE MATRÍCULAS	ALUNOS APROVADOS	%
1988	70.125	26.376	37,61
1989	90.057	36.331	40,34
1990	104.372	45.620	43,71
1991	120.343	55.720	46,30

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Em 1988, 62% dos Municípios apresentaram taxas de aprovação abaixo de 40%; em 1991 essas taxas foram encontradas em 51,2% dos municípios. Entre 1988 e 1990 a faixa que apresentava maior concentração de Municípios era a de 30% a 40% de aprovação; em 1991, a maior concentração de Municípios ficou na faixa superior: entre 40% e 50% de alunos aprovados. Aproximadamente 60% dos Municípios têm apresentado taxas de aprovação entre 20% e 50%.

Quadro 40. Estado de São Paulo: Distribuição dos Municípios segundo os índices de aprovação na SI - 2º semestre/1991.

TAXAS DE APROVAÇÃO	% DOS MUNICÍPIOS COM ATENDIMENTO			
	1988	1989	1990	1991
sem atendimento	2,9	1,6	1,1	0,9
0,1 A 10,0 %	4,6	3,2	3,6	2,1
10,1 A 20,0 %	12,4	12,7	10,4	9,3
20,1 A 30,0 %	18,9	19,8	17,4	15,6
30,1 A 40,0 %	23,4	24,1	22,6	23,3
40,1 A 50,0 %	17,4	22,4	21,2	23,7
50,1 A 60,0 %	10,3	9,2	13,2	13,1
60,1 A 70,0 %	6,3	4,2	6,0	7,3
+ 70,0 %	3,8	2,8	4,5	4,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

O porte do Município parece influir positivamente nessas taxas. Entre os Municípios que têm até 50.000 habitantes, 45,9% apresentam taxas de aprovação acima de 40%; entre os Municípios com mais de 300.000 habitantes esse índice sobe para 72,7%.

Quadro 41. Estado de São Paulo: Distribuição dos Municípios segundo os índices de aprovação na SI, por porte - 2º semestre/1991.

TAXAS DE APROVAÇÃO	% DOS MUNICÍPIOS COM ATENDIMENTO				
	PORTE 1	PORTE 2	PORTE 3	PORTE 4	PORTE 5
sem atendimento	-	-	1,2	-	-
0,1 A 10,0 %	0,8	-	-	-	-
10,1 A 20,0 %	8,0	3,5	3,6	1,4	-
20,1 A 30,0 %	14,5	14,0	3,6	7,1	-
30,1 A 40,0 %	28,1	36,1	39,3	22,9	27,3
40,1 A 50,0 %	25,7	30,2	28,6	37,1	45,5
50,1 A 60,0 %	14,5	9,3	16,7	21,4	22,7
60,1 A 70,0 %	5,2	2,3	4,8	7,1	-
+ 70,0 %	3,2	4,7	2,4	2,9	4,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

A rede particular é a que apresenta melhores índices de aprovação: mais de 60% dos Municípios com SI nessa rede de ensino têm taxas de aprovação acima de 60%. Entre os Municípios com SI nas redes municipais, 44,5% têm as taxas de aprovação entre 40% e 60%, e a mesma porcentagem têm taxas de aprovação acima de 60%. Já na rede estadual, apenas 6,7% dos Municípios têm taxas de aprovação acima de 60%.

Quadro 42. Estado de São Paulo: Distribuição dos Municípios segundo a aprovação na SI nas diferentes redes de ensino - 2º semestre/1991.

TAXAS DE APROVAÇÃO	% DOS MUNICÍPIOS COM ATENDIMENTO		
	Rede Estad.	Rede Munic.	Rede Partic.
sem atendimento	-	-	-
0,1 A 10,0 %	0,5	-	-
10,1 A 20,0 %	5,7	-	-
20,1 A 30,0 %	12,9	-	-
30,1 A 40,0 %	31,3	11,1	-
40,1 A 50,0 %	29,4	27,8	22,7
50,1 A 60,0 %	13,4	16,7	15,9
60,1 A 70,0 %	4,5	16,7	34,1
+ 70,0 %	2,2	27,8	27,3
TOTAL	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

6.2.4.5. Evasão, Reprovação e Aprovação

Os números demonstram que os cursos de Suplência I em escolas regulares estão longe de atingir parcela significativa da população analfabeta. Se já é pequena a população que a eles tem acesso, mais ínfima é a que deles realmente se beneficia. Os 45.620 alunos aprovados em 1991, se comparados à população analfabeta apontada pelo PNAD 1990, não representam mais do que 2,18%. O único aspecto positivo a ser considerado é que a tendência observada, nos anos analisados, é de crescimento não só do número de matrículas mas também dos índices de aprovação. E esta tendência pode estar indicando que, apesar do descaso generalizado com esse nível de ensino, haja uma pressão crescente por parte da população e um crescente interesse por parte de setores políticos atuantes, sobretudo localizados nas esferas municipais. Por outro lado, a melhoria dos índices de rendimento pode tanto estar indicando uma melhoria na qualidade dos serviços oferecidos como também uma crescente tendência à facilitação dos mesmos.

Quadro 43. Estado de São Paulo: Rendimento escolar na Suplência I em escolas regulares.

SITUAÇÃO	1988		1989		1990		1991	
	N	%	N	%	N	%	N	%
EVASÃO	27.418	39,10	33.292	36,97	35.909	34,40	40.821	33,92
REPROVAÇÃO	16.331	23,29	20.434	22,69	22.843	21,89	23.802	19,78
APROVAÇÃO	26.376	37,61	36.331	40,34	45.620	43,71	55.720	46,30
TOTAL	70.125	100,00	90.057	100,00	104.372	100,00	120.343	100,00

Fonte: SEESP. ATPCE. CIE

Síntese das indicações de pesquisa relativas aos Cursos de Suplência I em escolas regulares

- Tem crescido o número de municípios em que ao menos uma das 3 redes de ensino oferece cursos de Suplência I. Entre 1988 e 1992 esse crescimento foi de 19,0%, atingindo, em 1992, 81,8% dos municípios paulistas.
- Esse crescimento vem se dando também entre os municípios com população inferior a 50.000 habitantes, mas fundamentalmente entre aqueles com população inferior a 20.000 habitantes - única faixa com índices de atendimento abaixo de 80%.
- A rede estadual é a que apresenta um atendimento mais abrangente: em 1992, ela oferecia SI em 98,6% dos municípios com atendimento em escolas regulares. Enquanto isso, nas estatísticas fornecidas pelo CIE, a rede particular atuava em apenas 10,1% dos municípios com atendimento (incluídos aí os cursos oferecidos pelo SESI) e a rede municipal em apenas 4,1% dos mesmos. Não se pode ignorar, porém, que nas informações colhidas diretamente junto a uma amostra de administrações municipais, identificamos um número bem maior de programas municipais de alfabetização de jovens e adultos.
- Os municípios com população inferior a 20.000 habitantes dependem quase que exclusivamente da rede estadual para a oferta de SI em escolas regulares: essa rede é a única a atuar em 98,4% dos municípios que contam com esse nível de ensino. Em 90,9% dos municípios com mais de 300.000 habitantes há mais de uma rede de ensino oferecendo cursos de SI.
- Em função dessa dependência, quase um terço dos municípios com registro de atendimento demonstrou uma instabilidade na oferta de SI entre 1988 e 1991 alternando as situações de "não atendimento" e de "atendimento exclusivamente pela rede estadual": 97,7% desses casos são de municípios com até 50.000 habitantes.
- O número de matrículas em SI registradas pelo CIE entre 1988 e 1991 apresentou crescimento superior ao crescimento do número de municípios com atendimento: 71,6%.
- Apenas a rede particular de ensino não registrou crescimento das matrículas no período: na rede estadual o índice foi de 29,3% e na redes municipais, considerando-se os dados referentes à rede municipal de ensino da Capital para o ano de 1988 - dados esses que não constam das estatísticas do CIE -, foi de 28,8%.
- As matrículas finais (evasão + reprovação + aprovação) na rede estadual, embora tenham apresentado crescimento, tiveram diminuída sua participação no total geral de matrículas em SI em escolas regulares no Estado: em 1988 elas representavam 91,3% e, em 1991, 68,8%.

- As matrículas finais em SI nas escolas regulares das redes municipais (consideradas as da Capital no ano de 1988) tiveram sua participação aumentada de 26,9% em 1988 para 27,2% do total das matrículas no Estado em 1991.

- As matrículas na rede particular de ensino tiveram sua participação no total de matrículas em SI no Estado diminuída: de 7,0%, em 1988, caiu para 4,0% em 1991.

- No momento em que escrevíamos este relatório ainda não estavam disponíveis os dados de matrícula em SI em escolas regulares no ano de 1992. Mas analisando-se o número de classes de SI nas três redes de ensino entre 1991 e 1992, observa-se um decréscimo de 2,1% nas classes da rede estadual, paralelamente a um acréscimo de 36,3% na rede municipal e de 7,4% na rede particular. A tendência de fortalecimento da atuação das redes municipais parece sólida, sobretudo se considerarmos os dados que obtivemos diretamente junto às administrações municipais. No caso da rede estadual de ensino, o decréscimo do número de classes de SI em 1992 representa uma inflexão em uma tendência até então ascendente; esse movimento é coerente com a política de desestímulo à suplência adotada pela SEESP, mas somente a divulgação dos dados referentes à movimentação escolar poderá confirmá-lo.

- Observou-se uma relação inversamente proporcional entre o porte do município e a participação da rede estadual no total das matrículas nas três redes de ensino: nos municípios com até 20.000 habitantes, as matrículas na rede estadual representavam, em 1991, 97,8% daquele total, enquanto nos municípios com população acima de 300.000 habitantes, representavam 48,1%.

- No caso das matrículas em SI nas redes municipais, observou-se uma tendência ao crescimento de sua participação no total das matrículas entre os municípios mais populosos, particularmente entre aqueles com mais de 300.000 habitantes: nessa faixa, suas matrículas representavam, em 1991, 48,0% do total de matrículas registradas, contra 2,1% do total de matrículas registradas entre os municípios com até 20.000 hab.

- As matrículas da rede particular apresentam participação mais significativa entre os municípios que têm entre 100.000 e 300.000 habitantes: 8,4%.

- Mesmo com todo o crescimento registrado, as matrículas em SI junto a escolas regulares atingem parcela irrisória das pessoas com menos de 4 anos de estudo - clientela potencial da Suplência I. As matrículas registradas nas três redes de ensino em 1990 representavam apenas 4,9% do total de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais de idade registradas pela PNAD 1990 - 2.089.573. Se a esse total somássemos os totais de pessoas que não são computadas como analfabetas, mas que possuem menos de 4 anos de escolaridade, certamente esse índice, já diminuto, desceria a patamares ainda mais inexpressivos. Apenas com a divulgação dos dados de escolaridade do Censo de 1991 poderemos estabelecer relações mais precisas.

- Comparando-se as matrículas em SI registradas com a população de cada município, observa-se que as matrículas atingiam, em 1991, em 90,1% dos casos, menos de 2% da população total. E, considerando-se a população total do Estado, as matrículas totais registradas nas três redes de ensino, naquele ano, atingiam apenas 0,4% da população.

- São os menores municípios que alcançam os melhores índices de atendimento: os 10 municípios que apresentam as melhores taxas de atendimento (acima de 1,84%) têm menos de 6.500 habitantes cada um.

- A já pequena representatividade dos totais de matrícula frente ao número de analfabetos torna-se ainda mais exígua ao observar-se os índices de evasão. Ainda que decrescente no período analisado (1988-1991), a evasão atingiu como patamar mínimo o índice ainda elevadíssimo de 33,9% das matrículas.

- Metade dos municípios com SI junto a escolas regulares registram índices de evasão acima de 40%, sendo que praticamente em um terço deles esses índices situam-se acima de 50%.

- As taxas de evasão apresentam-se mais elevadas entre os municípios com até 100.000 habitantes, diminuindo a vantagem que estes apresentam na relação matrículas/população total. Essas elevadas taxas podem ser explicadas por uma maior precariedade na organização dos cursos (já que constatou-se em boa parte dos pequenos municípios que os cursos de SI apresentaram uma existência precária no período) ou por efeito da emigração.

- As taxas de evasão apresentaram-se bastante mais elevadas na rede estadual - que atua sozinha na maior parte dos pequenos municípios - que nas demais redes de ensino. Os dados não permitem concluir se as causas dessa desvantagem estão na organização da própria rede de ensino ou se ela se ressentiu dos efeitos da emigração nos pequenos municípios.

- Os índices de retenção nos cursos de SI junto a escolas regulares no Estado, assim como os de evasão, apresentam-se decrescentes, porém elevados. Em 1991, 19,7% do total de alunos matriculados foram reprovados e mais de 40% dos municípios que registram atendimento apresentaram taxas de reprovação acima de 20%.

- Inversamente ao que ocorre com a evasão, as taxas de reprovação apresentam-se mais elevadas nas redes municipais e nos municípios mais populosos, onde essas redes têm atuação mais significativa.

- A tendência decrescente observada nos índices de evasão e reprovação no período analisado ainda não foi forte o suficiente para trazer tais taxas para níveis mais razoáveis: ao agregarmos esses dados, observamos que mais de 63% dos municípios com registro de oferta de SI apresentam mais de 50% de evasão e reprovação.

- Ao agregarmos os dados de evasão e reprovação também observamos que a rede estadual de ensino é a que registra o pior desempenho: na maioria absoluta dos municípios em que oferece SI, essa taxa agregada ultrapassa 50%. Simultaneamente, 38,9% dos municípios com SI nas redes municipais e 20,4% daqueles com SI na rede particular apresentam esse mesmo padrão de desempenho.

- Os índices de aprovação, embora baixos - em 1991 ele foi de 46% -, apresentam tendência de crescimento no período analisado.

- Os melhores índices de aprovação concentram-se na rede particular e nos municípios mais populosos: em 72% daqueles com mais de 300.000 habitantes o índice de aprovação registrado situa-se acima de 40%, contra 45% dos municípios com até 50.000 habitantes. A superioridade de desempenho da rede particular pouco significa no cômputo geral, dado o pequeno número de matrículas aí registrado.

- Os dados indicam uma tendência positiva: cresce o número de municípios com registro de oferta de SI em escolas regulares, cresce o número de alunos matriculados, diminuem as taxas de evasão e reprovação e aumentam as de aprovação. Este quadro evidencia que a questão da alfabetização de jovens e adultos vem ganhando espaço, tanto na sociedade civil, que exerce pressão nesse sentido, como nas esferas de poder.

- Apesar do crescimento registrado, os cursos de SI ainda atingem parcela ínfima da população que deles necessita. Observamos acima que apenas 4,9% do total de analfabetos registrados pela PNAD 1990 tiveram acesso a tais cursos naquele mesmo ano; mas, se considerarmos que apenas os aprovados realmente foram beneficiados, veremos que tais cursos não atingiram mais de 2,1% dos analfabetos - isso sem computar as pessoas com escolaridade inferior a 4 anos.

6.3. Atuação dos Governos Municipais na Suplência I

Procurando conhecer mais detalhadamente os programas municipais de alfabetização de adultos, com participação crescente na oferta global de SI, passamos agora a analisar os dados obtidos diretamente junto às administrações municipais, através de questionário auto-aplicado.

6.3.1. Os Municípios e a Suplência I

A maioria das administrações municipais oferece cursos de Suplência I. Os dados obtidos em 1992 comparados aos dados da pesquisa realizada pelo CEPAM em 1987 demonstram um acentuado crescimento na atuação da esfera municipal nesta modalidade de ensino: em 1987 a pesquisa identificou 43,8% das administrações municipais com atuação em Suplência I; em 1992 identificamos 58,2%.

Ainda que tenhamos empregado uma classificação de porte dos Municípios diferente daquela utilizada pelo CEPAM, encontramos uma mesma tendência de comportamento em relação à SI: quanto maior a população do Município, maior a probabilidade da

administração municipal oferecer programas de alfabetização para jovens e adultos. Os dados por nós colhidos apontam que 100% dos Municípios com mais de 300.000 habitantes oferecem tais cursos, enquanto menos da metade (48,5%) dos Municípios que têm até 50.000 habitantes o fazem.

Quadro 44. Estado de São Paulo: Municípios com cursos de Suplência I na rede municipal - 1992.

PORTE	Total de Question. Respond.	Munic. com Atendimento	%
1 + 2	66	32	48,48
3	39	21	53,85
4	30	21	70,00
5	10	10	100,00
Total	145	84	57,93

Fonte: CEDI. EEP. SPD

Quadro 44 A. Estado de São Paulo: Atuação dos Municípios no Ensino Supletivo de 1a. a 4a. Série, segundo o porte - 1987

ATUAÇÃO	Porte dos Municípios (população total)									
	0 a 20 mil h		20 a 50 m h		50 a 100 mh		+ 100 mil h		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não Atua	296	100,00	73	100,00	44	100,00	34	100,00	447	100,00
Atua	163	55,20	30	41,10	16	36,40	11	32,40	220	49,20
Sem informação	114	38,50	37	50,70	24	54,50	21	61,80	196	43,80
	19	6,40	6	8,20	4	9,10	2	5,90	31	6,90

Fonte: CEPAM, 1987.

Quadro 45. Estado de São Paulo: Tipos de oferta de Suplência I nas redes municipais de ensino - 1992

PORTE	Só Alfabet.		1a. à 4a. série		Alfabetiz. e 1a. à 4a.s.		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1 E 2	6	18,75	23	71,87	3	9,37	32	100,00
3	2	9,52	14	66,67	5	23,81	21	100,00
4	1	4,76	19	90,48	1	4,76	21	100,00
5	-	-	7	70,00	3	30,00	10	100,00
TOTAL	9	10,71	63	75,00	12	14,28	84	100,00

Fonte: CEDI. EEP. SPD

A pesquisa do CEPAM aponta que os pequenos Municípios oferecem vagas em pequena quantidade não apenas na Suplência I, mas nos diversos níveis e modalidades de ensino. Essa fragilidade no atendimento pode ser melhor compreendida quando se constata que *"também neles é que se observa maior dificuldade na implementação de uma organização administrativa e disponibilidade de profissionais capacitados."* (FUNDAÇÃO Prefeito Faria Lima, 1990, p.91)

Se é verdade que a administração dos maiores Municípios pode contar com maiores recursos orçamentários, maior organização administrativa e com profissionais capacitados, não é menos verdade que existe aí, também, uma maior pressão social, difusa ou organizada, por vagas escolares. Essa premência de escolaridade nos maiores Municípios pode ser elucidada com a justificativa dada pela Prefeitura de Sumaré para a criação de seu programa de alfabetização de jovens e adultos: *"O Município de Sumaré caracteriza-se por estar num processo de rápida urbanização e surpreendente crescimento populacional. A instalação de muitas indústrias favoreceu a migração de mão-de-obra não qualificada. A infra-estrutura insuficiente levou à favelização. Esta situação trouxe um alto índice de jovens e adultos analfabetos. Através de sucessivas reuniões com os representantes das Associações de Bairros foram organizados os núcleos de alfabetização"*.

Ainda que a tendência acima apontada seja de crescimento do atendimento municipal, isso não acontece uniformemente: há Municípios que, nestes últimos anos, deixaram de atuar em Suplência I. Mesmo que as amostras de nossa pesquisa e a do CEPAM não coincidam, identificamos 19 Municípios que se enquadram neste caso (13,1% de nossa amostra).

6.3.2. Origem dos Programas

Embora se tenha registro de programas governamentais de alfabetização para jovens e adultos desde a década de 40, e o Ensino Supletivo tenha recebido especial atenção na Lei 5692/71, quase metade dos cursos ofertados atualmente pelos Municípios tem origem recente: 48,8% deles tiveram início a partir de 1989.

Quadro 46. Estado de São Paulo: Data de início dos programas municipais de alfabetização

PORTE	Antes de 1970		1970-79		1980-84		1985-88	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1 E 2	-	-	3	9,4	3	9,4	4	12,5
3	-	-	5	23,8	-	-	3	14,3
4	2	9,52	1	4,8	-	-	2	9,5
5	1	10,00	2	20,0	-	-	3	30,0
TOTAL	3	3,57	11	13,1	3	3,6	12	14,3

Cont. quadro 46.

PORTE	1989		1990		1991		1992		1989-92		SEM RESPOSTA		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 E 2	2	6,3	4	12,5	4	12,5	4	12,5	14	43,8	8	25,0	32	100
3	2	9,5	4	19,1	1	4,8	4	19,1	11	52,4	2	9,5	21	100
4	3	14,3	7	33,3	4	19,1	1	4,8	15	71,4	1	4,8	21	100
5	3	30,0	-	-	1	10,0	-	-	4	40,0	-	-	10	100
TOTAL	10	11,9	15	17,9	10	11,9	9	10,7	44	52,4	11	13,1	84	100

Fonte: CEDI. EEP. SPD

Na verdade, em 16 desses Municípios que registram início a partir de 1989, os cursos já funcionavam há alguns anos, conveniados ao Programa Educar (e, muitas vezes, antes disso, ao MOBREAL). Mas as administrações municipais só os assumiram quando foi extinto aquele Programa.

Através de questão aberta, foi pedido um histórico da origem do programa. Dos 84 Municípios que responderam afirmativamente à existência de programas de alfabetização de jovens e adultos, 39 (46,4%) declararam que a extinção do Programa Educar foi o que os levou a assumí-los. Outros 7 (8,3%) não se referem à extinção daquele Programa, mas citam o MOBREAL no histórico dos cursos. Apenas o Município de Cotia (1,2%) localizou no PNAC a origem do curso.

Entre os demais Municípios, a maior parte das justificativas para a oferta dos cursos cita apenas a existência de analfabetos no Município e não fornece mais dados: 19,0% dos Municípios. Outros 7,0% localizam a origem dos programas em reivindicações da população. Quatro Municípios (4,8%) afirmam que o combate ao analfabetismo era proposta da administração municipal, sendo que 3 desses afirmam ser proposta partidária (todos os três administrados pelo Partido dos Trabalhadores). Dois Municípios iniciaram seus programas com projetos para funcionários municipais. Um programa teve origem na Igreja Quadrangular, outro surgiu por iniciativa de uma professora e um com o objetivo de preparação dos alunos para o exercício da cidadania. Cinco Municípios não citam o motivo da criação dos programas.

6.3.3. Caracterização do Atendimento Municipal de Supleância I

6.3.3.1. Distribuição Geográfica (Rural/Urbana)

A maior parte (58,3%) dos programas municipais de alfabetização de jovens e adultos são desenvolvidos exclusivamente na zona urbana; apenas 1,1% deles são desenvolvidos exclusivamente na zona rural. Mas como pouco mais de um terço (38,1%) deles são desenvolvidos simultaneamente nas zonas rural e urbana, tem-se 96,4% dos programas atuando na zona urbana e 39,2% na zona rural - índices que superam as porcentagens da distribuição do analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais (16,3% na zona rural e 83,7% na zona urbana).

Quadro 47. Estado de São Paulo: Distribuição do atendimento municipal em Suplência I segundo situação rural/urbana - 1992.

PORTE	Z. URBANA		Z. RURAL		URB.-RUR.		SEM RESP		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 E 2	21	65,63	1	3,13	10	31,25	-	-	32	100,00
3	9	42,86	-	-	12	57,14	-	-	21	100,00
4	11	52,38	-	-	9	42,86	1	4,76	21	100,00
5	8	80,00	-	-	1	10,00	1	10,00	10	100,90
TOTAL	49	58,33	1	1,19	32	38,10	2	2,38	84	100,00

Fonte: CEDI. EEP. SPD

6.3.3.2. Custeio

Enquanto a pesquisa do CEPAM identificou, em 1987, 95,41% dos governos municipais atuando em convênio com a Fundação Educar, em 1992 a maioria absoluta desses programas de alfabetização era custeada unicamente com recursos da administração municipal: 95,24% (contra 16,33% em 1987). Esses dados apenas confirmam o que já identificamos acima: com a extinção da Fundação Educar, as administrações municipais assumiram, elas próprias, a responsabilidade de oferecer SI.

A segunda modalidade de custeio encontrada, em 1992, é a de convênio, subvenção ou repasse de verbas de outra instituição: dos 4 casos que aqui se enquadram (4,8%), 2 não citam qual é o convênio, e 2 declaram receber verbas do Programa de Erradicação do Analfabetismo - da Secretaria Estadual de Educação. Segundo informações obtidas junto à SEE, esse Programa envolveu convênios com 20 Prefeituras durante o ano de 1991; a SEE repassou a esses Municípios verbas recebidas do MEC - provenientes da terça parte do salário-educação cuja destinação fica a cargo do Ministério (quota federal) - para serem aplicadas no Ensino Supletivo. O Programa teve sua existência circunscrita ao ano de 1991, não tendo os convênios sido renovados no ano de 1992.

Não há nenhum caso de custeio do programa, total ou parcialmente, pelos alunos. Esses resultados distribuem-se da mesma forma se os analisamos separadamente de acordo com o porte do Município.

Quadro 48. Estado de São Paulo: Modalidades de custeio dos cursos de Suplência I nas redes municipais - 1992.

PORTE	RECURSOS PRÓPRIOS		CONVÊNIO/SUBVENÇÃO/REPASSE		PELOS ALUNOS		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1 E 2	30	93,75	2	6,25	-	-	32	100,00
3	19	90,48	2	9,52	-	-	21	100,00
4	21	100,00	-	-	-	-	21	100,00
5	10	100,00	-	-	-	-	10	100,00
TOTAL	80	95,24	4	4,76	-	-	84	100,00

Fonte: CEDI. EEP. SPD

Quadro 48 A. Estado de São Paulo: Modalidade de custeio dos cursos de Suplência I nas redes municipais - 1987.

Forma de Atuação	1a. a 4a.sé-ries	1a.a 4a. e 5a. a 8a.sé-ries	1a. a 4a.sé-rie do 2o.gr.	1a. a 4a.e 5a. a 8a. séries e 2o. grau	Sub Total	%	Total de Munic. com Suplência I
Custeio exclusivo pela Prefeitura	27	3	--	2	32	16,33	196
Custeio parcial ou total pelos alunos	--	--	--	--	--	--	196
Convênio com a Secret. de Educ.	7	3	--	1	11	5,61	196
Convênio com a Fundação Educar	184	3	--	--	187	95,41	196
Convênio com outras Entidades	2	--	--	--	2	1,02	196
Subvenção pela Prefeitura	8	--	--	--	8	4,08	196
Concessão de bolsas de estudo	--	2	1	2	5	2,55	196

Obs.: Esta tabela foi por nós organizada a partir de dados constantes nas tabelas 31 e 32 (p.54) da pesquisa realizada pela Fundação Prefeito Faria Lima, CEPAM, 1990.

Conforme já foi apontado acima, dois terços dos programas municipais de alfabetização de jovens e adultos que compõem a amostra da presente pesquisa foi conveniada à Fundação Educar no passado (75,0%), o que está em consonância com os dados fornecidos pela própria Fundação Educar: em 1988 havia, no Estado de São Paulo, 350 Prefeituras conveniadas¹⁵; observando as modalidades de convênio, percebe-se, já em 1989, uma acentuada diminuição da presença da Fundação Educar no Estado de São Paulo, sobretudo no que diz respeito a apoio financeiro. Não é à toa que exatamente a partir de 1989 cresce consideravelmente o número de administrações municipais que assumem sozinhas os programas de alfabetização: não fosse isso, tais programas teriam simplesmente desaparecido.

15 HADDAD, Sérgio e SIQUEIRA, Maria Clara Di Pierro. Diagnóstico dos estudos e pesquisas sobre políticas, estrutura e funcionamento do Ensino Supletivo na função Suplência - relatório final. v. 3. Perfil do Ensino Supletivo - função Suplência - nas Unidades Federadas - regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. São Paulo, CEDI, 1988.

Quadro 49. Estado de São Paulo: Modalidade de convênio entre os municípios e a Fundação Educar - 1986/90.

Convênio	1986		1987		1988		1989		1990	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Técnico	33	52,38	35	55,55	37	58,73	34	53,97	21	33,33
Financeiro	35	55,55	36	57,14	36	57,14	16	25,40	7	11,11
TOTAL	63	100,00	63	100,00	63	100,00	63	100,00	63	100,00

Obs.: A soma das colunas "N" é diferente de 63 por ser possível assinalar as duas alternativas.

Fonte: CEDI. EEP. SPD

6.3.3.3. Regime Escolar e Duração dos Cursos

Os programas que desenvolvem exclusivamente trabalho de alfabetização funcionam, prioritariamente, em regime anual. No entanto, se levamos em consideração o porte do Município que oferece cada programa, podemos observar um comportamento diferenciado: nos Municípios com mais de 100.000 habitantes, inversamente, os cursos têm fundamentalmente regime semestral.

Quadro 50. Estado de São Paulo: Regime escolar (alfabetização) nas redes municipais - 1992.

PORTE	ANUAL		SEMESTRAL		OUTRO		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1 E 2	6	66,67	3	33,33	-	-	9	100,00
3	4	57,14	2	28,57	1	14,29	7	100,00
4	-	-	2	100,00	-	-	2	100,00
5	1	33,33	2	66,67	-	-	3	100,00
TOTAL	11	52,38	9	42,86	1	4,76	21	100,00

Fonte: CEDI. EEP. SPD

Também os programas com pós-alfabetização, que certificam a 4a. série do 1º grau, funcionam, fundamentalmente, em regime anual. Mas, neste caso, a análise do comportamento dos diferentes portes de Município mostra que são os Municípios com até 50.000 habitantes que definem essa característica geral pois, nos Municípios de porte 3, predomina o regime semestral e, nos Municípios de porte 4 e 5 há um equilíbrio entre os regimes anual e semestral.

Quadro 50 A. Estado de São Paulo: Regime escolar da Suplência I (1a. a 4a. série) nas redes municipais - 1992.

PORTE	ANUAL		SEMESTRAL		OUTRO		SEM RESP		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 E 2	18	69,23	7	26,92	-	-	1	3,85	26	100,00
3	9	47,37	10	52,63	-	-	-	-	19	100,00
4	9	45,00	9	45,00	2	10,00	-	-	20	100,00
5	5	50,00	5	50,00	-	-	-	-	10	100,00
TOTAL	41	54,67	31	41,33	2	2,67	1	1,33	75	100,00

Fonte: CEDI. EEP. SPD

A maior parte dos cursos que desenvolvem exclusivamente alfabetização (57,1%) não dividem o curso em séries ou termos. Esses cursos, desenvolvidos num único termo, duram, em geral, entre 8 e 12 meses: 66,7% deles. Mas há 3 desses Municípios que se propõem a alfabetizar em 6 meses (25,0%).

Pouco podemos afirmar a respeito dos demais Municípios com alfabetização de jovens e adultos pois 28,6% não responderam a questão sobre número de séries/termos. Sabemos apenas que dois municípios (9,52%) organizam o curso em 2 termos/séries, e que um município (4,76%) o divide em 4 termos. No caso de 2 termos de alfabetização, sua duração é de 6 ou 10 meses: um Município em cada caso.

Quadro 51. Estado de São Paulo: Quantidade de termos/séries nos cursos de alfabetização nas redes municipais- 1992.

PORTE	TERMO ÚNICO		2 TERMOS		4 TERMOS		SEM RESP.		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 E 2	4	44,44	-	-	-	-	5	55,56	9	100,00
3	5	71,42	1	14,28	-	-	1	14,28	7	100,00
4	-	-	1	50,00	1	50,00	-	-	2	100,00
5	3	100,00	-	-	-	-	-	-	3	100,00
TOTAL	12	57,14	2	9,52	1	4,76	6	28,57	21	100,00

Fonte: CEDI. EEP. SPD

Quadro 51 A. Estado de São Paulo: Duração mínima dos termos/séries dos cursos de alfabetização nas redes municipais - 1992.

PORTE	6 MESES		8 MESES		10 MESES		12 MESES		INDETERM.		SEM RESP.		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 E 2	3	33,33	1	11,11	1	11,11	3	33,33	-	-	1	11,11	9	100,00
3	1	14,29	1	14,29	2	28,57	2	28,57	1	14,29	-	-	7	100,00
4	2	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	100,00
5	-	-	2	66,67	-	-	1	33,33	-	-	-	-	3	100,00
TOTAL	6	28,57	4	19,05	3	14,29	6	28,57	1	4,76	1	4,76	21	100,00

Fonte: CEDI. EEP. SPD

Já os cursos de 1a. a 4a. série organizam-se, prioritariamente, em 4 termos (40,0%); e, na maior parte desses casos (60,0%), cada termo dura 6 meses. Nos outros 40,0%, cada termo dura um ano letivo (entre 9 e 12 meses).

A segunda forma de organização dos cursos de 1a. a 4a. série mais comum é a de 2 termos/séries (29,3%). Mas, nesses casos, os termos costumam ter maior duração: 72,7% deles duram um ano letivo (entre 9 e 12 meses). Em apenas 27,3% desses casos a duração é de um semestre letivo (4 a 6 meses).

Quadro 52. Estado de São Paulo: Quantidade de termos/séries na suplência I (1a. a 4a. série) nas redes municipais - 1992.

PORTE	T. ÚNICO		2 TERMOS		3 TERMOS		4 TERMOS		5 TERMOS		SEM RESP		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1/2	-	-	10	38,46	4	15,38	9	34,62	-	-	3	11,54	26	100
3	3	15,79	4	21,05	3	15,79	9	47,37	-	-	-	-	19	100
4	-	-	6	30,00	4	20,00	9	45,00	-	-	1	5,00	20	100
5	1	10,00	2	20,00	2	20,00	3	30,00	1	10,00	1	10,00	10	100
TOTAL	4	5,33	22	29,33	13	17,33	30	40,00	1	1,33	5	6,67	75	100

Fonte: CEDI. EEP. SPD

Quadro 52 A. Estado de São Paulo: Duração mínima dos termos/séries da suplência I (1a. a 4a. série) nas redes municipais - 1992.

PORTE	4 MESES		6 MESES		8 MESES		9 MESES		10 MESES	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 E 2	1	3,9	6	23,1	-	-	4	15,4	3	11,5
3	-	-	8	42,1	1	5,3	-	-	2	10,5
4	-	-	9	45,0	-	-	-	-	3	15,0
5	1	10,0	3	30,0	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2	2,7	26	34,7	1	1,3	4	5,3	8	10,7

Cont. quadro 52 A.

PORTE	11 MESES		12 MESES		18 MESES		INDETERM.		SEM RESP.		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 E 2	-	-	11	42,3	-	-	-	-	1	3,85	26	100
3	1	5,3	7	36,8	-	-	-	-	-	-	19	100
4	-	-	6	30,0	-	-	2	10,0	-	-	20	100
5	-	-	5	50,0	1	10,0	-	-	-	-	10	100
TOTAL	1	1,3	29	38,7	1	1,3	2	2,7	1	1,33	75	100

Fonte: CEDI. EEP. SPD

Assim, podemos dizer que os cursos de 1a. a 4a. série duram, em geral, 2 anos, organizando-se, preferencialmente, em 4 termos semestrais ou em 2 termos anuais.

6.3.3.4. Currículo

Além de Língua Portuguesa, os programas de suplência I oferecem também conhecimentos matemáticos. Apenas um curso de alfabetização não registra o desenvolvimento de tais conhecimentos (1,19%).

Um número também bastante elevado de Municípios oferecem, nos seus programas, conhecimentos da área de Estudos Sociais (História/Geografia/Ciências Sociais): 93,3% do total de Municípios com Suplência I.

Quanto aos conteúdos de Ciências Naturais/Programas de Saúde, é preciso ressaltar uma diferença entre os programas que oferecem exclusivamente alfabetização e os que oferecem cursos de 1a. a 4a. série: enquanto 90,7% desses os ministram, apenas 61,9% daqueles o fazem.

Também encontramos essa diferença de comportamento nas demais disciplinas: 52,0% dos programas de 1a. a 4a. oferecem conteúdos de Educação Artística, enquanto apenas 19,0% dos programas exclusivamente de alfabetização o fazem. Um número ainda menor de Municípios oferecem atividades de Educação Física: 26,7% dos programas de 1a. a 4a., e 9,5% dos de alfabetização exclusivamente.

Apenas 28,5% dos Municípios oferecem, nos seus programas de alfabetização, outras modalidades de educação além da escolar: fundamentalmente educação religiosa (14,1% do total de Municípios com programas de alfabetização) e qualificação para o trabalho (11,1% daquele total). Apenas 5,7% contemplam objetivos de formação política.

Um Município desenvolve conhecimentos de ação comunitária.

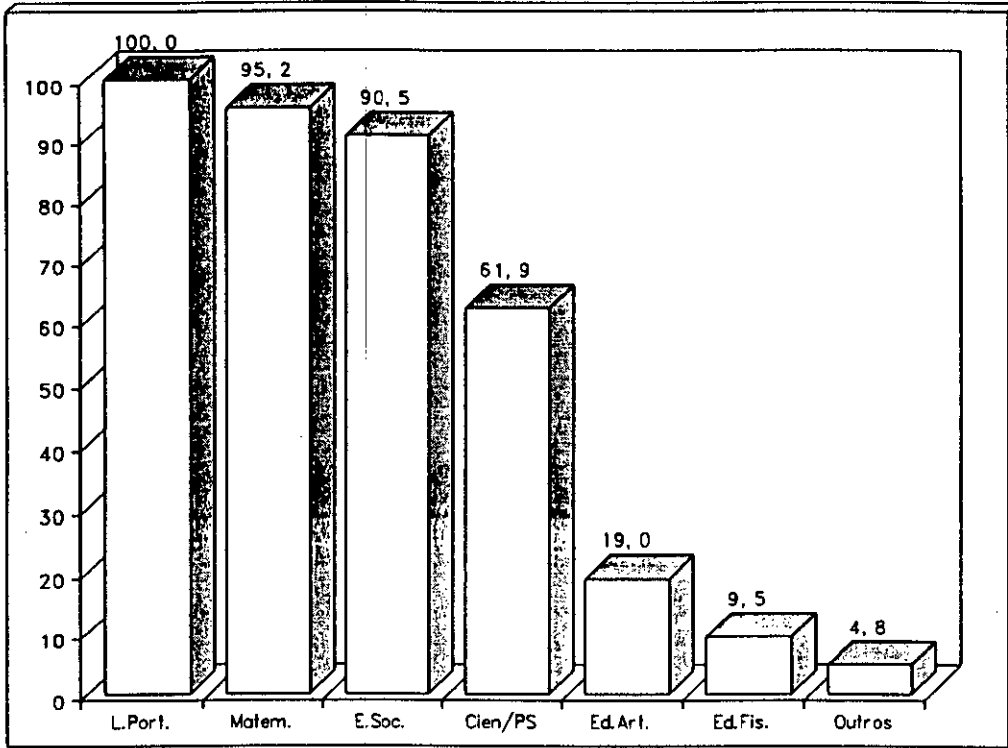


Gráfico 1

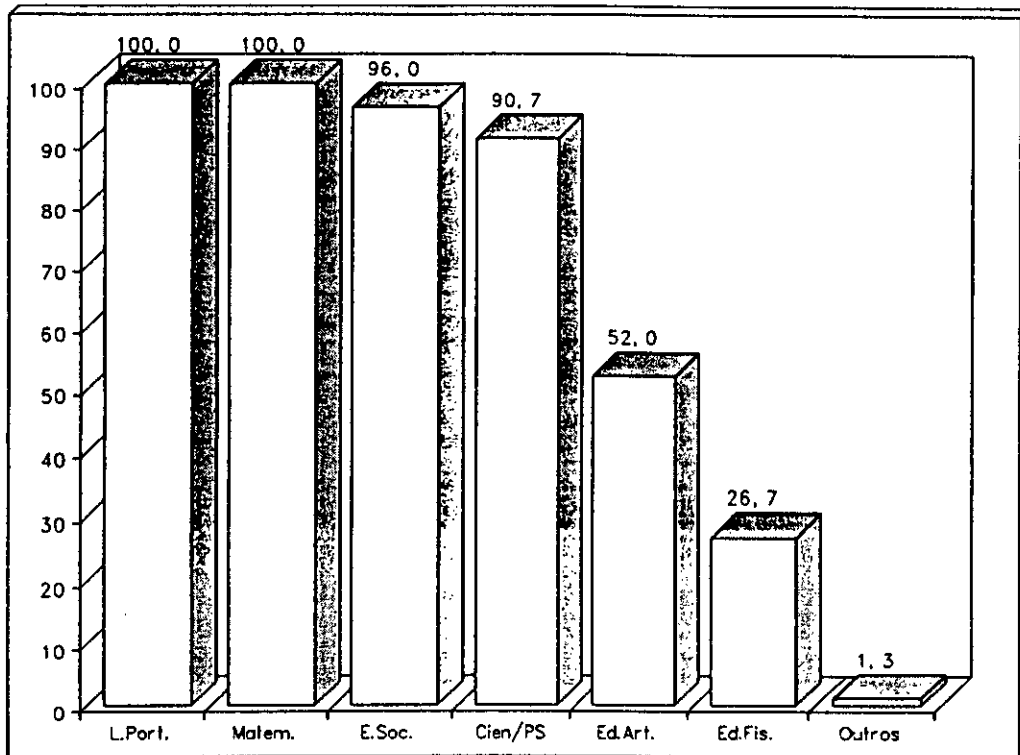


Gráfico 2

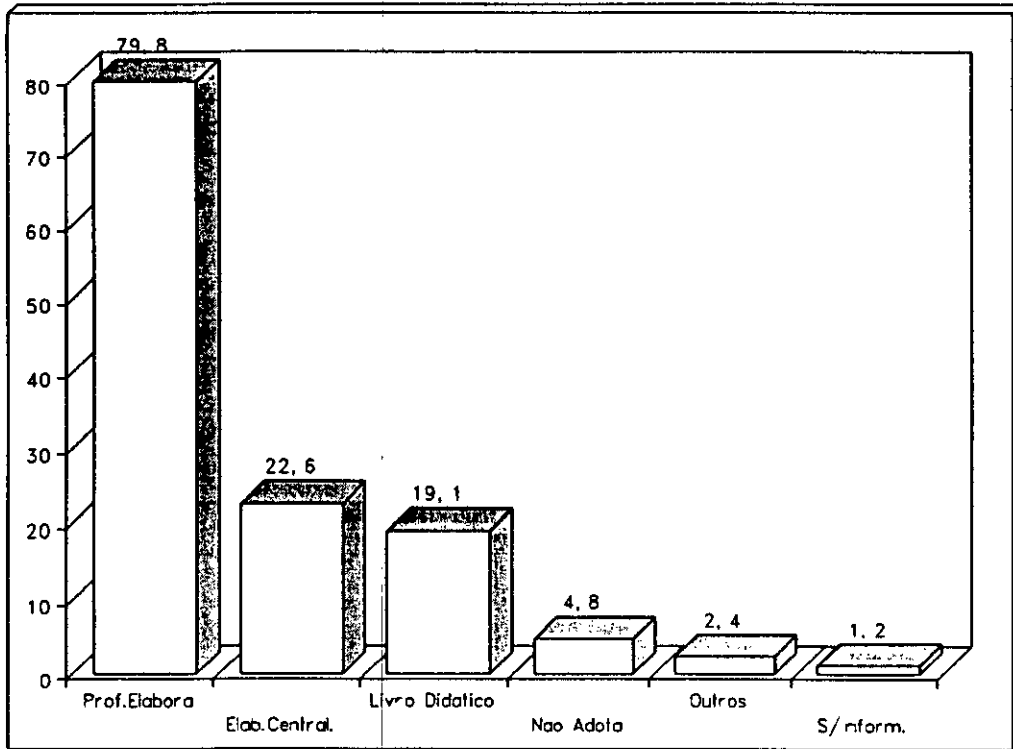


Gráfico 4

6.3.3.5. Material Didático

Na maioria absoluta dos programas municipais de alfabetização de jovens e adultos, o próprio professor elabora o material didático: 72,7%. Num número bem menor desses programas, mas ainda expressivo - e concentrado particularmente nos maiores Municípios - há material didático elaborado de forma centralizada especialmente para o programa: 28%. Apenas 18,8% deles adotam livro didático publicado comercialmente. E 5% deles declararam não adotar material didático.

Dos Municípios que declararam adotar livro didático publicado comercialmente, 50% deixaram de citar o título do livro. Três Municípios (18,7%) utilizam livros da Fundação Educar; um utiliza "os mesmos usados no ensino regular"; outro lança mão dos "mesmos utilizados no Sistema Estadual para os Termos I e II"; outros dois citam os títulos das publicações sem qualquer referência às editoras ("Aquarela" e "Mundo Mágico"); por fim, um único Município afirma utilizar livro específico para adultos, publicado por editora comercial: Oficina das Letras (Alfabetização de Adultos, FTD).

6.3.3.6 Formação do Educador e Regime de Trabalho

Tanto nos programas de suplência I quanto nos de exclusivamente alfabetização, a formação mínima exigida do professor tende a ser a habilitação de magistério de 2º Grau: 82,5% do total de programas. Outros 13,1% prescindem da habilitação de magistério mas exigem 2º Grau completo. Nenhum deles aceita formação inferior ao 2º Grau completo, bem como nenhum deles exige formação de 3º Grau.

Quadro 53. Estado de São Paulo: Formação Docente Mínima Exigida nos Cursos de Suplência I nas Redes Municipais - 1992

PORTE	Habil. de Magistério de 2º grau		2º Grau Completo		Infer. ao 2º g		3º grau		SEM RESP		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 E 2	28	87,50	3	9,37	-	-	-	-	1	3,12	32	100,00
3	18	85,71	2	9,52	-	-	-	-	1	4,76	21	100,00
4	15	71,42	5	23,80	-	-	-	-	1	4,76	21	100,00
5	9	90,00	1	10,00	-	-	-	-	-	-	10	100,00
TOTAL	70	83,33	11	13,09	-	-	-	-	3	3,57	84	100,00

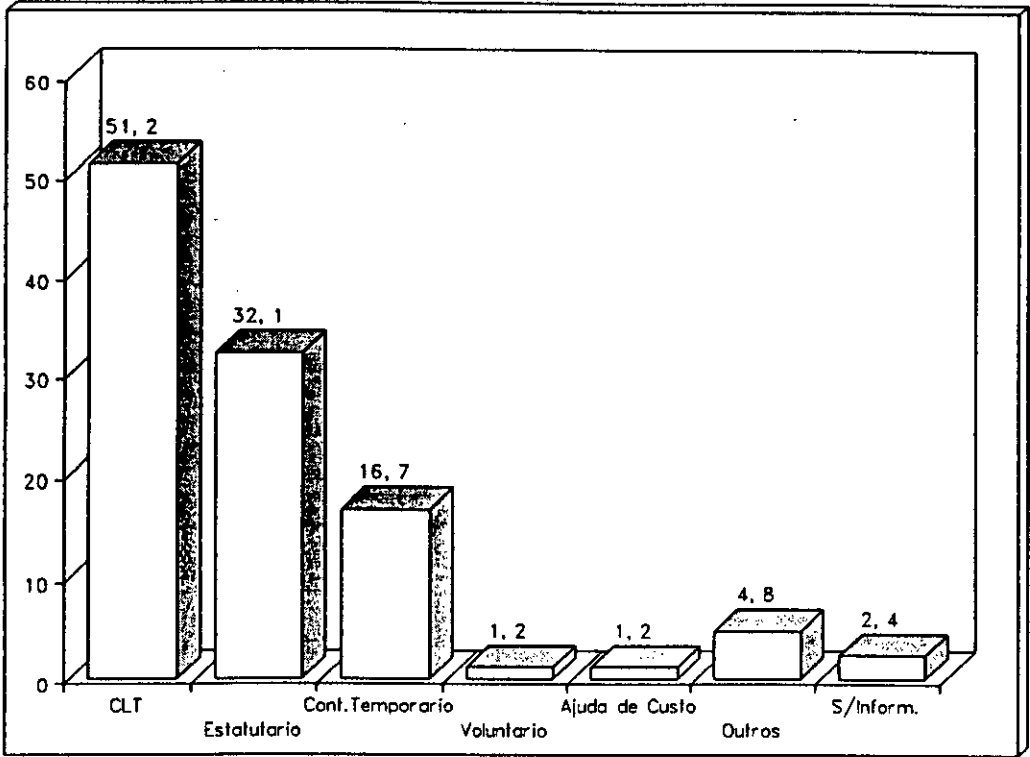
Fonte: CEDI. EEP. SPD

A habilitação de magistério de 2º Grau é mesmo a formação predominante dos professores (em 79,9% dos programas). Em apenas 4,4% dos programas municipais a formação predominante dos mesmos é o 2º Grau completo. Chama a atenção o fato de que, ainda que nenhum dos programas exija de seus professores formação de 3º Grau, em 13,6% deles esta é a formação predominante dos quadros docentes.

Quadro 54. Estado de São Paulo: Formação Docente Predominante nos Cursos de Suplência I nas Redes Municipais - 1992

PORTE	Habil. de Magistério de 2º grau		2º Grau Completo		Inferior ao 2º grau		3º grau		SEM RESP		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 E 2	24	75,00	2	6,25	-	-	3	9,37	3	9,37	32	100,00
3	17	80,95	1	4,76	-	-	2	9,52	1	4,76	21	100,00
4	19	90,47	1	4,76	-	-	-	-	1	4,76	21	100,00
5	7	70,00	-	-	-	-	3	30,00	-	-	10	100,00
TOTAL	67	79,76	4	4,76	-	-	8	9,52	5	5,95	84	100,00

Fonte: CEDI. EEP. SPD



Grafica 3

Observa-se então que em 11,3% daqueles programas predomina entre os professores uma formação superior à exigida¹⁶.

Na maioria dos programas, os professores são contratados em regime de CLT: 51,2%. Em 32,1% deles os professores têm seus contratos regidos por estatuto, e em 16,7% dos casos os professores são contratados em caráter temporário ou precário. Na verdade, em 9,6% dos Municípios convivem mais de um tipo de contrato entre os professores de alfabetização, sendo que 50% deles têm professores contratados por CLT simultaneamente a professores estatutários.

16 Um levantamento realizado pela equipe técnica do Ensino Supletivo da CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas) da SEESP, com uma amostra reduzida de unidades escolares da rede estadual em que havia classes de Suplência I, apontava, em 1990, uma tendência a maior qualificação entre os professores da rede estadual: um terço dos que responderam o questionário apontavam formação superior completa e apenas 6% não tinham habilitação de magistério de 2º grau. Apesar do estudo ter sido realizado com amostra aleatória, sem representatividade estatística, registramos aqui as principais características que ressaltaram do levantamento, no intuito de identificar possíveis tendências a serem confirmadas em pesquisas mais rigorosas: quase 80% dos professores de SI que responderam o questionário não são efetivos; 45% têm jornada parcial (20 horas/aula semanais) e 35% têm jornada integral (49 horas/aula semanais); 52% atuam no Magistério há mais de 5 anos mas, em geral, há menos de um ano na Suplência (58%); a maioria absoluta deles tem habilitação de magistério de 2º grau (93%); um terço tem escolaridade superior completa (31%), sendo 68% em Pedagogia e 13% em Letras; a maioria absoluta deles não exerce atividade fora do magistério; 61% já participou de no mínimo duas orientações técnicas ou cursos de aperfeiçoamento; 12,5% não têm reunião pedagógica nunca e apenas 8% têm reunião ao menos uma vez por mês; a maioria (65%) faz uso de materiais didáticos prontos (livros/apostilas); apenas 40% afirma adotar livro didático mas, na maioria absoluta desses casos, o livro adotado não é específico para adultos; 35% dos professores pedem acesso a cursos e encontros e 17% pedem distribuição de material didático e bibliografia especializada. Esses dados, se representativos, indicam alguns aspectos positivos: o professor da rede estadual que está atuando na Suplência I não o faz como "bico" - o magistério é sua ocupação profissional exclusiva ou preferencial - e já tem alguns anos de experiência na profissão. No entanto, os dados indicam também que esse professor não acumulou experiência nem formação específica para o Ensino Supletivo, quase não conta com o apoio de reuniões pedagógicas e, em boa parte dos casos, adota material didático inadequado à educação de jovens e adultos.

A maioria absoluta dos programas municipais de alfabetização de jovens e adultos pagava, em maio de 1992, salários superiores a um salário mínimo: 53,6% pagavam entre 1 e 2 salários mínimos; 25,0% pagavam entre 2 e 4 salários mínimos; e 7,14% pagavam mais de 4 salários mínimos. Naquele mesmo mês, o menor salário pago pela rede estadual, para uma jornada parcial (20 horas semanais), situava-se na faixa entre 1 e 2 salários mínimos, mas não temos condição de saber qual a porcentagem de professores da Suplência I nesta condição.

Quadro 55. Estado de São Paulo: Piso salarial (em salários mínimos) dos docentes que atuam na Suplência I nas redes municipais - 1992.

PORTE	Sem Remun.		1/2 SM		De 1/2 a 1 SM		1 SM		De 1 a 2 SM		De 2 a 4 SM		Mais de 4 SM		Sem Resp.		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 E 2	-	-	-	-	1	3,1	4	12,5	21	65,6	3	9,4	2	6,2	1	3,1	32	100
3	-	-	1	4,8	-	-	1	4,8	13	61,9	4	19,1	1	4,8	1	4,8	21	100
4	-	-	-	-	1	4,8	-	-	10	47,6	6	28,6	3	14,3	1	4,8	21	100
5	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10,0	8	80,0	-	-	1	10,0	10	100
TOTAL	-	-	1	1,2	2	2,4	5	5,9	45	53,6	21	25,0	6	7,1	4	4,8	84	100

Fonte: CEDI. EEP. SPD

A jornada de trabalho predominante é inferior a 20 horas semanais (47,6%), seguida pela de 20 a menos de 25 horas (42,9%). Apenas 5,9% dos programas adotam jornada semanal entre 30 e 40 horas.

Quadro 56. Estado de São Paulo: Jornada de trabalho semanal dos docentes que atuam na Suplência I nas redes municipais - 1992.

PORTE	Menos de 20 Horas		De 20 a 25 Horas		De 25 a 30 Horas		De 30 a 40 Horas		Mais de 40 Horas		Sem Resp.		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 E 2	16	50,00	12	37,50	-	-	2	6,25	1	3,13	1	3,13	32	100
3	12	57,14	6	28,57	1	4,76	2	9,52	-	-	-	-	21	100
4	10	47,62	10	47,62	-	-	1	4,76	-	-	-	-	21	100
5	2	20,00	8	80,00	-	-	-	-	-	-	-	-	10	100
TOTAL	40	47,62	36	42,86	1	1,19	5	5,95	1	1,19	1	1,19	84	100

Fonte: CEDI. EEP. SPD

O levantamento da CENP já mencionado encontrou 45,8% dos professores de SI, na rede estadual, atuando em jornada parcial (20 horas/aula semanais) e outros 35,4% em jornada integral (40 horas/aula semanais).

6.3.3.7. Supervisão

Quase todos programas municipais de educação de adultos adotam alguma forma sistemática de orientação ou supervisão pedagógica (94,1%). Em 62,0% desses casos, a supervisão é realizada exclusivamente por pedagogos. Em outros 13,9% deles, o pedagogo realiza a supervisão conjuntamente com outros profissionais: monitores ou professores com experiência, quase sempre, ou outros profissionais com formação superior. Seja isoladamente ou em conjunto com outros profissionais, pedagogos realizam supervisão ou orientação pedagógica em 77,2% dos programas. Apenas 3,8% das orientações/supervisões são realizadas apenas por monitor ou professor com experiência. 16,4% dos programas não contam com pedagogos na orientação mas contam com outro profissional de formação superior. Três Municípios afirmam ter supervisão realizada por pessoas da Secretaria Municipal de Educação - incluindo aí o próprio Secretário de Educação - sem fornecer dados quanto à formação das mesmas. Outro Município - Cosmópolis - conta com supervisão de professores da UNICAMP, mas não explicita se são pedagogos ou de outra área.

Quadro 57. Estado de São Paulo: Características da orientação pedagógica nos programas municipais de educação de adultos - 1992

PORTE	Pedagogo		Outro Profis. c/Form.Super.		Professor com Exper.		Outro		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 E 2	19	70,37	6	22,22	5	18,51	3	11,11	27	100,00
3	15	71,43	5	23,81	2	9,52	1	4,76	21	100,00
4	18	85,71	4	19,05	2	9,52	-	-	21	100,00
5	9	90,00	3	30,00	2	20,00	-	-	10	100,00
TOTAL	61	77,21	18	22,78	11	11,70	4	5,06	79	100,00

Fonte: CEDI. EEP. SPD

A orientação é realizada, na maioria absoluta dos casos (69,6%), através de reuniões pedagógicas periódicas e, simultaneamente, de visitas às salas de aula. Parcelas bem menores dos Municípios a realizam exclusivamente através de reuniões pedagógicas periódicas (17,7%) ou de visitas às salas de aulas (12,6%). Apenas 6,3% dos Municípios contam também com outras formas de realização da orientação, além das reuniões pedagógicas e visitas às escolas: cursos de reciclagem (2,5%), grupos de estudos (1,3%), entrevistas (1,3%), horas-atividade (1,3%), treinamento inicial (1,3%), trabalho em oficina pedagógica (1,3%) e "momentos culturais" (1,3%).

Quadro 58. Estado de São Paulo: Forma de realização da orientação pedagógica nos programas municipais de educação de adultos - 1992

PORTE	Reuniões Pedag.Period.		Visitas às Salas de Aula		Outros Meios		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1 E 2	20	74,07	23	85,18	-	-	27	100,00
3	18	85,71	17	80,95	1	4,76	21	100,00
4	21	100,00	17	80,95	1	4,76	21	100,00
5	10	100,00	8	80,00	3	30,00	10	100,00
TOTAL	69	87,34	65	82,28	5	6,33	79	100,00

Fonte: CEDI. EEP. SPD

6.3.3.8. Local de Funcionamento dos Cursos

Mais da metade dos programas municipais de alfabetização de jovens e adultos utilizam-se, para seu funcionamento, da combinação de espaços diversificados. A maior parte deles conta com salas de aulas ociosas cedidas por outra rede de ensino (64,3%). Centros comunitários ou congêneres são utilizados por parcela significativa dos programas (44,0%); bem como salas de pré-escola ou educação infantil ociosas em período noturno (42,9%). Apenas 34,5% dos programas funcionam em instalações escolares da prefeitura municipal; sendo bem menor ainda o número de programas que funcionam exclusivamente nestas instalações (6,3%).

Quadro 59. Estado de São Paulo: Local de funcionamento dos cursos de suplência I nas redes municipais - 1992.

PORTE	Salas ociosas cedidas por outra rede de ensino		Centros comunitários ou congêneres		Salas de pré-escola ou educação infantil ociosas		Instalações escolares da própria prefeitura		Outros		Sem Resposta		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 E 2	20	62,50	6	18,75	6	18,75	8	25,00	1	3,12	-	-	32	100
3	14	66,67	15	71,43	12	57,14	8	38,09	3	14,28	-	-	21	100
4	14	66,67	7	33,33	11	52,38	8	38,09	2	9,52	2	4,57	21	100
5	6	60,00	9	90,00	7	70,00	5	50,00	1	10,00	-	-	10	100
TOTAL	24	64,29	37	44,04	36	42,86	29	34,52	7	8,33	2	2,38	84	100

Fonte: CEDI. EEP. SPD

Observa-se então que as prefeituras municipais parecem não dispor do espaço físico necessário à realização de tais programas, sendo necessária a colaboração de outras esferas de poder ou mesmo da sociedade civil.

6.3.3.9. Os Índices do Atendimento Municipal

Uma parcela significativa dos Municípios que mantêm programas de alfabetização de jovens e adultos (39,29%) não informou dados acerca de sua movimentação escolar. Como essa ausência de informações concentrou-se nos municípios dos portes 1 + 2 e 5, ficou inviabilizada uma análise dos dados segundo o porte do município. Apesar da pequena representatividade das respostas obtidas e da impossibilidade da mensuração exata dos fenômenos, os números a seguir apresentados permitem a percepção de tendências gerais, que devem ser tomadas apenas como orientação para estudos futuros.

Uma vez observada a "juventude" de grande parte dos programas municipais de Suplência I, não surpreende o fato de que os totais de matrículas registrados evidenciem uma tendência de crescimento. (Sua diminuição no ano de 1989 deve-se à ausência dos dados referentes às matrículas do 1º semestre no Município de São Paulo)

Quadro 60. Estado de São Paulo: Evolução das matrículas em SI nas redes municipais de ensino - 1988/91.

ANO	TOTAL DE MATRÍCULAS
1988	70.967
1989	43.089
1990	83.386
1991	103.573

Fonte: CEDI. EEP. SPD

Comparando-se o total de matrículas registrado em cada Município com a população total do mesmo (como já foi afirmado anteriormente, não há dados recentes disponíveis sobre os índices de analfabetismo), percebe-se que esta relação mantém-se nos mesmos patamares registrados nas estatísticas do CIE: as maiores concentrações encontram-se entre 0,21% e 1,00%.

Quadro 61. Estado de São Paulo: Distribuição dos Municípios segundo as taxas de atendimento em suplência I (população matriculada sobre população total do Município) - 1991.

TAXA DE ATENDIMENTO	MUNICÍPIOS	%
sem informação	33	39,29
0,05 A 0,10 %	3	3,57
0,11 A 0,20 %	6	7,14
0,21 A 0,50 %	16	19,05
0,51 A 1,00 %	19	22,62
1,01 A 1,50 %	6	7,14
1,51 A 2,00 %	-	-
2,01 A 2,50 %	-	-
2,51 A 3,00 %	1	1,19
TOTAL	84	100,00

Fonte: CEDI. EEP. SPD

6.3.3.10. *Rendimento Escolar*

Conforme já foi registrado no item 6.3.3.9., pelo fato de grande parte dos municípios não haver preenchido a planilha de registro dos dados de movimentação escolar, tornou-se inviável a análise dos dados organizados segundo o porte dos municípios. Apresentamos, então, os dados referentes à evasão, à reprovação e à aprovação no Estado como um todo.

6.3.3.10.1. *Evasão*

Os índices de evasão registrados pelos cursos municipais de Suplência I mostraram-se inferiores a aqueles presentes nas estatísticas gerais fornecidas pelo CIE (entre 33% e 39%), aproximando-se das taxas de evasão nas redes municipais ali registradas. No entanto, aqui não se evidenciou a mesma tendência de diminuição dos índices de evasão; na verdade, a oscilação dos números, associada ao elevado índice de ausência de informação, não permite afirmar tendência alguma.

Quadro 62. Estado de São Paulo: A evasão nos cursos municipais de Suplência I - 1991.

ANO	TOTAL DE MATRÍCULAS	ALUNOS EVADIDOS	%
1988	70.967	20.099	28,32
1989	43.089	10.671	24,77
1990	83.386	20.680	24,80
1991	103.573	27.494	26,55

Fonte: CEDI. EEP. SPD

Observando-se a distribuição dos Municípios segundo as taxas de evasão registradas pelos cursos municipais de SI, também não se pode afirmar nenhuma tendência clara: os Municípios concentram-se nas faixas entre 10% e 50% de evasão em 1988, entre 10% e 40% em 1989, entre 20% e 50% em 1990, e em 1991 retornam aos índices de 1988.

Quadro 63. Estado de São Paulo: Índices de evasão nos cursos municipais de SI -1991.

TAXAS DE EVASÃO	% DOS MUNICÍPIOS COM ATENDIMENTO			
	1988	1989	1990	1991
0	-	-	1,52	-
0,1 A 10,0 %	2,22	3,77	4,55	5,33
10,1 A 20,0 %	11,11	13,21	7,57	14,67
20,1 A 30,0 %	13,33	18,87	24,24	16,00
30,1 A 40,0 %	15,56	16,98	10,61	14,67
40,1 A 50,0 %	13,33	7,55	10,61	13,33
50,1 A 60,0 %	4,44	7,55	4,55	1,33
60,1 A 70,0 %	2,22	3,77	-	1,33
+ 70,0 %	-	1,88	1,51	1,33
sem informação	37,78	26,42	34,85	32,00
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: CEDI. EEP. SPD

6.3.3.10.2. Reprovação

As taxas de reprovação registradas pelos cursos municipais de Suplência I apresentam tendência de queda mas, mesmo assim, mantêm-se em níveis mais elevados que as taxas registradas pelo CIE referentes a cursos de SI junto a escolas regulares nas 3 redes de ensino no mesmo período (entre 23,29% e 19,78%)

Quadro 64 - Estado de São Paulo: A reprovação nos cursos municipais de Suplência I - 1988/1991.

ANO	TOTAL DE MATRÍCULAS	ALUNOS REPROVADOS	%
1988	70.967	19.919	28,07
1989	43.089	11.920	27,66
1990	83.386	21.802	26,15
1991	103.573	23.245	22,44

Fonte: CEDI. EEP. SPD

Ao analisarmos a distribuição dos Municípios segundo as diferentes taxas de reprovação em seus cursos de SI, observamos que praticamente a metade deles concentram essas taxas nas faixas até 30%. Não se evidencia, aí, nenhuma tendência de mudança de tais dados.

Quadro 65. Estado de São Paulo: Índices de reprovação nos cursos municipais de SI - 1988/91.

TAXAS DE REPROVAÇÃO	% DOS MUNIC. COM ATENDIMENTO			
	1988	1989	1990	1991
0	-	3,77	-	2,67
0,1 A 10,0 %	11,11	9,43	13,64	10,67
10,1 A 20,0 %	17,78	22,64	12,12	18,67
20,1 A 30,0 %	20,00	16,98	24,24	20,00
30,1 A 40,0 %	4,44	15,09	9,09	8,00
40,1 A 50,0 %	8,89	1,89	6,06	6,67
50,1 A 60,0 %	-	1,89	-	1,33
60,1 A 70,0 %	-	1,89	-	-
+ 70,0 %	-	-	-	-
sem informação	37,78	26,42	34,85	32,00
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: CEDI. EEP. SPD

6.3.3.10.3. Evasão e Reprovação

A elevada ausência de informações já observada também dificulta a análise dos dados agregados de evasão e de reprovação. Os dados registrados apenas permitem observar uma instabilidade no comportamento dos municípios: em 1988, 46,6% dos municípios com SI registraram taxas de perda (evasão + reprovação) acima de 50%; em 1989 esse índice subiu para 50,9%, caindo para 37,8% no ano seguinte e subindo novamente (43,9%) em 1991. De qualquer forma é necessário lembrar que o índice real deve ser

bem mais alto que os registrados, afinal, o índice de ausência de respostas girou em torno de 30%.

Quadro 66. Estado de São Paulo: Evolução dos índices de evasão + reprovação nos cursos municipais de SI - 1988/1991.

TAXAS DE EVASÃO E REPROVAÇÃO	% DOS MUNICÍPIOS COM ATENDIMENTO			
	1988	1989	1990	1991
0	-	-	-	-
0,1 A 10,0%	-	-	1,51	-
10,1 A 20,0%	2,22	1,89	4,55	5,33
20,1 A 30,0%	2,22	3,77	-	5,33
30,1 A 40,0%	6,67	9,43	6,06	4,00
40,1 A 50,0%	4,44	7,55	15,15	9,33
50,1 A 60,0%	24,44	20,75	12,12	21,33
60,1 A 70,0%	8,89	13,21	16,67	13,33
+ 70,0 %	13,33	16,98	9,09	9,33
sem informação	37,78	26,42	34,85	32,00
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: CEDI. EEP. SPD

6.3.3.10.4. Aprovação

Apesar do elevado índice de Municípios que não informou seus dados de movimentação escolar na Suplência I, os números registrados apresentam uma tendência clara de crescimento das taxas de aprovação. E as taxas registradas encontram-se, todas elas, em faixas superiores às registradas pelo CIE junto aos cursos de SI em escolas regulares nas 3 redes de ensino (de 37% a 46%).

Quadro 67. Estado de São Paulo: Aprovação nos cursos municipais de Suplência I 1988/91.

ANO	TOTAL DE MATRÍCULAS	ALUNOS APROVADOS	%
1988	70.967	30.949	43,61
1989	43.089	20.498	47,57
1990	83.386	40.904	49,05
1991	103.573	52.834	51,01

Fonte: CEDI. EEP. SPD

Quadro 68. Estado de São Paulo: Índices de aprovação nos cursos municipais de SI 1988/91.

TAXAS DE APROVAÇÃO	% DOS MUNIC. COM ATENDIMENTO			
	1988	1989	1990	1991
0	-	1,89	-	-
0,1 A 10,0 %	-	-	-	-
10,1 A 20,0 %	2,22	3,77	1,51	4,00
20,1 A 30,0 %	11,11	11,32	7,57	5,33
30,1 A 40,0 %	8,89	15,09	16,67	14,67
40,1 A 50,0 %	24,44	18,87	13,64	21,33
50,1 A 60,0 %	4,44	7,55	13,64	8,00
60,1 A 70,0 %	6,67	9,43	6,06	4,00
+ 70,0 %	4,44	5,66	6,06	10,67
sem informação	37,78	26,42	34,85	32,00
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: CEDI. EEP. SPD

6.3.3.10.5. Evasão, Reprovação e Aprovação

Apesar da precariedade dos dados, o cômputo dos dados gerais de movimentação escolar em programas municipais de Suplência I apresenta uma tendência semelhante àquela observada entre os cursos de SI junto a escolas regulares: exceção feita à evasão em 1991, a tendência é de decréscimo das taxas de evasão e reprovação, de um lado, e de crescimento das taxas de aprovação, por outro. Tal tendência precisa ser melhor pesquisada para se poder compreender suas bases.

Quadro 69. Estado de São Paulo: Rendimento escolar em cursos municipais de Suplência I - 1988/91.

SITUAÇÃO	1988		1989		1990		1991	
	N	%	N	%	N	%	N	%
EVASÃO	20.099	28,32	10.671	24,77	20.680	24,80	27.494	26,55
REPROVAÇÃO	19.919	28,07	11.920	27,66	21.802	26,15	23.245	22,44
APROVAÇÃO	30.949	43,61	20.498	47,57	40.904	49,05	52.834	51,01
TOTAL	70.967	100,00	43.089	100,00	83.386	100,00	103.573	100,00

Fonte: CEDI. EEP. SPD

Síntese das indicações de pesquisa relativas aos cursos de Suplência I mantidos pelos governos municipais

. A maioria das administrações municipais que compuseram a amostra de nossa pesquisa oferece cursos de SI: 58,2%, (contra 43,8% identificadas em 1987 pelo CEPAM).

. Identificamos uma relação positiva entre população do município e oferta de programas municipais de alfabetização de jovens e adultos: 100% dos municípios com população superior a 300.000 contam com programas municipais de SI, contra 48,4% dos municípios com até 50.000 habitantes. Esta diferença pode ser compreendida: enquanto os menores municípios encontram dificuldades de organização administrativa e pequena disponibilidade de profissionais qualificados, os maiores municípios contam com maiores recursos orçamentários, maior capacidade de organização administrativa, profissionais capacitados e, também, maior pressão social nesse sentido.

. Praticamente a metade dos programas municipais de educação originou-se da extinção da Fundação Educar tendo, portanto, origem recente - a partir de 1989. Parcela maior ainda, 75%, afirmam ter sido conveniados à Fundação EDUCAR no passado: entre 1986 e 1988 os convênios técnico e financeiro tinham participação equilibrada - pouco mais de 50% cada um -; em 1989, a porcentagem de programas que contavam com apoio técnico da Educar manteve-se no mesmo patamar, mas o apoio financeiro restringiu-se a 25%; em 1990, os dois tipos de convênio diminuíram acentuadamente sua colaboração com esses programas municipais - apenas 33% com apoio técnico e 11% com apoio financeiro.

. Quase a totalidade dos programas municipais de alfabetização (96,4%) atua na zona urbana; parcela bem menor (39,2%) atua na zona rural.

. As administrações municipais têm oferecido programas gratuitos de SI, arcando sozinhas com os custos dos mesmos: apenas 2,4% contam com convênios ou subvenções.

. Na maioria absoluta dos municípios que oferecem SI (90%), os programas são equivalentes às 1ª a 4ª séries do 1º grau. Apenas 10% oferecem exclusivamente alfabetização. Esses índices, somados às observações acerca da duração dos cursos e da organização curricular - abaixo registradas - parecem estar indicando uma ampliação do conceito de alfabetização.

. A maior parte dos programas municipais da alfabetização de jovens e adultos funciona em regime anual (52%). Os programas que desenvolvem exclusivamente alfabetização organizam-se, preferencialmente (57%), num único termo/série, com duração entre 8 e 12 meses (61%). Já os programas que desenvolvem também trabalho de pós-alfabetização duram, em geral, dois anos: a maior parcela organiza-se em 3 ou 4 termos/séries (40%), sendo que, nesses casos, a maior parcela funciona em regime semestral (60%); ou então, em 2 termos/série (29%) com duração de um ano letivo cada um (72%).

. Na maioria absoluta dos programas municipais de SI, conhecimentos matemáticos (98%) e da área de ciências humanas (93%) compõem o currículo ao lado de Língua Portuguesa. Quanto aos conhecimentos da área de ciências/programa de saúde, 90% dos programas de 1ª a 4ª série os contemplam, mas apenas 61% dos que desenvolvem exclusivamente alfabetização o

fazem. O mesmo tipo de diferenciação se observa nos conteúdos das áreas de Ed. Artística (52% entre os programas de 1a. a 4a. série e 19% entre os programas exclusivos de alfabetização) e de Educação Física (26% entre os programas de 1a. a 4a. série e 9% entre os exclusivos de alfabetização).

Menos de 1/3 dos programas municipais de SI desenvolvem outras modalidades de educação: 14% oferecem educação religiosa, 11% oferecem qualificação para o trabalho, e 5% contemplam objetivos de formação política.

. Quanto ao material didático, apenas 18% dos programas adotam livros publicados comercialmente. Em 72% dos programas, o professor elabora seu material didático; 28% dos mesmos, particularmente localizados nos municípios mais populosos, contam com material didático elaborado de forma centralizada especialmente para o programa.

. A formação mínima exigida do docente de SI nas redes municipais é a mesma exigida para o 1º grau regular: habilitação de magistério de 2º grau: apenas 13% aceitam docentes sem habilitação específica, mas exigem 2º grau completo. No entanto, predomina entre os docentes que atuam nesse nível e nessas redes de ensino, formação superior à mínima exigida: em apenas 4% desses programas predomina a formação de 2º grau completo, e em 13% predomina a formação superior.

. A quase totalidade dos programas municipais de SI mantém vínculos empregatícios formais com os docentes: 51% deles contratam professores em regime de CLT, 32% os contratam na forma prevista por estatuto municipal e 16% deles os contratam em caráter temporário. Se não deixa de ser positiva a predominância desses vínculos formais, não se pode ignorar, por outro lado, que apenas um terço dos professores têm seus contratos regidos por estatuto municipal, como é previsto em lei. A predominância de contratos regidos pela CLT e contratos temporários indica uma pequena estabilidade do corpo docente, o que, por sua vez, indica uma pequena estabilidade dos próprios programas de SI.

. Metade dos programas municipais pagavam aos docentes, em maio de 1992, entre 1 e 2 salários mínimos; um terço pagava mais de 2 salários mínimos. As jornadas de trabalho predominantes variavam entre "inferior a 20 horas semanais" (47%) e "entre 20 e 25 horas semanais" (42%).

. Quase todos os programas contam com alguma forma de supervisão ou orientação pedagógica sistemática (94%): em 77% dos casos há supervisão realizada por pedagogos e em 16% ela é realizada por profissionais com outro tipo de formação superior; apenas 3,8% das orientações/supervisões são realizadas exclusivamente por monitor ou professor com experiência.

Na maioria absoluta dos programas (69%), a supervisão é realizada através de reuniões pedagógicas periódicas e de visitas às salas de aula; outros 17% contam apenas com as reuniões periódicas enquanto 12% contam apenas com as visitas às salas de aula.

. A maior parte das administrações municipais não conta com instalações escolares apropriadas: 64% dos programas utilizam-se de salas de aula ociosas cedidas por outra rede de ensino, 44% utilizam-se de espaços comunitários ou congêneres e 42% utilizam-se de salas de pré-escola ou educação infantil ociosas no período noturno. Apenas 34% dos programas utilizam-se de instalações escolares da própria Prefeitura; apenas 6% funcionam exclusivamente nessas instalações.

. Os totais de matrículas registrados no período analisado - 1988/91 - apresentaram um índice de crescimento de 45,9%.

. Assim como foi observado entre os cursos de SI em escolas regulares das três redes de ensino, a maior parcela dos programas municipais de alfabetização de jovens e adultos atinge entre 0,21 e 1,00% da população de cada município.

. De forma geral, os programas municipais de alfabetização de jovens e adultos apresentam tendências semelhantes às observadas entre os cursos de SI junto às escolas regulares nas três redes de ensino: cresce o número de municípios que oferecem esta modalidade de ensino, crescem as matrículas, decrescem as taxas de evasão e reprovação e crescem as taxas de aprovação.

6.4. Os programas de alfabetização de adultos fora das redes escolares

6.4.1. Limitações de informação

Um dos objetivos deste estudo era identificar e caracterizar os programas de alfabetização e pós alfabetização de adultos desenvolvidos formal ou informalmente por iniciativa de organizações da sociedade civil, igrejas ou empresas no Estado de São Paulo.

Na ausência das informações do levantamento SP2 do MEC para o período considerado no estudo (1988-1992), constatou-se a indisponibilidade de estatísticas oficiais sobre cursos de Suplência I realizados fora das redes escolares.

Propusemo-nos, então, coletar diretamente esses dados. Para fazê-lo, organizamos um cadastro de entidades, igrejas e empresas, com as quais mantivemos contatos telefônico e aos quais endereçamos correspondências e o questionário-base da pesquisa.

O retorno obtido, entretanto, ficou muito abaixo de nossas expectativas; obtivemos apenas 10 respostas, sendo 4 de empresas, 2 de igrejas, 1 de sindicato e 3 de entidades civis. A larga experiência do CEDI na assessoria a programas de educação de adultos na esfera não governamental nos levou a avaliar que esse índice de resposta não correspondia à realidade e que, na verdade, a metodologia empregada não havia sido adequada para captar informações nestas fontes.

Buscamos, então, fontes de informação alternativas. Identificamos um estudo em curso ao longo de 1992, realizado pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (IBEAC) em convênio com a Fundação de Desenvolvimento da Educação (FDE), versando sobre as experiências de combate ao analfabetismo no âmbito da sociedade civil paulista¹⁷. Aguardamos a divulgação do relatório desse estudo, o que só ocorreu em 1993. O relatório dispõe de algumas informações valiosas, mas não todas que seriam necessárias ao estabelecimento de um diagnóstico: a caracterização dos serviços e as estatísticas de atendimento são imprecisas.

Além dos questionários-base da pesquisa e do relatório do IBEAC, utilizamo-nos também de duas publicações do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de

¹⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS E APOIO COMUNITÁRIO. Relatório final do convênio de cooperação técnica e social FDE/IBEAC. São Paulo, novembro de 1992, 23 p. e anexos.

São Paulo (MOVA-SP)¹⁸ da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e uma publicação do Sindicato da Indústria de Construção Civil (Sinduscon)¹⁹.

Ainda mais frágeis que os dados descritos nos itens 6.1.1. e 6.1.2., as informações sobre cursos fora das redes escolares só podem ser tomadas como uma primeira aproximação com esse universo. Consideradas as dificuldades na obtenção de dados, optamos por realizar uma análise preliminar do atendimento educacional aos jovens e adultos realizado fora das redes escolares, cujo caráter é apenas indicativo, exigindo estudos complementares para estabelecer um verdadeiro diagnóstico dos trabalhos desenvolvidos na esfera não governamental.

6.4.2. O Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (MOVA-SP)

A experiência do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (MOVA-SP) é a mais significativa desenvolvida fora das redes escolares no Estado de São Paulo em termos de número de alunos atendidos. O MOVA-SP começou a ser implantado em 1989, na gestão de Paulo Freire, e consiste na atuação em parceria de movimentos populares organizados a Secretaria Municipal de Educação da Capital.

Nessa parceria, "cabe aos movimentos populares ceder os espaços físicos para o funcionamento das salas de aula; formar as classes, matriculando o educando; indicar os monitores populares(...) e os supervisores populares (...); e participar, em conjunto com a SME, da construção do projeto político-pedagógico do programa. À SME cabe gerenciar recursos financeiros que possibilitem o desenvolvimento das ações educativas necessárias à manutenção do ensino nos núcleos, a construção do projeto político-pedagógico do programa em parceria com o movimento, bem como acompanhar os trabalhos desenvolvidos, sua organização e coordenação." (SÃO PAULO (cidade). SME, MOVA. 1992, p. 22).

Em setembro de 1992, 74 entidades da Capital mantinham convênios com a SMESP para o Programa MOVA-SP; são, em sua maioria, associações de moradores, entidades beneficentes e ligadas às igrejas.

Os trabalhos do MOVA-SP incluem alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos, desenvolvidos num único termo com duração indeterminada: a duração do curso depende do ritmo de cada grupo de alunos. Os cursos incluem conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais, Ciências Naturais, Educação Artística e de formação política. O material didático é elaborado pelo próprio professor.

Não há uma exigência única de formação do docente, exceto a participação no curso de capacitação inicial promovido pela SMESP. Pesquisa realizada pela equipe do MOVA-SP da SMESP em 1992 com 842 monitores, revela o predomínio, em 45% dos casos, da formação de 2º grau (geral ou com habilitação específica de magistério, completa ou incompleta); 26% dos monitores tinham escolaridade de 1º grau, completo ou incompleto; 16% possuíam formação de 3º grau, completo ou incompleto.

O professor não recebe salário, apenas uma ajuda de custo que varia, dependendo das entidades, para uma jornada de trabalho inferior a 20 horas semanais.

¹⁸ SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Educação, MOVA. Construindo o Ciclo Ensino Fundamental I. São Paulo, 1992. 28 p.

RODRIGUEZ, Silvia Telles (coord.). Construindo a Avaliação do MOVA-SP. São Paulo, PMSM-SME-MOVA/SP, 1992. 31 p.

¹⁹ *Construção da Cidadania*. Sinduscon Urgente, 1 (74). São Paulo, Sinduscon, nov./1991.

A supervisão pedagógica é assumida por profissionais com formação diferenciada: a pesquisa realizada em 1992 revela que a maioria dos supervisores (43%) possuía formação de 2º grau (geral ou habilitação magistério, completa ou incompleta); outros 40,6% possuíam formação de 3º grau (completa ou incompleta); havia ainda 12% de supervisores com formação de 1º grau (completa ou incompleta). A supervisão pedagógica é realizada através de visitas às salas de aula, reuniões pedagógicas periódicas e cursos de treinamento.

O MOVA não tinha uma sistemática rigorosa de controle estatístico. Os dados preliminares disponíveis para 90-91 são os seguintes:

Quadro 70. São Paulo (Capital): Movimentação Escolar do Mova-SP: 1990-92

CATEGORIAS	1990		1991		Evolução 90-91	
	N	%	N	%	N	%
Matriculados	13.547	100,0	25.087	100,0	+11.540	+ 85
Alfabetizados	3.564	26,3	8.023	32,0	+ 4.459	+125
Concluintes	1.439	10,6	3.096	12,3	+ 1.657	+115
Evadidos*	4.839	35,7	9.257	36,9	+ 4.418	+ 91
Ano seguinte	6.291	46,4	10.920	43,5	+ 4.629	+ 73

* Estão computados como evadidos os alunos que se alfabetizaram e deixaram de frequentar as aulas no transcorrer do ano.

Fonte: SMESP. MOVA-SP (Dados preliminares).

Os indicadores todos são quase todos positivos: crescem as matrículas, o número e o percentual de aprovados e concluintes e de promovidos ao ano seguinte. Entretanto, os índices de evasão permanecem muito elevados, em torno de 36%, ainda que se considere que parte dos alunos se evadam no transcorrer do ano por terem logrado o objetivo de alfabetizar-se.

As publicações disponíveis informam que em junho de 1992, o MOVA-SP tinha 18.766 alunos, o que representa um crescimento da ordem de 60% em relação ao mesmo mês no ano anterior (quando havia 11.770 alunos) e 107,10% superior às de julho de 1990 (9.061 alunos).

A partir de 1993, as perspectivas não são promissoras, visto que a atual gestão da SMESP não vem demonstrando interesse em ampliar ou renovar os convênios do MOVA-SP, tendendo a absorver uma parte dessas classes no programa formal de Suplência de 1º grau da Divisão de Orientação Técnica de Educação de Adultos da SMESP²⁰.

6.4.3. A ação das empresas

Alguns segmentos do empresariado paulista vêm desenvolvendo crescente sensibilidade para a temática educacional, movidos pelas novas exigências de qualificação da força de trabalho desencadeadas pelas transformações tecnológicas nos processos produtivos. Nesta perspectiva, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

²⁰ Vejam-se as matérias: ROSSETTI, Fernando. *Protesto pró-alfabetização pára Av. Paulista* (Folha de São Paulo, 14/4/93) e *Passeata exige verbas para alfabetizar jovens* (Diário Popular, 14/4/93).

publicou em 1992 estudo sobre o tema²¹, que recomenda a adoção de estratégias empresariais em três níveis: na gestão de políticas educacionais; na utilização da capacidade instalada de ensino, através do SESI e SENAI; e ações diretas a serem executadas nas empresas. Nesta última dimensão, o estudo afirma:

"As escolas "anexas à fábrica", em que pesem seus efeitos localizados, não constituem alternativa real à crise do sistema de ensino. Podem, entretanto, representar a estratégia mais efetiva de trabalhadores adultos, analfabetos ou de pouca escolaridade. O fato desses trabalhadores já estarem empregados permite-os (sic) perceber vantagens que lhes são oferecidas. Estas, assim como a facilidade de frequência às aulas no próprio local de trabalho, colaboram para a superação das conhecidas resistências dos adultos ao Ensino Supletivo." (IEDI. A nova relação entre competitividade e educação; estratégias empresariais - Sumário. 1992. p.2).

É neste contexto que podem ser entendidas as iniciativas do empresariado paulista no campo da alfabetização de trabalhadores e do ensino supletivo.

Segundo dados fornecidos na ocasião pela Fundação Educar, em 1988 havia 28 empresas que mantinham convênios no Estado de São Paulo (HADDAD, S. et al, 1988). Com a extinção da Fundação, essas empresas tiveram três alternativas: substituir seus convênios com a Educar por convênios com o SESI ou as Prefeituras Municipais; manter os cursos com recursos próprios e do salário-educação; encerrar as atividades educativas.

Hoje, diversas empresas paulistas mantêm convênio com o SESI, oferecem cursos de suplência I aos seus funcionários mediante convênios com as prefeituras municipais ou realizam atendimento próprio, mediante aplicação direta dos recursos do salário-educação. Em termos quantitativos, porém, essa modalidade de atendimento educacional é ainda incipiente, se considerarmos os níveis de escolarização da população trabalhadora paulista.

6.4.3.1. O Serviço Social da Indústria - SESI

O SESI mantém cursos supletivos de 1a. a 4a. série destinados aos jovens e adultos ligados à indústria, desde 1947. Esses cursos podem estar localizados nos CES (Centros Educacionais do SESI), nos CATS (Centros de Atividades do SESI) ou funcionar isoladamente, instalados em empresas, espaços comunitários, em salas de aula ociosas de outra rede de ensino, etc.

O serviço é gratuito para os alunos. Os cursos são mantidos com recursos próprios do SESI e aqueles oriundos do salário-educação. No caso de convênios com empresas ou outras entidades, estas fornecem as salas de aula e os móveis, enquanto o SESI contrata o professor e se responsabiliza pelo material e apoio didático.

Os cursos organizam-se em 4 termos com duração de 6 meses cada, cujo currículo contempla conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais, Ciências Naturais, Educação Artística e, facultativamente, Educação Religiosa.

O material didático utilizado inclui material elaborado pelo próprio professor, material elaborado de forma centralizada para todos os cursos, o livro Oficina das Letras (Editora FTD), além de livros publicados pela extinta Fundação Educar.

21 INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. A nova relação entre competitividade e educação; Estratégias empresariais. São Paulo, jan. 1992, 27p.

Os professores têm, como exigência de formação, a habilitação de magistério de 2º grau. São contratados em regime de CLT e, em maio de 1992, recebiam entre 2 e 4 salários mínimos para uma jornada entre 20 e 25 horas semanais.

A supervisão é exercida por pedagogos e realizada através de reuniões pedagógicas periódicas, de visitas às salas de aula e de atividades de treinamento e capacitação de recursos humanos.

Os alunos atendidos pelo SESI em unidades escolares de ensino regular são computados nas estatísticas do CIE na dependência administrativa particular.

Atuando num total de 62 municípios do Estado, o SESI tem registrado, entre 1988 e 1991, cerca de 17.000 matrículas por ano, com índices de evasão anual em torno de 16%. Os índices de reprovação registraram queda no período: caíram de 29,19% das matrículas iniciais em 1988, para 24,97% em 1991. Simultaneamente, os índices de aprovação demonstraram uma pequena melhora no rendimento escolar: subiram de 55,63% em 1988, para 58,53% em 1991.

6.4.3.2. Os dados colhidos através do questionário-base

Apenas três empresas responderam o questionário-base da pesquisa, informando oferecer cursos de Suplência I a seus funcionários: duas de construção civil (Racional e Erevan) e uma empresa mista de serviços técnicos e administrativos (Baneser); todas elas estão sediadas na Capital.

Em 1992, essas empresas tiveram 359 alunos matriculados em cursos de suplência I. As três empresas que nos enviaram seus dados arcam sozinhas com os custos dos cursos de suplência para seus funcionários; duas delas tiveram convênio de assistência técnica com a Fundação Educar entre 1988 e 1990.

Os cursos oferecidos pelas duas construtoras desenvolvem-se nos canteiros de obras, num único termo/série com duração entre 6 e 9 meses na Erevan Engenharia e de 9 meses na Racional Engenharia. O Baneser informou organizar o curso em regime anual mas não informou o número de termos/séries. Nenhum destes cursos contemplam conteúdos de Educação Artística ou Educação Física; Língua Portuguesa e Matemática estão presentes em todos os currículos; Estudos Sociais e Ciências Naturais compõem o currículo de dois deles: no curso da Erevan esses conteúdos são abordados de forma apenas incidental; o curso da Racional desenvolve "atividades sociais" e o da Erevan pretende, no futuro, oferecer qualificação para o trabalho. Apenas no Baneser o próprio professor elabora o material didático, além de contar com material elaborado de forma centralizada. Nos cursos oferecidos pelas construtoras, o material didático é elaborado apenas pela equipe central; no caso da Erevan há, também, adaptação do material Escada, editado em 1972 pela José Olimpio, e de autoria da própria diretora de recursos humanos da construtora, Wanda Maria Cardoso Cotelo.

A formação mínima exigida do docente é variada: Baneser e Racional exigem apenas o 2º grau completo, embora predomine entre seus professores a formação de 3º grau. A Erevan exige habilitação de magistério de 2º grau, formação esta predominante entre seus quadros. Na Racional Engenharia o professor é um profissional autônomo que lhe presta serviços. Na Erevan ele é contratado em regime de CLT. No Baneser ele é contratado em caráter temporário nos primeiros dois anos e depois em regime de CLT. A situação salarial dos docentes é bem diferenciada: no Baneser ele recebia, em maio de 1992, entre 2 e 4 salários mínimos para uma jornada entre 30 e 40 horas semanais; na Erevan, ele recebia, na mesma época, entre 1 e 2 salários mínimos para uma jornada de

8 horas semanais; na Racional, o salário era superior a 4 salários mínimos para uma jornada inferior a 20 horas semanais.

A supervisão dos trabalhos também é bem diferenciada entre as três empresas. Na Erevan ela é realizada por pedagogo com pós-graduação em Filosofia da Educação; na Racional ela é realizada por monitor ou professor com experiência; e no Banaser os professores contam com supervisão de uma entidade de assessoria à educação popular²². Nos três casos a supervisão é realizada através de reuniões pedagógicas periódicas.

As três empresas forneceram poucas informações acerca do rendimento escolar dos alunos; não há dados de aprovação e reprovação e apenas duas empresas informaram dados de evasão no ano de 1991: em ambos os casos ela foi extremamente alta - 47% na Banaser e 60% na Erevan - contrariando tendências apontada no relatório do IBEAC, como se verá a seguir.

6.4.3.3. Os dados da pesquisa do IBEAC

A pesquisa do IBEAC identificou 54 empresas que oferecem cursos de suplência I a seus funcionários: em 1992, elas registravam 11.218 alunos matriculados. Não é possível identificar no relatório, porém, se todas essas matrículas referem-se exclusivamente à Suplência I ou se também incluem as referentes à Suplência II (5a. a 8a. série do 1º grau), ou ainda outras modalidades e níveis de ensino. É provável que estes números refiram-se ao atendimento global, pois apenas na Autolatina atribuem-se 2.100 matrículas, sendo improvável que todas elas refiram-se à alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos.

Embora haja poucos dados a respeito da tipologia de empresas que mantêm cursos, a localização das mesmas chama a atenção em dois aspectos:

- a) com exceção de uma agro-indústria da região de Ribeirão Preto, todas as demais empresas estão localizadas em pólos industriais: 32 empresas localizam-se na Grande São Paulo, 13 empresas na região de Campinas, 9 empresas em São José dos Campos.
- b) coerentemente, a grande maioria (50) delas está sediada nos municípios mais populosos do Estado: 42 estão em municípios com mais de 300.000 habitantes e 8 estão em municípios que têm entre 100.000 e 300.000 habitantes. Apenas quatro localizam-se em municípios com menos de 50.000 habitantes.

A grande maioria são indústrias de transformação e, em menor número, empresas de engenharia e construção civil, agro-indústrias, empresas comerciais e empresas públicas.

Dentre as indústrias de transformação, a maioria são do ramo metalúrgico, em que as inovações tecnológicas têm exigido maior qualificação da mão de obra. Embora o relatório do IBEAC não forneça dados a este respeito, percebe-se que a maioria das empresas é de grande porte.

O relatório do IBEAC aponta que cada vez mais as empresas necessitam de trabalhadores escolarizados que possam exercer controle estatístico, produzir com qualidade total e racionalização de custos. "Algumas empresas, como a Autolatina, têm

²² O projeto de educação de jovens e adultos do Banaser é assessorado pedagogicamente pelo Vereda - Centro de Estudos em Educação, entidade civil sem fins lucrativos com sede em São Paulo, com larga experiência neste campo.

estabelecido metas para melhorar a atuação de seus quadros. Até 1994 todo trabalhador na empresa deverá ter a quarta série completa e até 96, o 1º grau." (IBEAC, 1992, p.5).

Grande parte das empresas listadas pelo IBEAC mantêm classes de suplência em convênio com as prefeituras municipais (caso frequente em São José dos Campos e Campinas), o SESI ou a Fundação Bradesco (esses últimos concentrados fundamentalmente na Capital). No caso dos convênios com Prefeituras Municipais, estas cedem os monitores e realizam a orientação pedagógica, enquanto as empresas fornecem a infra-estrutura (salas de aula) e o material didático.

Segundo o IBEAC, a grande vantagem da escolarização na própria empresa é que os cursos conseguem ultrapassar as barreiras que dificultam a inserção do trabalhador na escola e, assim, apresentam baixos índices de evasão.

6.4.4. Sindicatos Patronais

Identificamos um sindicato patronal que oferece cursos de Suplência I a seus filiados: o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo - Sinduscom.

O Sinduscon desenvolve, desde 1991, o Programa Construção da Cidadania, com o objetivo de alfabetizar, nos próprios canteiros de obras trabalhadores da construção civil. Segundo palavras do sr. Julio Capobianco, quando presidente do Sinduscon, a não-qualificação da mão-de-obra do setor deve-se às condições sociais, culturais e históricas do nosso País:

"Dentro de nosso subdesenvolvimento somos, nós construtores, os introdutores dos migrantes rurais à vida urbana, somos a primeira porta em que batem na procura de emprego para a satisfação de suas necessidades básicas de sobrevivência. Daí caber a nós gerar estes empregos e suprir suas necessidades de adaptação ao meio urbano e à atividade profissional." (Sinduscon Urgente, 1 (74), 1991).

Além do caráter social, Capobianco ressalta também, em consonância com as preocupações empresariais apontadas nos estudos do IEDI e do IBEAC, que trabalhadores alfabetizados são mais integrados à empresa e *"aptos ao treinamento, à procura de segurança no trabalho, à busca da qualidade, da produtividade e da responsabilidade."*

O Programa Construção da Cidadania contempla conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais, Ciências Naturais, Educação Artística, Educação Física, além de questões relativas à Cidadania, todos eles desenvolvidos ao longo de 3 módulos de 90 horas cada e através de material didático elaborado pelo próprio professor.

Embora extremamente reduzida, essa carga horária de 270 horas/aula foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, que autorizou a entidade de assessoria Colméia (responsável pela supervisão pedagógica ao Sinduscom) a conceder o certificado correspondente à 4ª série do 1º grau.

A formação mínima exigida do professor é o 2º grau completo, mas predomina a habilitação de magistério de 2º grau. Os professores são autônomos, contratados pelas empresas conveniadas; em maio de 1992, eles recebiam 2 salários mínimos e 1/2 para uma jornada de trabalho inferior a 20 horas semanais.

A supervisão do trabalho é realizada por pedagogo e por profissional de outra área, através de reuniões pedagógicas periódicas e de visitas às salas de aula.

Os custos do programa são divididos: cada empresa conveniada assume os custos de instalação das salas de aula, de material didático, de material de consumo, de material dos alunos e de remuneração dos professores; o Sinduscon assume custos de coordenação, divulgação (realizados por sua Gerência de Desenvolvimento de Pessoal), treinamento de professores e supervisão pedagógica (serviços estes desenvolvidos pela Coiméia).

Entre 1991 e 1992, o programa atendeu 22 empresas, teve 1.034 alunos matriculados e 307 concluintes.

6.4.5. Sindicatos de trabalhadores

Nenhum sindicato de trabalhadores respondeu positivamente ao questionário-base da pesquisa, embora tenhamos identificado alguns sindicatos que participam de programas conveniados aos municípios, como é o caso do MOVA-SP na Capital (Sindicato dos Trabalhadores no Comércio e Derivados do Petróleo) ou o Programa Alfabetização-Cidadania (PAC) de São Bernardo do Campo (Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Bernardo do Campo, Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema).

6.4.6. Entidades Não-Governamentais

6.4.6.1. Dados da pesquisa do IBEAC

O relatório do IBEAC aponta 25 entidades não-governamentais (todas elas localizadas na Grande São Paulo) que oferecem cursos de alfabetização de jovens e adultos. Através de material divulgado pelo MOVA-SP, sabemos que algumas dessas entidades participam do Movimento.

Embora não haja informação sobre a forma de custeio de cinco desses cursos, a maioria absoluta dessas entidades mantém parcerias com organismos governamentais ou empresariais para a manutenção dos mesmos. A maior parte dos cursos é mantida por convênios com as Prefeituras Municipais: 15 entidades são conveniadas à Prefeitura Municipal de São Paulo e duas à Prefeitura Municipal de Osasco. Há três entidades que mantêm convênios com o Senai, três com a Secretaria do Menor, três com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e duas com a Secretaria da Promoção Social. Há dois registros de convênio com o Estado (sic), um com a Federação (sic), um com Senac-Senai, um com a Sebes (Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal de São Paulo) e um com CEAS (sigla não identificada).

No caso dos convênios com a Prefeitura Municipal de São Paulo, eles podem ser de dois tipos: há os convênios com o programa MOVA-SP e há convênios com a Secretaria Municipal de Educação, através dos quais a Secretaria implanta salas de alfabetização do programa EDA (Educação de Adultos) nos locais cedidos pelas entidades. Nesse último caso, os cursos são computados como salas dos cursos municipais de SI.

O relatório do IBEAC registra 10.415 alunos nos cursos mantidos por entidades não-governamentais. No entanto, estão aí agregados os dados de vários tipos de curso: alfabetização de crianças, alfabetização de jovens e adultos, pré-escola, cursos

profissionalizantes, educação especial para deficientes, entre outros. Não é possível quantificar, então, o tamanho real do atendimento em alfabetização de jovens e adultos realizado por entidades não governamentais.

6.4.6.2. Dados obtidos através do questionário-base da pesquisa

Nos dados obtidos através do questionário-base de nossa pesquisa, há o registro de cursos de SI mantidos por três diferentes entidades não-governamentais. Uma delas mantém convênio com o MOVA-SP. As duas outras são o Centro Comunitário Casa Mateus, de Mauá, e o Grupo de Trabalho de Alfabetização do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae - Cepis.

O curso da Casa Mateus é mantido em parte com verbas da própria instituição e em parte pelos alunos. Os cursos do Cepis são mantidos apenas com recursos da instituição. Nos dois casos, as classes são instaladas em centros comunitários ou congêneres.

O curso da Casa Mateus desenvolve-se em 4 termos/séries, com duração de 6 meses cada. Os do Cepis não têm duração definida - depende do ritmo de cada grupo.

O Cepis não manteve convênio com a Fundação Educar. A Casa Mateus manteve convênio de assistência técnica entre 1988 e 1990.

As duas entidades contemplam, em seus cursos, Língua Portuguesa, Matemática e Estudos Sociais. Apenas a Casa Mateus desenvolve conteúdos de Ciências Naturais. Nenhuma das duas entidades desenvolve conteúdos nas áreas de Educação Artística e Educação Física. Os cursos do Cepis voltam-se, também, à formação política.

Nos cursos mantidos pelas duas entidades o professor elabora o material didático; nos cursos mantidos pelo Cepis o professor conta com assessoria da entidade. O curso da Casa Mateus utiliza também material didático elaborado pela Fundação Educar.

Nos dois casos, os professores têm formação inferior ao 2º grau completo e recebem ajuda de custo. Os da Casa Mateus recebiam, em maio de 1992, um salário mínimo para uma jornada inferior a 20 horas semanais. Os do Cepis recebiam menos de 1/2 salário mínimo para jornada também inferior a 20 horas semanais.

Os docentes da Casa Mateus não contam com supervisão ou orientação pedagógica. Já o Cepis realiza orientação pedagógica através de reuniões pedagógicas e visitas às salas de aula.

6.4.7. Universidades

O único programa de alfabetização de jovens e adultos mantido por Universidade identificado pela presente pesquisa é o Programa e Educação Avançada para Adultos, da Faculdade de Educação de Universidade de São Paulo.

Destinado a suprir conhecimentos das séries iniciais do 1º grau nos moldes do ensino supletivo, o curso funciona nas salas de aula da Faculdade e de sua Escola de Aplicação e é mantido apenas com recursos da própria instituição. Entre 1988 e 1990 o programa contou com assistência técnica da Fundação Educar.

O curso está organizado em 5 termos com duração de um semestre cada. Ele contempla conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais, Ciências Naturais, Educação Artística, Educação Física, Relações Humanas, Economia e Folclore. Além disso há oficinas de Inglês, Computação, Relações Humanas no Trabalho, Anatomia, Organização do Trabalho, Hemeroteca, Videoteca, etc. O curso se propõe também oferecer formação política e para o trabalho.

Além de material elaborado de forma centralizada, o professor elabora material didático e utiliza material do Telecurso 1º grau (elaborado pelas Fundações Roberto Marinho e Bradesco).

Os docentes são estudantes de 3º grau e trabalham como voluntários, recebendo ajuda de custo e bolsa de trabalho enquanto estagiários. Eles recebem um salário mínimo para uma jornada entre 30 e 40 horas semanais.

A supervisão e orientação pedagógica é realizada por pedagogos - professores da Faculdade de Educação - através de reuniões periódicas, visitas às salas de aula, seminários, palestras, grupos de estudo por área e por sub-projetos de pesquisa (formação do professor, hemeroteca/biblioteca, fundamentação linguística da alfabetização, LOGO para adultos, arte e vídeo).

Deve-se registrar, ainda, que a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, através de sua mantenedora, a Fundação São Paulo, é conveniada ao MOVA-SP, mantendo classes de suplência I no campus da Capital, atendendo a funcionários e à comunidade.

6.4.8. A ação das igrejas

Através do questionário-base da pesquisa, não conseguimos identificar programas de Suplência I mantidos exclusivamente pelas igrejas. As instâncias das igrejas católica e protestantes que responderam às correspondências enviadas informaram não haver nenhum atendimento ligado a suas paróquias. Obtivemos informação acerca da existência de cursos de suplência em duas paróquias da Diocese de Santos e em três da Diocese de Aparecida; no caso de Santos, tratava-se da cessão de espaço para programas municipais; no caso de Aparecida, as paróquias não responderam ao questionário e não pudemos confirmar o atendimento.

O relatório do IBEAC identificou 13 igrejas - todas na Grande São Paulo - oferecendo serviços de alfabetização de jovens e adultos. Essas 13 igrejas atendiam, em 1992, 3.850 alunos nos seus vários serviços (suplência I, cursos profissionalizantes e pré-escola). Infelizmente, o relatório do IBEAC não informa a porcentagem referente à SI, impedindo algum tipo de consideração acerca do atendimento. Como o relatório só foi divulgado já em 1993, não tivemos tempo hábil de buscar informações diretamente junto às fontes. É provável, porém, que várias delas (localizadas na Capital) estejam envolvidas em convênios do MOVA/SP.

6.4.9. Tendências gerais observadas

Embora os dados reunidos sejam precários, é possível inferir algumas tendências gerais relacionadas ao atendimento em suplência I desenvolvido fora das redes escolares:

- não há um forte movimento por parte da sociedade civil no sentido de participar do esforço de alfabetização e pós alfabetização de adultos no Estado de São Paulo; as iniciativas existentes são pontuais e desarticuladas entre si;
- há indícios de que a sociedade civil só adquire certo grau de organização e, conseqüentemente, capacidade de intervenção educacional, na capital e nos municípios de maior porte;
- segmentos do empresariado demonstram tendência a implementar ações próprias de educação básica de jovens e adultos, embora em pequena escala;
- igrejas e entidades civis sem fins lucrativos mobilizam-se para desenvolver programas de alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos desde que incentivadas por organismos governamentais que as apoiem técnica ou financeiramente.

7. Conclusões e recomendações finais

7.1. Quanto às estatísticas do ensino supletivo em São Paulo

Os poucos resultados obtidos com o amplo esforço de coleta de dados e reunião de estatísticas sobre a educação básica de jovens e adultos e o ensino supletivo realizado nesta pesquisa, nos autoriza extrair algumas conclusões e oferecer sugestões aos organismos responsáveis pela coleta de dados e processamento de estatísticas sobre o ensino supletivo e a educação de jovens e adultos no Estado de São Paulo.

7.1.1. Concluimos que os instrumentos de coleta e processamento de dados estatísticos sobre a alfabetização de adultos e o ensino supletivo disponíveis no Estado de São Paulo são insuficientes e/ou inadequados para permitir um acompanhamento e avaliação adequados desta modalidade de ensino, de modo a subsidiar a formulação das políticas educacionais para o setor.

7.1.2. O Centro de Informações Educacionais da Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo é o organismo melhor posicionado institucionalmente e melhor equipado tecnicamente para proceder a coleta e processamento desses dados. Entretanto, seria necessário aperfeiçoar seus procedimentos metodológicos, nos seguintes aspectos:

7.1.2.1. Ampliar a cobertura da coleta de dados em pelo menos três direções:

- no sentido de captar o atendimento escolar realizado para além das escolas regulares. O Levantamento de Dados da Educação (LDE) propõe-se captar o atendimento escolar realizado exclusivamente pelas escolas regulares; despreza, assim, todo o atendimento realizado em unidades escolares exclusivas de ensino supletivo (nas quais enquadram-se muitas unidades escolares das redes particular, municipais e do SESI); são desconsideradas também todas as classes de alfabetização de jovens e adultos e de ensino supletivo instaladas fora dos equipamentos escolares convencionais como creches, escolas de educação infantil, centros de juventude, empresas, centros comunitários, igrejas, etc. Esse mecanismo seletivo de coleta de dados resulta na impossibilidade de mensurar o atendimento efetivamente realizado na educação de jovens e adultos. Seria necessário ampliar esse critério para computar a realidade do atendimento;
- no sentido de captar melhor o atendimento escolar realizado pelas redes municipais de ensino, nas quais detectamos tendências de crescimento. Os dados colhidos na presente pesquisa dão prova cabal de que o atendimento municipal tem sido subestimado nas estatísticas do CIE, o que revela que seus instrumentos de coleta são falhos neste aspecto;

- no sentido de captar melhor o atendimento escolar realizado pelas empresas, igrejas e organizações não governamentais, aperfeiçoando o cadastro das instituições que realizam esse serviço. Cabe considerar que, nas poucas ocasiões em que o CIE capta estes dados, os inclui na categoria "particular". Acreditamos que seria mais adequado distinguir o atendimento escolar propriamente privado (realizado por escolas particulares mediante pagamento do serviço educacional) daquele comunitário, filantrópico ou confessional (realizado por empresas, igrejas, instituições privadas ou entidades civis e no qual o acesso é público e o serviço é gratuito). Esta classificação estaria em maior consonância com a realidade educacional e a legislação em vigor;

7.1.2.2. Adequar a coleta e processamento de dados às especificidades da estrutura e funcionamento do ensino supletivo:

- realizar coletas semestrais dos dados de movimentação escolar, uma vez que a legislação em vigor permite a organização semestral ou anual dos cursos e a abertura de cursos no transcorrer do ano letivo;
- adequar o processamento dos dados a essa diversidade de regimes es-colares (o que certamente é uma tarefa tecnicamente complexa) de modo a que se obtenha dados consistentes de matrícula, movimentação e rendimento escolar;

7.1.2.3. Divulgar os dados do ensino supletivo nos mesmos moldes que o ensino regular, publicando-os nos anuários estatísticos de educação. A omissão desses dados nos anuários, tal como ocorre hoje, representa uma discriminação injustificável sob todos os pontos de vista;

7.1.3. Evitar a duplicação de esforços da SEESP e do MEC na coleta e processamento de dados, hoje existente em virtude da realização de dois levantamentos (LDE e SP2). Isso poderia ser viabilizado pela compatibilização de critérios de ambos os levantamentos, resultando em racionalização de operações e custos e maior eficiência/velocidade na divulgação de seus resultados, a partir de uma colaboração entre as duas esferas de governo.

7.1.4. É imperioso que o Ministério da Educação agilize o processamento e divulgação dos dados estaduais e nacionais do ensino supletivo, permitindo que seja feito um acompanhamento e avaliação desta modalidade de ensino. O timing atual, que faz com que os dados sejam divulgados com um atraso de até 5 anos, compromete qualquer esforço de planejamento e reorientação das políticas educacionais de ensino supletivo.

7.1.5. É de todo irracional que o patrimônio e a memória das ações governamentais na esfera da educação de jovens e adultos sejam desprezados pelos próprios organismos federais responsáveis, dificultando a reconstituição histórica, a avaliação das políticas e, conseqüentemente, o planejamento educacional. Seria recomendável que o Ministério da Educação, através dos seus órgãos centrais e das Delegacias Regionais, zelassem pelo patrimônio herdado do Mobral, da Fundação Educar e do PNAC, organizando bibliotecas, bancos de dados e referências com os acervos oriundos das instituições extintas ou programas desativados.

7.1.6. A formulação de políticas e o planejamento educacional exigem o conhecimento da demanda potencial pelos serviços educativos, sua distribuição espacial e suas caracterização sócio-econômica e cultural. Neste sentido, seria recomendável que o IBGE agilizasse o processamento dos dados da população paulista colhidos (já com um atraso de um ano) no Censo Demográfico de 1991. A divulgação desses dados está atrasada em um ano em relação ao planejamento inicial do próprio IBGE.

7.1.6.1. Seria recomendável que, tão logo o IBGE divulgue tais dados, o Estado de São Paulo providencie um estudo específico relacionado à população jovem e adulta com nenhuma ou baixa escolaridade, nos moldes do "Analfabetismo, o grande não", realizado tardiamente (pois baseado em dados do Censo de 80) pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação em 1990. A título de sugestão, considera-se que uma colaboração entre as Fundações SEADE (Serviço Estadual de Análise de Dados e Estatísticas) e FDE (Fundação de Desenvolvimento da Educação) permitiria que tal estudo fosse realizado e divulgado com qualidade, agilidade e eficiência.

7.2. Quanto à estrutura e funcionamento dos cursos de suplência I (alfabetização e pós alfabetização de jovens e adultos) no Estado de São Paulo

7.2.1. Registra-se como tendência positiva a prevalência de cursos de suplência de 1ª a 4ª séries do 1º grau (90%) sobre os cursos que se restringem à alfabetização de adultos (10%). Em sua maioria, os cursos têm pelo menos dois anos de duração. Este dado é indicativo da superação das ações emergenciais que caracterizaram no passado as campanhas de alfabetização (e nas quais observavam-se elevados índices de regressão ao analfabetismo), em benefício de uma ação educativa mais sistemática, que busca consolidar o processo de alfabetização e assegurar ao educando condições para continuidade de estudos.

7.2.2. Mesmo entre os cursos que se restringem à alfabetização de jovens e adultos, predomina o regime anual, com duração de 8 a 12 meses, o que revela a superação de uma concepção ingênua de que o processo de alfabetização possa realizar-se de modo muito acelerado, em poucas horas, semanas ou meses.

7.2.3. A organização e currículo predominante nos cursos de suplência I, que inclui o ensino de língua materna, matemática elementar, noções de ciências sociais e naturais e, menos frequentemente, educação artística e física, são indicativos também da incorporação de um conceito mais abrangente de alfabetização, que transcende o domínio estrito da leitura e da escrita, identificado-se com a noção mais ampla de educação básica.

7.3. Quanto ao atendimento em alfabetização e pós alfabetização de jovens e adultos no Estado de São Paulo

7.3.1. Ainda que não tenhamos à mão ainda os dados de escolaridade da população do Censo Demográfico de 1991, os dados colhidos pelo presente estudo e os indicadores disponíveis revelam que o atendimento no primeiro segmento do ensino fundamental à população jovem e adulta no Estado de São Paulo é, atualmente, irrisório face à demanda potencial por essa modalidade de serviço educativo. As matrículas registradas nas três redes de ensino em 1990 representavam apenas 4,9% do total de pessoas analfabetas na faixa etária de 15 anos ou mais identificadas pela PNAD 1990.

7.3.2. A pesquisa registrou um modesto crescimento no número de matrículas na suplência I e no número de municípios que oferecem essa modalidade de ensino entre 1988 e 1991. Em atenção aos tratados internacionais dos quais o País é signatário, às determinações constitucionais da União e do Estado e com os objetivos de democratizar as oportunidades educacionais, assegurar os direitos de cidadania e preparar os recursos humanos para as novas exigências do mercado de trabalho face à revolução tecnológica em curso, recomenda-se a ampliação substancial do atendimento em educação básica à população jovem e adulta no Estado de São Paulo. Essa ampliação

deve basear-se em estudo técnico da demanda e pautar-se por um plano que estabeleça metas e meios de curto, médio e longo prazos.

7.3.3. A cooperação entre as esferas federal, estadual e municipal de governo, determinada pela Constituição de 1988 na tarefa de prover o ensino fundamental público e gratuito, independentemente da idade, não tem se consubstanciado no Estado de São Paulo - ao menos enquanto uma política pública deliberada e consciente - no terreno da educação básica de jovens e adultos.

7.3.3.1. No que concerne ao governo federal, a extinção da Fundação Educar em março de 1990, representou a retração de recursos técnicos e financeiros da União voltados à alfabetização e pós alfabetização de jovens e adultos no Estado de São Paulo. Como o Mobral e a Fundação Educar empregavam uma sistemática de relacionamento direto com os municípios, sem mediação da rede estadual de ensino, houve uma transferência direta desse encargo da União para os municípios: a ampla maioria dos programas municipais de educação de adultos implantaram-se recentemente (a partir de 1989) e resultam da municipalização dos serviços antes mantidos pela Fundação Educar e pelo Mobral.

7.3.3.2. Embora os dados a esse respeito sejam escassos, não encontramos no transcorrer da pesquisa indícios de que o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (1990-1991) tenha revertido para o Estado de São Paulo recursos técnicos e materiais significativos, capazes de impulsionar programas de alfabetização, pós alfabetização ou de ensino supletivo²³. Os dados disponíveis indicam que a cooperação do governo federal na educação básica de jovens e adultos ao Estado de São Paulo e seus municípios tem se restringido às transferências constitucionalmente obrigatórias de recursos do salário-educação através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ou a reduzidos recursos orçamentários do Tesouro, obtidos mediante apresentação dos Planos de Trabalho Anuais.

7.3.3.3. As estatísticas disponíveis revelam que, malgrado a omissão do governo federal, o atendimento em educação básica de jovens e adultos (suplência de 1ª a 4ª séries do 1º grau) no Estado de São Paulo teve crescimento, ainda que modesto, no período 1988-1992. Coube às esferas estadual e municipal de governo propiciar esse crescimento, visto que a rede particular de ensino manteve estagnado ou até mesmo regrediu seus níveis de atendimento no período.

7.3.3.4. No que concerne às políticas explícitas de educação (ou seja, aquelas expressas em documentos e discursos oficiais), a tendência da cooperação entre Estado e municípios em São Paulo é a de progressiva transferência dos encargos da educação básica de jovens e adultos (suplência de 1ª a 4ª séries do 1º grau) para os municípios, tal como enunciado no Programa de Reforma do Ensino Público do Estado de São Paulo e colocado em prática por portarias que limitam a abertura e manutenção de classes de suplência nas "escolas-padrão"²⁴. A redução do número de classes de suplência I na rede estadual em 1992 é a consequência provável dessa orientação do governo do Estado, que deve acentuar-se em 1993, visto que o número de "escolas-padrão" praticamente triplicou nesse ano.

23 Deve-se assinalar que essa constatação é válida para o Estado de São Paulo, e não necessariamente para outras Unidades da Federação, pois houve Estados que receberam recursos substanciais do PNAC, seja através de convênios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (como foi o caso de alguns estados do Sul), seja mediante transferências da quota federal do salário-educação (em casos do Norte e Nordeste).

24 O Diário Oficial do Estado de São Paulo de 23/10/91 nº 202, seção I, p. 1, publica a Portaria Cogesp (Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo) nº 1, que limita a abertura de cursos de suplência nas unidades escolares padrão da rede estadual *enquanto não for plenamente atendida demanda por ensino regular*. Na prática, tal portaria veta o ensino supletivo nas "escolas-padrão" da periferia da capital e cidades médias, em que a demanda por ensino fundamental se eleva constantemente.

7.3.3.5. Os dados colhidos no transcorrer da pesquisa revelam que, na prática, vinha se estabelecendo nos últimos cinco anos um padrão "involuntário" ou "inconsciente" de cooperação entre Estado e Municípios no Estado de São Paulo:

- O Estado vinha cumprindo uma função distributiva dos serviços de ensino supletivo, mantendo classes (ainda que pouco numerosas) em quase todos os municípios e constituindo-se quase que no único mantenedor desses serviços nos municípios de pequeno porte (de até 50.000 habitantes). É provável que os pequenos municípios do Estado, com escassos recursos orçamentários, não venham priorizando a educação básica de jovens e adultos, mesmo porque a demanda social por educação infantil historicamente tem se manifestado com maior vigor. É provável, também que, sem dispor de estruturas próprias de atendimento educacional mesmo para outras faixas etárias (pré-escola e ensino fundamental regular), os pequenos municípios não estejam capacitados física, técnica e materialmente para implantar serviços de educação de jovens e adultos no seu atual estágio de desenvolvimento administrativo. É necessário recordar que, embora concentrem apenas 20,4% da população estadual, os municípios de pequeno porte totalizam 83,2% das municipalidades paulistas.
- Os municípios de porte médio e grande (especialmente aqueles com mais de 300.000 habitantes), pressionados pelas demandas econômicas e sociais decorrentes do acelerado processo de urbanização, favorecidos pela interiorização do desenvolvimento e pela redistribuição da receita pública a partir de 1989, vêm assumindo gradativamente para si a responsabilidade pela oferta de serviços de educação básica de jovens e adultos, cada vez mais amplos, numerosos e profissionalizados. Embora representem menos de 2% das municipalidades, os 11 municípios com mais de 300.000 habitantes concentram 47,5% da população paulista.

7.3.3.6. As constatações acima, sugerem um padrão de cooperação entre Estado e municípios para uma etapa de transição no processo de municipalização da educação básica de jovens e adultos, processo esse que já está em curso no Estado de São Paulo:

- Ao invés da extinção indiscriminada das classes de Suplência (como vem tentando implementar a Secretaria Estadual de Educação), o Estado poderia manter e ampliar prioritariamente as classes de educação básica de jovens e adultos nos municípios de pequeno porte, capacitando-os progressivamente (e a médio prazo) a assumirem também esse encargo.
- A curto prazo, o Estado poderia incentivar - mediante a transferência de recursos financeiros, cessão de instalações físicas e capacitação de recursos humanos - os municípios de porte médio e grande a assumirem os encargos da educação básica de jovens e adultos, favorecendo a criação pelos municípios de serviços (aonde eles ainda não existem) ou sua ampliação (onde já estão instalados).
- A pesquisa não identificou a existência de qualquer fórum específico de diálogo e negociação entre Estado e Municípios no concernente à distribuição dos encargos da educação básica de jovens e adultos. Seria recomendável que o relacionamento entre o Estado e os municípios paulistas superasse os termos desfavoráveis atuais, pautando-se pela negociação e cooperação. Para que essa negociação seja alcançada com êxito, sugere-se a instalação de um fórum no qual estejam representados a Secretaria de Estado da Educação e a União dos Dirigentes Municipais de Ensino, com suporte técnico da Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM), da Fundação para o Desenvolvimento Administrativo Paulista (FUNDAP) e da Fundação de Desenvolvimento da Educação (FDE), com a assistência da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado.

7.3.3.7. O estudo colheu escassos dados relacionados à participação da sociedade civil no atendimento educacional à população jovem e adulta analfabeta ou com baixa escolaridade. Os dados disponíveis indicam que essa participação é, em termos quantitativos, pouco significativa. Delineiam-se, porém, duas tendências positivas:

- Observa-se um crescente interesse do empresariado (materializado nas políticas de recursos humanos das empresas) pela alfabetização e educação básica de seus empregados. As recentes iniciativas do Sinduscom, a crescente demanda pela abertura de classes do SESI, etc, são indicadores a confirmar os discursos do empresariado na mídia e organismos de classe. No interior de uma política mais ampla de universalização do ensino básico, seria legítimo que o poder público estimulasse as empresas a adotarem programas de alfabetização para seus empregados, seja mediante assistência pedagógica direta aos programas, seja através de outras formas de incentivo.
- Observa-se que a sociedade civil organizada (em associações comunitárias e filantrópicas, sindicatos de trabalhadores, igrejas, etc) tem respondido positivamente às políticas governamentais que conclamam à sua participação nas tarefas de alfabetização de adultos, desde que lhe sejam propiciados meios e condições de parceria com o Estado. Isso pôde ser observado tanto no MOVA/SP (Movimento de Alfabetização de Adultos) quanto no PNAC (Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania). Assim, mais que campanhas de apelo genérico à cooperação, os dados de realidade recomendam implementar políticas de parceria entre instituições governamentais e da sociedade civil, cabendo ao Estado assegurar meios financeiros e assessoria técnico-pedagógica, enquanto às entidades cabe mobilizar recursos humanos e meios físicos não convencionais para implementação de programas de alfabetização e pós alfabetização de adultos.

7.4. Quanto à qualidade da educação básica de jovens e adultos

7.4.1. Tomando o rendimento escolar como indicador de qualidade do ensino, chega-se a duas conclusões fundamentais:

- Registrou-se uma tendência de melhora nos indicadores de rendimento escolar no período analisado (1988/1991): elevou-se a aprovação, reduzindo-se a evasão e a repetência.
- Ainda que decrescentes, os índices de evasão escolar (33,9%) e de reprovação (19,7%) são extremamente elevados, representando na somatória das três redes de ensino uma perda de mais da metade das matrículas efetuadas nos cursos de suplência I. Ainda que parcela da evasão possa ser atribuída a fatores extra-escolares, os índices extremamente elevados indicam a existência de fatores propriamente escolares a incidir na desistência do alunado. Depreende-se destes dados que os níveis de qualidade de ensino alcançados não atingiram ainda patamares razoáveis, sendo necessário investir maciçamente na sua melhoria.

7.4.2. Os piores indicadores de rendimento escolar foram encontrados na rede estadual de ensino, indicando que os esforços de melhoria de qualidade deveriam aí concentrar-se.

7.4.3. Se tomarmos a qualificação do pessoal docente como indicador de qualidade de ensino, verificamos uma tendência positiva: a quase totalidade dos docentes em exercício possui, no mínimo, habilitação para o magistério; a ampla maioria dos programas conta com supervisão ou orientação pedagógica sistemática, realizada por pedagogo ou outro profissional com formação superior. Há, pois, fortes indícios de profissionalização do pessoal docente, indicando estarem superadas concepções do

passado (como a que presidiu o Mobral) em que os alfabetizadores eram recrutados independentemente de habilitação profissional. Entretanto, estudos anteriores indicam que os cursos de 2º grau de habilitação do magistério e os cursos superiores de Pedagogia negligenciam a temática da educação de jovens e adultos em seus currículos, o que recomenda sejam implementados programas continuados de formação dos professores em exercício.

7.4.3.1. As condições de trabalho docente, expressas pela jornada de trabalho predominante (inferior a 25 horas semanais) e pelos padrões majoritários de remuneração (entre 1 e 2 salários mínimos) são, para os padrões brasileiros, indicativos de um certo grau de profissionalização da atividade de educador de jovens e adultos. Apesar desta tendência à profissionalização, a maioria dos professores que atuam na educação básica de jovens e adultos não conquistaram contratos de trabalho estáveis, decorrentes de concursos públicos: a ampla maioria dos professores que atuam nas redes municipais é contratada pelo regime da CLT ou em caráter temporário, e apenas um terço é regido pelo estatuto do magistério. Mesmo na rede estadual de ensino, a maioria dos professores que atuam na suplência I é constituída por professores contratados e, portanto, não concursados. Embora este estudo não contenha dados sobre esse tema, há evidências empíricas de que o magistério na suplência tem se caracterizado por elevada rotatividade de profissionais. Seria recomendável, neste sentido, adotar medidas de fiscalização visando o cumprimento da legislação que determina a aprovação de estatuto para o magistério e a realização de concursos públicos para contratação dos docentes, também para esta modalidade de ensino.

7.4.4. Outro clássico indicador de qualidade do ensino são as condições físicas das escolas. A precariedade das instalações físicas continua a caracterizar a educação básica de jovens e adultos. As redes municipais de ensino parecem não dispor de equipamentos escolares apropriados em quantidade suficiente, o que as obriga a instalar as classes de alfabetização e suplência em espaços cedidos por outra rede de ensino (provavelmente salas ociosas da rede estadual) ou em espaços improvisados em creches, pré-escolas, centros comunitários, igrejas, etc. Essa precariedade pode repercutir negativamente nas condições de ensino, se privar professores e estudantes de mobiliário e iluminação adequados, acesso a bibliotecas, quadras esportivas, laboratórios e equipamentos áudio-visuais etc, assim como dificultar a orientação e supervisão de ensino, dispersando as salas em numerosos equipamentos isolados entre si. Ainda que nas condições atuais de reduzida oferta não se deva descartar a utilização de espaços não convencionais em programas de alfabetização e pós alfabetização de jovens e adultos, dever-se-ia considerar esta faixa etária e modalidade de ensino nos estudos de demanda e expansão da rede física de escolas, bem como privilegiar a utilização de equipamentos escolares ociosos para a instalação das classes de suplência, inclusive mediante cessão de salas de uma rede de ensino a outra.

7.5. Quanto à (ausência de) política de educação de jovens e adultos

Este estudo detectou inúmeras evidências da ausência de uma ação coordenada de educação básica, capaz de articular políticas de expansão e melhoria do ensino fundamental para as faixas etárias infantil, jovem e adulta.

O estabelecimento de diretrizes de política educacional orientadoras de âmbito nacional cabe, constitucionalmente, ao poder executivo federal (através do Ministério da Educação), assistido por conselho (cuja composição e delimitação de atribuições dependem ainda da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

Os problemas políticos, econômicos e éticos envolvendo o executivo federal desde a aprovação da Constituição, entretanto, resultaram na sucessão de ministros, de prioridades nas políticas educacionais (nem sempre coerentes entre si), na constante alteração das sistemáticas de financiamento e na descontinuidade administrativa das ações ministeriais.

No concernente à educação básica de jovens e adultos, resulta objetivamente desse quadro uma ausência de políticas claras e de regras de cooperação entre as esferas de governo e as redes de ensino.

A falta de diretrizes orientadoras de âmbito nacional e a omissão federal do último quinquênio refletiram-se nas políticas de educação básica de jovens e adultos do Estado de São Paulo e de seus Municípios, também elas caracterizadas pela descontinuidade administrativa, ausência de lineamentos gerais, de regras estáveis de cooperação e coordenação de ações.

8. Bibliografia

- ALMEIDA, Laurinda R. O ensino noturno no Estado de São Paulo : um pouco de sua história e de seus problemas. Cadernos de Pesquisa, n. 66, São Paulo, FCC, , p. 49-62, ago. 1988.
- BARRETO, Elba S. de S. O público e o privado na expansão do ensino supletivo em São Paulo. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, INEP, v. 70, n. 164, p. 7-34, jan./abr. 1989.
- , Estado e Municípios: a prioridade ao ensino fundamental em São Paulo. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, FCC, n. 83, p. 15-28, nov. 1992.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Estado e educação popular: um estudo so-bre a educação de adultos. São Paulo : Pioneira, 1974.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990, Jomthien, Tailândia. Declaração Mundial sobre Educação Para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Brasília : UNICEF, 1990. 20 p.
- CONSTRUÇÃO da cidadania. Sinduscon Urgente, São Pulo, v. 1, n. 74, nov. 1991.
- CUT. DESEP. A educação e os trabalhadores. São Paulo : Scritta ; CUT, 1992.
- DI PIERRO, Maria Clara. Ensino supletivo e universalização da edu-cação básica. Revista de Educação, São Paulo, Apeoesp, n. 5, p. 14-17, 1991.
- , A modernidade na contramão da história. Tempo e Presença, Rio de Janeiro, CEDI, v. 14, n. 263, p. 21-3, maio/jun. 1992.
- FERRARI, Alceu. Analfabetismo no Rio Grande do Sul: sua produção e distribuição. Educação e Realidade, Porto Alegre, UFRGS, v. 16, n. 1, p. 3-30, jan./jun. 1991.
- FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Analfabetismo : o grande não. São Paulo : FDE, 1990. 177 p.
- FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA. A educação nos municípios paulistas: 1987. São Paulo : CEPAM, 1990. 96 p.
- HADDAD, Sérgio, SIQUEIRA, Maria Clara Di Pierro. Diagnóstico dos estudos e pesquisas sobre políticas, estrutura e funcionamento do ensino supletivo na função suplência : relatório final. São Paulo : CEDI, 1988. 3 v. V. 3: Perfil do ensino supletivo - função Suplência - nas Unidades Federadas: regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS E APOIO COMUNITÁRIO. Relatório final do convênio de cooperação técnica e social FDE/IBEAC. São Paulo : IBEAC, 1992. 23p. e anexos.
- INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. A nova relação entre competitividade e educação; estratégias empresariais. São Paulo : IEDI, 1992. 27 p.
- LUCE, Maria Beatriz et al. A contribuição das Comissões Estaduais do PNAC : subsídios para uma avaliação. [s.l., s.n.], 1992. 33 p.

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. Financiamento da educação : elementos de análise do ensino fundamental. [s.l. : s.n.], 1992. 25 p. Paper apresentado na reunião de consultores do Pacto pela Infância, promovida pela UNICEF em São Paulo.

MELLO, Guiomar N. de, SILVA, R. N. da. O que pensar da atual política educacional? Em Aberto, Brasília, INEP, v. 10, n. 50/51, p. 3-17, abr./set. 1992.

RODRIGUEZ, Sílvia Telles, coord. Construindo a avaliação do MOVA-SP. São Paulo : Prefeitura do Município ; MOVA/SP, 1992. 31 p.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Educação, MOVA-SP. Construindo o ciclo ensino fundamental I. São Paulo, 1992. 28 p.

SÃO PAULO (Estado). Constituição do Estado de São Paulo : promulgada em 5 de outubro de 1989. São Paulo : Fisco e Contribuinte, 1989. 126 p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Programa de reforma do ensino público do Estado de São Paulo. São Paulo : 1991.

9. Agradecimentos

CEPAM - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal
Fundação Prefeito Faria Lima
Mary Ann N. C. Rondas e Hanna Profis

FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação
Centro de Documentação e Informação para a Educação
Maria Salles Tramonti

FUNDAP - Fundação do Desenvolvimento Administrativo
Diretoria Executiva
Orlando Figueiredo

IBEAC - Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário
Hélio Amorim

MEC - Ministério da Educação

. SENEB - Secretaria Nacional de Educação Básica
Coordenação de Educação Supletiva
Consuelo Luiza Jordão Guimarães

. SAG - Secretaria de Administração Geral
Coordenação de Informações para o Planejamento
Carlos Eduardo Moreno Sampaio, Lindberg Gomes de Brito, Liliane
Lúcia N. de A. Oliveira, Maria Fátima Teixeira Lima

PRODESP - Cia. de Processamento de Dados do Estado de São Paulo
Gerência do Projeto Educação
Eduardo Cezar da Fonseca

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SEESP - Secretaria de Estado da Educação de São Paulo

. Chefia do Gabinete

João Roberto Vieira da Costa

. ATPCE - Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional
CIE - Centro de Informações Educacionais
Wagner Roberto Belicimo Homem, Maria José de Alcântara, Marly R.
de Medeiros Cremm, Ângela M. G. de Azevedo, Railda M. Lutaif
Guzzo e M. Cláudia do Nascimento

. CENP - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas

Serviço de Ensino Supletivo

Mertila Larcher de Moraes, Maria Regina Pacheco França e Matiana
Andrei

. CEI - Coordenadoria de Ensino do Interior

SESI - Serviço Social da Indústria
Departamento Regional de São Paulo
Divisão de Ensino Fundamental
Terezinha Seluta Esteves
Subdivisão de Ensino Supletivo
Aniete Ribeiro Ávila

SMESP - Secretaria Municipal de Educação de São Paulo
· Centro de Informática
Hebe Guimarães Leme
· Divisão de Orientação Técnica de Educação de Adultos
Maria Cecília A. Moreira
· MOVA/SP - Movimento de Alfabetização de Adultos
Sílvia Telles Rodriguez

SINDUSCON - Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo
Gerência de Desenvolvimento de Pessoal
Maura Silva Guedes

UNDIME - União dos Dirigentes Municipais de Educação
Herb A. da Silva Carlini - Presidente Regional (1991/1992)

A equipe de pesquisa agradece em especial a colaboração de todos os informantes - universidades, prefeituras municipais, entidades não governamentais, igrejas e empresas - cujos nomes todos seria impossível reproduzir neste relatório.

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Pesquisa
"Perfil do Atendimento em
Alfabetização de Jovens e Adultos
no Estado de São Paulo"

São Paulo, 1992

3. A instituição mantém cursos de ensino supletivo ou outra modalidade de educação de jovens e adultos? (Assinale no quadro abaixo o(s) nível(eis) de ensino em que atua).

Nível de ensino	Sim	Não	Indicar ano de início
Exclusivamente alfabetização			
1ª a 4ª séries do 1º grau			
5ª a 8ª séries do 1º grau			
2º grau			

Se assinalou Sim a alguma das alternativas da questão 3, continue a responder o questionário.

4. Origem e histórico do programa (Descreva brevemente como teve origem o programa de educação de jovens e adultos):

5. Descrição do programa

5.1. O atendimento é realizado:

- exclusivamente na zona urbana
- exclusivamente na zona rural
- na zona rural e urbana

5.2. Modalidade de custeio atual do serviço:

- Custeado com recursos próprios da instituição
- Custeado totalmente pelos alunos
- Custeado parcialmente pelos alunos
- Custeado por convênio, subvenção ou repasse de verba de outra instituição

(especificar) _____

CEDI **Centro Ecumênico de
Documentação e Informação**

Pesquisa
"Perfil do Atendimento em
Alfabetização de Jovens e Adultos
no Estado de São Paulo"

São Paulo, 1992

Questionário-base da Pesquisa
"Perfil do Atendimento em Alfabetização de Jovens e Adultos
no Estado de São Paulo"

0. Não preencher este campo:

0.1. Código do município _____

0.2. Código da região _____

1. Dados cadastrais

Instituição: _____

Sigla: _____

Responsável: _____

Cargo: _____

Endereço: Av/R _____ Nº _____

Bairro _____

Cep: _____ Cidade _____ UF _____

Fones:() _____ Fax:() _____

2. Caracterização da natureza da instituição

Estabelecimento estadual de ensino

Estabelecimento municipal de ensino

Estabelecimento particular de ensino

Laica

Confessional

Empresa

Privada

Pública

Mista

Entidade

Assistencial ou
filantrópica

laica

confessional

Sindical

Associativa e/ou comunitária

De serviço e/ou assessoria

Outra (especificar) _____

Outra

(especificar) _____

3. A instituição mantém cursos de ensino supletivo ou outra modalidade de educação de jovens e adultos? (Assinale no quadro abaixo o(s) nível(eis) de ensino em que atua).

Nível de ensino	Sim	Não	Indicar ano de início
Exclusivamente alfabetização			
1ª a 4ª séries do 1º grau			
5ª a 8ª séries do 1º grau			
2º grau			

Se assinalou Sim a alguma das alternativas da questão 3, continue a responder o questionário.

4. Origem e histórico do programa (Descreva brevemente como teve origem o programa de educação de jovens e adultos):

5. Descrição do programa

5.1. O atendimento é realizado:

- exclusivamente na zona urbana
- exclusivamente na zona rural
- na zona rural e urbana

5.2. Modalidade de custeio atual do serviço:

- Custeado com recursos próprios da instituição
- Custeado totalmente pelos alunos
- Custeado parcialmente pelos alunos
- Custeado por convênio, subvenção ou repasse de verba de outra instituição

(especificar) _____

() Custeado mediante concessão de bolsas de estudo

(especificar) _____

5.3. Foi conveniado à Fundação Educar no passado?

() Sim

() Não

Em caso positivo, assinale as modalidades de convênio e os anos de vigência:

Modalidade de Convênio	1986	1987	1988	1989	1990
Assistência Técnica					
Assistência Financeira					

5.4. Regime escolar (duração dos períodos letivos):

() anual

() semestral

() outro (especificar) _____

5.5. Duração mínima dos cursos:

Nível de ensino	Duração em meses de cada termo ou séries(*)	Número de termos ou série
Exclusivamente alfabetização		
1ª a 4ª séries do 1º grau		
5ª a 8ª séries do 1º grau		
2º grau		

* A denominação termo é empregada na legislação estadual para designar as séries do ensino supletivo; há também quem adote a terminologia fase ou módulo. A duração dos termos ou séries é variável, em virtude da flexibilidade conferida pela legislação.

As questões subsequentes referem-se exclusivamente aos programas de alfabetização, pós-alfabetização e/ou suplência I (correspondente a 1ª a 4ª séries do 1º grau).

5.6. Disciplinas ou componentes curriculares ministrados (seja por monitor, professor polivalente ou especialista):

- língua materna
- matemática
- ciências sociais/estudos sociais/história/geografia
- ciências naturais/programas de saúde
- educação artística
- educação física
- outros (especificar) _____

5.7. O programa contempla outras modalidades além da educação escolar?

- qualificação para o trabalho
- educação religiosa
- formação política
- outras (especificar) _____

5.8. Material didático empregado:

- não adota material didático
 - o(a) professor(a) elabora o próprio material didático
 - há material didático elaborado de modo centralizado especialmente para o programa
 - livro didático publicado comercialmente
- Qual/quais? _____
- _____
- outro (especificar) _____

5.9. Formação docente

A. Mínimo exigido:

- inferior ao 2º grau completo
- 2º grau completo
- habilitação de magistério de 2º grau
- 3º grau

B. Predominante:

- inferior ao 2º grau completo
- 2º grau completo
- habilitação de magistério de 2º grau
- 3º grau

5.10. Condições de trabalho docente:

A. A modalidade de contrato do professor ou monitor é:

- voluntário, sem remuneração
- ajuda de custo, bolsa ou assemelhado
- CLT
- estatutário
- contratado em caráter temporário ou precário
- outra (*especificar*) _____

B1. O menor salário mensal (piso) do professor ou monitor em maio de 1992 era de:

- trabalho voluntário, sem remuneração
- menos de Cr\$ 115 mil
- de Cr\$ 115 mil a menos de Cr\$ 230 mil
- Cr\$ 230 mil (um salário mínimo)
- mais de Cr\$ 230 mil até Cr\$ 460 mil
- mais de Cr\$ 460 mil até Cr\$ 920 mil
- superior a Cr\$ 960 mil

B2. para uma jornada semanal de trabalho de:

- menos de 20 horas
- de 20 a menos de 25 horas
- de 25 a menos de 30 horas
- de 30 a 40 horas
- mais de 40 horas

5.11. Orientação pedagógica:

A. O programa conta com alguma forma sistemática de orientação ou supervisão pedagógica?

- Sim
- Não

B. Em caso positivo, especifique quem realiza a orientação ou supervisão pedagógica:

- monitor ou professor com experiência
- pedagogo
- outro profissional com formação superior
- outro (*especificar*) _____

C. Como a orientação ou supervisão pedagógica é realizada ?

- através de reuniões pedagógicas periódicas
- através de visitas às salas de aula
- outros meios
- (especificar)* _____

5.12. As salas de aula funcionam:

- em instalações escolares da entidade mantenedora
- em salas ociosas cedidas por outra rede de ensino
- em salas de pré escola ou educação infantil ociosas em período noturno
- em centros comunitários ou congêneres
- outros (*especificar*) _____

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Programa Educação e Escolarização Popular

São Paulo,

Prezado(a) Senhor(a),

O CEDI é uma entidade civil sem fins lucrativos que assessora movimentos populares e igrejas. O Programa Educação e Escolarização Popular do CEDI realiza documentação, pesquisa, publicações e assessorias no campo da educação popular e, particularmente, da alfabetização de jovens e adultos.

O questionário que se segue é um instrumento para coleta de dados da pesquisa **Perfil do atendimento em alfabetização de jovens e adultos no Estado de São Paulo**, que o Programa Educação e Escolarização Popular do Cedi está realizando, ao longo de 1992, em convênio com o Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC).

O objetivo da pesquisa é identificar quem promove a alfabetização de jovens e adultos no Estado de São Paulo, quais as características dos programas de alfabetização de jovens e adultos e qual a quantidade de pessoas atendidas por esses programas.

Pretende-se com este levantamento avaliar o desenvolvimento da educação básica de jovens e adultos no Estado de São Paulo a partir da Constituição de 1988, recolhendo subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas para esse campo educacional.

Este questionário está sendo remetido a todos os municípios paulistas, através de suas prefeituras, entidades e empresas. Também estão sendo coletadas informações junto à Secretaria Estadual de Educação e outros órgãos estaduais.

Solicitamos sua especial atenção em colaborar com esta pesquisa, preenchendo o questionário anexo. Embora a primeira vista possa parecer longo ou complicado, na verdade o questionário é simples e de fácil preenchimento, podendo ser respondido em poucos minutos.

Na primeira parte do questionário são solicitadas informações sobre as características da instituição, de seus programas educacionais e de educação de jovens e adultos, caso existam.

Na segunda parte, são solicitados dados estatísticos referentes à alfabetização de jovens e adultos. Caso as estatísticas não estejam disponíveis ou demorem mais a serem coletadas, solicitamos enviar o questionário respondido, deixando as estatísticas para uma correspondência posterior.

Pedimos sua atenção para que o questionário seja respondido da maneira mais completa e devolvido com a brevidade possível, garantindo dessa forma a qualidade e fidedignidade dos resultados da pesquisa. Mesmo que não exista atendimento educacio-

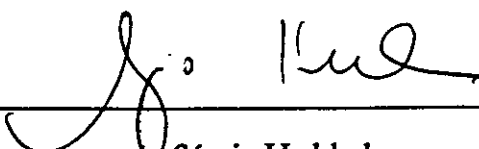
nal a jovens e adultos, solicitamos sua colaboração para que o mesmo seja respondido e devolvido.

Solicitamos remeter pelo correio o questionário preenchido até no endereço do CEDI.

Qualquer dúvida relativa ao preenchimento ou esclarecimentos adicionais sobre a pesquisa podem ser obtidos no endereço e telefone acima, com a assistente de pesquisa Maria Clara Di Pierro ou a auxiliar de pesquisa Cristina Válio, em horário comercial.

Certos de podermos contar com sua valiosa colaboração, colocamo-nos à sua disposição.

Atenciosamente,



Sérgio Haddad
Pesquisador Responsável

Dados Estatísticos

A planilha anexa serve para registrar as estatísticas de movimentação escolar de 1988 a 1992. na linha (horizontal) encontra-se a seqüência de anos, subdividida em semestres, pois esse é o regime mais comum dos cursos de suplência e alfabetização de adultos. Caso a organização dos cursos não seja semestral, pede-se preencher apenas o total anual. Na coluna (vertical) encontram-se os dados de movimentação escolar por termo/série. Caso o curso seja organizado em até 4 termos ou séries, solicitamos registrar os dados por termo/série e também o total dos termos ou séries. Caso haja mais de 4 termos ou séries, registre-se apenas o total dos termos.

Entende-se por *matrícula inicial* o número de alunos que inscrevem-se ao início do curso. A *matrícula final* corresponde à diferença entre a matrícula inicial e a soma das evasões e transferências. A % de aprovados e de reprovados deve ser calculada sobre a matrícula final.

Caso sua entidade ou órgão não disponha de todos os dados solicitados, pedimos completar com os dados disponíveis.

Se houver dificuldades no preenchimento da planilha, solicitamos anexar os dados disponíveis, mesmo que organizados de forma diferente da sugerida pela planilha.

